

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

EM GRUPO É MAIS FÁCIL
ASSOCIATIVISMO RURAL E EDUCAÇÃO EM
ORIZONA-GO

JUSSANA MARIA TAVARES
ORIENTADOR: DOUTOR JADIR DE MORAIS PESSOA

GOIÂNIA

2002

BIBLIOTECA DE GOIÁS

LARGO DAMATRIZ

JUSSANA MARIA TAVARES

**EM GRUPO É MAIS FÁCIL – ASSOCIATIVISMO RURAL
E EDUCAÇÃO EM ORIZONA-GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da FE/UFG, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Professor Doutor Jadir de Moraes Pessoa.

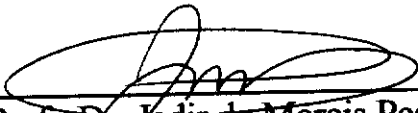
GOLÂNIA

2002

JUSSANA MARIA TAVARES

***EM GRUPO É MAIS FÁCIL – associativismo rural e educação
em Orizona-GO***

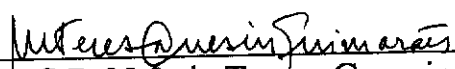
Dissertação defendida e aprovada em 10 de outubro de 2002, pela
Banca Examinadora constituída pelos professores.



Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa
Presidente da Banca



Prof. Dr. Walderês Nunes Loureiro



Prof. Dr. Maria Teresa Canesin Guimarães

Muito legal, Muito Agitada.

A APAMAC foi um das coisas mais legais. A maior diversão da fazenda. Lembro aqui para brincar com meus amigos jogar bola, tomar Refrigerantes etc.



(Hugo, 10 anos. Filho de sócio da Apamac)

AGRADECIMENTOS

À gente que me deu caronas e gente que foi carona comigo em muitas andanças.

A pessoas que me emprestaram livros, textos, dinheiro.

A colegas que me presentearam com livros, palavras de incentivo.

A amigos e parentes em Goiânia que me acolheram em *pousos*, durante meses, semanas ou dias em que precisei por lá ficar.

A irmãos, primos, tios e à vizinhança que cuidaram do meu quintal enquanto estive fora.

À gente que cedeu suas vozes e deu vida ao texto final. Muitas pessoas não mediram tempo e acharam em *algum guardado*, livros de atas, fotografias, dados, casos, lembranças que foram a base da pesquisa. Nesses encontros, ganhei muitos amigos.

Enfim, aos que acreditam que o viver no campo e do campo é possível. Dentre eles, os envolvidos com a Apamac; a minha família, especialmente meus pais que na e da terra, sempre viveram; e a meu orientador que compartilhou comigo a enriquecedora experiência de encontrar educação em lugares imprevisíveis e, sobretudo, respeitou o meu jeito de produzir.

O meu agradecimento é também uma dedicatória a todos vocês!

LISTA DE FIGURAS

Figura nº 1 – Primeira construção da igreja matriz de Orizona -----	38
Figura nº 2 – Primeiras construções do largo da matriz em Orizona -----	38
Figura nº 3 – Festa religiosa-----	38
Figura nº 4 – Carro de boi-----	39
Figura nº 5 – Aula particular-----	39
Figura nº 6 – Grupo de amigos em dia de festa-----	40
Figura nº 7 – Mutirão de bateção de pasto -----	40
Figura nº 8 – Visita da Acar-Go a uma propriedade rural -----	90
Figura nº 9 e nº 10 – Missa em comunidade rural -----	91
Figura nº 11e nº 12 – Mutirão de fiandeiras-----	92
Figura nº 13 – Curso de culinária-----	93
Figura nº 14 – Aprendendo cortar cabelo-----	93
Figura nº 15 – Aprendendo técnica de lidar com horta doméstica-----	94
Figura nº 16 – Pai e filhos plantando roça -----	94
Figura nº 17 – Colhendo verduras-----	95
Figura nº 18 – Famílias reunidas com uma mediadora-----	95
Figura nº 19 – Vistoriando a plantação -----	96
Figura nº 20 – Mutirão para construção de privadas -----	96
Figura nº 21 – Plantando roça-----	97
Figura nº 22 – Produtores reunidos com mediador-----	97
Figura nº 23 e nº 24 – Mutirão de silagem -----	98
Figura nº 25 e nº 26 – Mutirão de silagem -----	99
Figura nº 27 – Mutirão de silagem -----	100
Figura nº 28 – Hotel de criação de bezerras-----	101
Figura nº 29 – Gado alimentando-se de silagem-----	101
Figura nº 30 – Ordenha mecânica -----	102
Figura nº 31 – Ordenha manual-----	102
Figura nº 32 – Plataforma de recebimento de leite da Coapro -----	103
Figura nº 33 – Tanque de expansão -----	103
Figura nº 34 – Assembléia da Coapro -----	104

Figura nº 35 – Inauguração da Efaori -----	104
Figura nº 36 – Sede própria da Apamac -----	135
Figura nº 37 – Time de futebol -----	135
Figura nº 38 – Folia de Reis -----	136
Figura nº 39 – Time de futebol -----	136
Figura nº 40 – Fazendo silagem -----	137
Figura nº 41 – Truco -----	137
Figura nº 42 – Preparando almoço -----	138
Figura nº 43 – Dia de Campo -----	138
Figura nº 44 – Torcida de futebol -----	139
Figura nº 45 – Preparando lanche -----	139
Figura nº 46 – Fazendo silagem -----	140
Figura nº 47 – Crianças jogando futebol -----	140
Figura nº 48 – Encerramento de curso -----	141
Figura nº 49 – Crianças brincando -----	141
Figura nº 50 – Torneio de truco -----	142
Figura nº 51 – Festa religiosa -----	142
Figura nº 52 – Time de futebol -----	143
Figura nº 53 – Apamac, políticos e outros parceiros -----	143

SIGLAS

- ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
Acar – Associação de Crédito e Assistência Rural
ADCO – Associação do Desenvolvimento Comunitário de Orizona
Agênciarural – Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário
Apac – Associação dos Pequenos Agricultores da Cachoeira
Apamac – Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros
ARO – Associação Rural de Orizona
Campo – Centro de Apoio aos Míni e Pequenos Produtores Rurais e suas Organizações
Cang – Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CDE – Conselho de Desenvolvimento do Estado
Ceapro – Central das Associações dos Produtores Rurais de Orizona
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CGC – Cadastro Geral do Contribuinte
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CMC – Congregação Mariana da Cachoeira
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
Coapro – Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona Ltda
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CSRO – Centro Social Rural de Orizona
CTL – Centro de Treinamento de Líderes
Credifer – Cooperativa de Crédito Rural de Orizona
EFA – Escola Família Agrícola
Efaori – Escola Família Agrícola de Orizona
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Fago – Frente Agrária Goiana
FCO – Fundo Constitucional da Região Centro-Oeste
Fetaeg – Federação dos Trabalhadores da Agricultura/GO
FE/UFG – Faculdade de Educação/Universidade Federal de Goiás

Idago – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
JL – Laticínios JL /Ltda
Itambé – Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais/Ltda
MEB – Movimento de Educação de Base
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OSTR/GO – Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais de Goiás
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PNSP – Paróquia Nossa Senhora da Piedade
Pronaf – Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
SR – Sindicato Rural
SRO – Sindicato Rural de Orizona
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STRO – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orizona
UDN – União Democrática Nacional
UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – O RURAL EM ORIZONA: HISTÓRIA DE CAÇADOR E OUTRAS HISTÓRIAS	20
1.1 Desbravadores, aventureiros, destemidos	21
1.2 Outras histórias	26
CAPÍTULO II – A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DOS AGENTES RURAIS EM ORIZONA	41
2.1 Igreja católica e partido comunista brasileiro definem as primeiras ações	42
2.2 Novos atores entram em cena – a ação dos padres italianos	54
2.3 Novas ações entram no jogo – associativismo, cooperativas, escola família agrícola	71
CAPÍTULO III – O LUGAR DA EDUCAÇÃO NOS AFAZERES DA APAMAC	105
3.1 Iniciou-se com a oração	107
3.2 Mutirão: um grupo pequeno	110
3.3 Assuntos posteriores	113
3.3.1 Sócios, esposas, filhos, vizinhos	114
3.3.2 Outras ações enfrentadas	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
ANEXOS	149

RESUMO

Em grupo é mais fácil – associativismo rural e educação em Orizona-GO, pretende analisar a ação educativa com base na constituição e no desenvolvimento de uma associação de pequenos agricultores. Para captar e compreender a dimensão pedagógica de tal ação, esta pesquisa se apóia no estudo de caso, de natureza etnográfica, cuja opção responde à complexidade própria do mundo rural e, conseqüentemente, às das ações desenvolvidas pelos seus sujeitos coletivos. A Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros (Apamac), associação escolhida para este estudo de caso, é apenas uma unidade no amplo e heterogêneo universo dos sujeitos coletivos envolvidos com o rural no município: Comunidades Eclesiais de Base (CEB), Sindicato Rural (SR), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Centro Social Rural de Orizona (CSRO), Escola Família Agrícola (EFA), associações de pequenos agricultores, cooperativas. Com base nesse universo, o presente trabalho analisa a educação, auto-construída no conjunto das práticas culturais, sociais, econômicas, religiosas dos envolvidos nos afazeres da associação.

ABSTRACT

It is easier in group – rural community and education in Orizona–GO intends to analyze the educative action from the constitution and the little farmers association development. In order to catch and comprehend the pedagogic dimension of such an action, their collective subjects base this work on the case study of ethnographic origin, option that responds to a rural world complexity and, consequently, to the actions developed. The Mata Velha, Água Grande and Coqueiros Little Farmers Association (*Apamac*), an association chosen for this case study, is just an unit inside a large and heterogeneous universe of the collective subjects involved with the rural cause in the municipal district: *Comunidades Eclesiais de Base (CEB)*, *Sindicato Rural SR*, *Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)*, *Centro Social Rural de Orizona (CSRO)*, *Escola Família Agrícola (EFA)*, *Associações de Pequenos Agricultores*, *Cooperativas*. It is from this universe that the education, self-constructed on the cultural, social, economic and religious practices set of the people involved in the association business, is analyzed in this work.

INTRODUÇÃO

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.

Carlos Rodrigues Brandão

Com essa concepção universal e ampla de educação, que se contrapõe àquelas que centralizam a ação pedagógica na escola, se pode conhecer e reconhecer os processos educativos que acontecem em espaços que não possuem a relação institucionalizada de quem ensina e de quem aprende.

Quando se pensa em educação, fotografa-se a imagem de uma escola. Junto a ela, vem uma série de outras imagens: programas educacionais; discursos calorosos em favor da escola pública, gratuita e de qualidade; formação de professores; avaliação qualitativa; fracasso escolar. Isso e muito mais têm dado à educação uma visibilidade até então não percebida, o que não significa, necessariamente, ações efetivas correspondentes. No entanto, tem garantido legitimidade à questão, colocando-a não apenas na pauta de prioridades das propostas governamentais, mas também na de representantes da sociedade civil em geral. É a crise na e da escola. Crise que abre espaços e possibilidades para reflexões acerca da educação que acontece em locais que não a escola e acerca da escola, como um dos momentos possíveis de acontecer a ação pedagógica.

De acordo com Gohn (1994) sempre que a educação esteve na ordem do dia, o país vivia períodos de crise econômica redefinindo modelos de acumulação de capital e, sobretudo, constituindo novos atores sociais como sujeitos da cena política nacional. O ciclo de reformas educacionais brasileiras teve seu ponto mais expressivo no Movimento da Escola Pública na década de 1950, não só porque buscou a universalização da escola pública, mas também porque fomentou experiências e propostas para a educação informal. Esse caráter inovador da educação brasileira ressurgiu na década de 1980, no clima do pós-regime militar, acrescentando à educação a prática educativa de grupos sociais organizados em movimentos e associações populares. Práticas que ganharam força na década de 1990, pois "a sociedade como um todo aprendeu a organizar e a reivindicar seus direitos de

cidadania, a partir da contestação da qualidade de não-cidadãos que são na prática” (Gohn, 1994, p. 8).

Gohn (1994, p. 9), conceitua as organizações populares como “experiências educativas, questionadoras do status quo vigente, preocupadas não só com a aquisição de bens materiais, mas também com a qualidade de vida que estamos construindo, com o projeto para o futuro que estamos gestando no presente”. Dessa forma, a relação educação e movimentos sociais possui um elo de ligação que é a questão da cidadania. Essa questão também está “presente ao mesmo tempo, na fala de grupos que detêm o poder e [na] daqueles que reivindicam condições mínimas de sobrevivência” (Ribeiro, 1997, p. 21).

Um outro elo de ligação é a dimensão política que permeia as práticas sociais. Se os movimentos sociais, no entender de Gohn (1994), questionam a hegemonia e a relação dominantes-dominados, eles são, pois, uma prática eminentemente política. Assim, a dimensão política da prática educativa dos movimentos sociais envolve a apropriação de instrumentos culturais – materiais e ideológicos – que serão usados na luta entre os antagônicos. Compreender a educação com base nesses elementos significa percorrer um caminho diferente daquele proposto pela história oficial da educação brasileira, resumida a ações que envolvem a escola. Contada dessa forma, a história da educação restringe-se à história dos que têm acesso à escola, excluindo os marginalizados por ela ou os que dela se evadem.

A realidade sobre educação e movimentos sociais no Brasil estava até a década de 1960, vinculada a uma educação popular concebida em programas definidos como o Movimento de Educação de Base (MEB) e sistema Paulo Freire. Na década de 1970, surgiram, de forma mais organizada, alternativas políticas possíveis, em meio à sociedade civil, que buscavam uma saída para o regime militar. A educação popular, até então formalizada, abriu-se para mais um campo de abrangência: os movimentos sociais que se desenvolveram com a iniciativa própria da população expropriada em seus direitos. Esse novo momento, que é também de ruptura na concepção de educação popular, é assim definido por Gohn (1994, p. 47): “assume-se o caráter político dos trabalhos e desassume-se seu caráter de educação para a alfabetização e/ou escolarização entrecortado pela politização. A politização não passa mais, necessariamente, pela aquisição de rudimentos da educação formal”. Em contrapartida, entraram em jogo a reação da classe hegemônica por meio da rearticulação de suas ações destinadas à classe popular, pois necessita

“elaborar novas políticas e novas estratégias, que certamente redundarão em novas ‘fontes educativas’, gerando caminhos de alterações nas relações vigentes” (Gohn, 1994, p. 53).

Diante desse contexto, a autora conclui que a produção sobre a educação popular se estagnou, limitando-se ao registro de experiências em andamento. A crítica aos programas oficiais e o referencial teórico de analistas da educação popular estimulou a saída da pesquisa no campo da educação para o campo da cultura. Gohn (1994, p. 55) alerta que é “chegada a hora dos movimentos e a educação popular se reconciliarem”, o que já é uma realidade, como demonstram os exemplos a seguir. No sentido de reconciliação da pesquisa educacional com os movimentos sociais e outras práticas educativas não-escolares, alguns autores são referência neste trabalho de pesquisa.

Loureiro (1988) analisa a prática político-pedagógica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os camponeses da Luta do Arrendo, ocorrido no sul do estado de Goiás, no final dos anos 1940. Cândido Grzybowski, ao apresentar o trabalho da autora, diz que ela “aceitou o desafio de se deixar impregnar pelas questões sociais como ponto de referência para se repensar a educação brasileira” (Loureiro, 1988, p. 12).

Noronha (1986), estuda as relações de trabalho entre as mulheres trabalhadoras na lavoura canavieira. Seu objetivo é analisar “o campo pedagógico das relações de trabalho, em dois momentos: o do disciplinamento e o da transgressão, e o modo como no interior dessa luta, elabora-se um novo saber articulado aos interesses das trabalhadoras” (Noronha, 1986, p. 17). No prefácio da obra de Noronha (1986, p. 14-15), Carlos Rodrigues Brandão, diz que a pesquisa da autora “participa de um movimento de inovação da abordagem das questões de educação no Brasil, [e que Noronha] descobre e destaca situações que, se não são institucionalmente escolares, são francamente pedagógicas”.

O trabalho de Pessoa (1999b) sobre as ocupações de fazendas em Goiás na década de 1980, mesmo não fazendo um estudo específico sobre a prática pedagógica da luta dos ocupantes, introduz a menção que faz à educação da seguinte forma:

Na busca de compreensão dos assentamentos rurais, na sua história e cotidiano, não se poderia negligenciar a dimensão da produção e transmissão de conhecimentos, uma das dimensões mais primitivas do existir humano. Ela é inerente à própria constituição dos grupos e das biografias. Ela está, para ficar no contexto camponês, em cada palmo de chão pisado e cultivado, na casa e nos utensílios, na roca e nos seus produtos. (Pessoa, 1999b, p. 206)

José Adelson da Cruz (2000), ao investigar o significado político-pedagógico da luta pela terra, mediada pela atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre posseiros e empresários na década de 1980, em Formoso do Araguaia-TO, também enfatiza o papel da práxis como instrumento educativo. Para visualizar as formas de aprendizagem dos posseiros, o autor destaca dois aspectos importantes na discussão do papel não do movimento investigado, mas de todos os envolvidos com as possibilidades de uma sociedade democrática: a capacidade de ruptura em relação à tradição camponesa e à pressão do movimento sobre o Estado. Esses dois momentos evidenciam que a luta resultou em muito mais que a conquista da terra, possibilitou a concretização de uma nova identidade. *É a peleja pela terra construindo*

modificações no modo de ser, pensar e existir do campesinato, isto é, a luta pela terra concretizou uma nova identidade com base na troca, na produção e na transmissão de saberes entre os envolvidos nos conflitos, forjando o reconhecimento de princípio e regras fundamentais do exercício de cidadania, criando a identidade do camponês cidadão. (Cruz, 2000, p. 128)

Ao pesquisar as pedagogias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Roseli Caldart (2000) relaciona quatro matrizes pedagógicas que o movimento identifica como processos educativos dos sem-terra do MST: a pedagogia da luta social, a pedagogia da organização coletiva, a pedagogia da terra, a pedagogia da cultura e a pedagogia da história (Caldart, 2000, p. 199-254). Com essas pedagogias o MST torna-se capaz de extrapolar sua luta além das questões agrárias e sua ação educativa além dos seus membros. Miguel Arroyo, ao prefaciar o livro de Caldart diz que o trabalho da autora

reforça uma das matrizes pedagógicas mais pertinentes na história da educação: o peso dos processos sociais. Leva-nos como educadores a estarmos atentos aos movimentos da realidade, à práxis, à experiência vivida, às ações e gestos. Mostra-nos a centralidade da ação e da vivência humana, nos processos culturais e educativos. É um exercício de pesquisa e teorização que indica como é possível a fecundação entre a prática social e a teoria pedagógica. Como é urgente colocar os processos educativos, as teorias da formação humana em todos os patamares, bem mais eloquentes do que a tão trilhada e estreita vinculação entre escola e mercado. (Caldart, 2000, p. 11-12)

O presente estudo pretende inscrever-se nesta tradição. O conteúdo das pesquisas de Brandão (1995), Caldart (2000), Cruz (2000), Gohn (1994), Loureiro (1988),

Noronha (1986), Pessoa (1999b), constitui uma conquista já consolidada na história da educação, na qual procurei me apoiar, quanto me foi possível. Ou seja, se é fato a existência de um processo educativo no desenrolar de uma luta social, cabe entender como se dá esse processo, não necessariamente mensurável em dados e estatísticas.

O objetivo central deste estudo, é pois, compreender em sua dinâmica e contradições, a ação educativa de uma luta social. Para isso, delimitou-se como campo para a pesquisa empírica o associativismo dos pequenos agricultores rurais de Orizona-GO, município que se destaca por possuir um grande número de sujeitos coletivos envolvidos com o meio rural, sobretudo as associações de pequenos agricultores.

Essa forma de organização dos trabalhadores rurais cresce no estado de Goiás, a partir do final da década de 1980, como uma das possibilidades de luta pelos direitos daqueles que trabalham na terra, em reação à histórica exclusão do homem do campo na política agrária nacional. Em 1997, as associações já somavam 840 em todo o estado, o que constitui um número considerável de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o movimento (Sperry, 1997b). No município de Orizona, as associações somam 27. Desse universo, foi selecionada uma associação para estudo, como uma unidade particular da ação social de um processo amplo, dinâmico e heterogêneo do conjunto de luta dos trabalhadores rurais. A escolha da Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros (Apamac) e a consequente exclusão das outras 26 associações desta pesquisa devem-se a alguns fatores.

As associações constituem um fato social relativamente novo e em andamento, então, buscou-se trabalhar com as que são pioneiras do movimento, no município, e que foram fundadas antes que uma aprendesse com a outra como buscar o dinheiro fácil do Fundo Constitucional da Região Centro-Oeste (FCO). Esse primeiro critério de exclusão justifica-se, pois uma das questões centrais dessa pesquisa é perceber como práticas anteriores orientaram as posteriores, isto é: o que motivou um grupo a criar uma associação antes mesmo de se saber se teria acesso a financiamentos. Com esse critério, foram excluídas 24 associações.¹ Entre as três incluídas no primeiro critério – a Associação dos Pequenos Agricultores da Cachoeira (Apac), a Associação do Desenvolvimento Comunitário de Orizona (ADCO) e Apamac – excluiu-se a ADCO, por não ter sido

¹ Vale aqui uma ressalva. Mesmo que a maioria das associações no município tenha sido fundada em busca do crédito facilitado, é importante questionar se teriam realmente feito isso se já não tivessem uma experiência de grupo anterior. Mas isso é pauta para outros estudos.

fundada com o objetivo específico de atender a pequenos agricultores rurais. Entre a grande parte dos seus fundadores estão políticos envolvidos com o poder público municipal da época e a maioria deles não participa mais da associação, e os atuais sócios são moradores de um povoado do município e pequenos produtores rurais das redondezas. Portanto, é uma associação que difere das outras em sua constituição e objetivos, o que não exclui a sua importância para os pequenos agricultores rurais². A Apac, ao contrário da Apamac, apesar de gestada com base em grupos já atuantes na comunidade, não se desenvolveu cedendo espaços para as práticas pré-existentes, mas passando a executar um conjunto de atividades voltadas exclusivamente para os sócios. As atividades que justificaram a escolha da Apamac para este estudo de caso abrangem esportes, festas religiosas, almoços mensais, e outras, muitas já existentes nas comunidades e algumas criadas como projeto da associação para envolver sócios e não-sócios.

Esses critérios de escolha foram estabelecidos após a pesquisa de aproximação, com o objeto de estudo, feita nos anos de 1998/1999, como requisito para aprovação no Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior ministrado pela Faculdade de Educação de Universidade Federal de Goiás (FE/UFG). A opção pela Apamac durante a pesquisa monográfica justificou-se pela grande visibilidade que a associação tem no município, sendo citada pelos envolvidos com o movimento rural no município como a associação modelo; e também por haver uma relação de proximidade, entre a pesquisadora e a associação, garantida pela condição de filha de um dos sócios e de amiga e parente de vários outros. Ou seja, a Apamac era para mim uma possibilidade de continuidade da família no meio rural, mesmo que eu já tivesse sido afastada em razão do estudo e do trabalho. Mesmo que isso já estivesse claro, uma questão ainda permanecia: o que garantia à Apamac – legalmente representada por um número específico de sócios – abranger as comunidades envolvidas de tal forma que em sua prática houvesse poucos momentos que diferenciavam o sócio do não-sócio? A pesquisa exploratória foi fundamental para fornecer pistas no sentido de localizar, analisar e compreender essa particularidade da associação, sobretudo para reconhecê-la como prática educativa, tanto que serviu de base para elaboração do texto final desta dissertação. Trata-se de experiência anterior de pesquisa

²Oliveira e Vaz (2000) relatam e analisam os processos de criação e de transferência da ADCO, associação instituída para o desenvolvimento comunitário do município, mas que foi tomada pelos moradores do povoado de Buritizinho, em Orizona-GO.

orientando a redefinição do trabalho, o que é também um dos ganhos do envolvimento com o ato de pesquisar.

Educação e associativismo de pequenos produtores rurais estabelecidos como objeto de pesquisa, a opção para a apreensão de dados e compreensão dos momentos de produção de saber foi o estudo de caso de natureza etnográfica, dada a complexidade – ou a polissemia – própria do meio rural, e conseqüentemente, das ações desenvolvidas por seus agentes. Mais que os registros escritos, as falas – as vozes – são um importante instrumento de registro das ações de uma luta social. Nesse sentido, entrevistas e depoimentos orais foram priorizados, e acrescidos de outras fontes como atas, fotografias, observação, bibliografias, dados – estes talvez menos do que necessário – e outros documentos que juntos ajudaram a revelar o caráter educativo de uma associação de pequenos agricultores e contribuíram para uma nova versão sobre a história do rural em Orizona.

O trabalho organiza-se da seguinte maneira. O primeiro capítulo, *O rural em Orizona: história de caçador e outras histórias*, apresenta uma revisão bibliográfica acerca de histórias diferentes escritas sobre a formação agrária do município, já iniciando uma compreensão do espaço fundiário, do pano de fundo no qual o associativismo de pequenos agricultores se insere como ação educativa.

O segundo capítulo, *A constituição do campo dos agentes rurais em Orizona*, se atém ao processo de constituição daqueles que ora estão prontos e disputando o jogo, definindo a *estrutura do campo*. Um grande número de sujeitos coletivos – Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Centro Social Rural de Orizona (CSRO), Sindicato Rural (SR), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), associações, cooperativas, Escola Família Agrícola de Orizona (Efaori) – constitui-se com diferentes interesses para capitanear o controle político específico do rural em Orizona. Compreender as relações estabelecidas nesse processo contribui para ampliar a análise da ação educativa da Apamac, já que esta foi gestada nesse *campo de disputa*. O conceito de campo, na perspectiva de Bourdieu (1983) é apropriado, na tentativa de superar as relações pretensamente neutras, porém capazes de produzir a ilusão de uma harmonia entre os agentes estudados.

O terceiro capítulo, *O lugar da educação nos afazeres da Apamac*, apresenta os momentos da constituição e do desenvolvimento da associação estudada como enfrentamentos de necessidades, definidos como ações educativas. A educação, auto-construída em meio e com base em uma série de atividades – sociais, culturais,

econômicas, e religiosas – desenvolvidas nas relações da associação com outros agentes rurais e com o seu *grupo de vizinhança* insere-se no conceito amplo apresentado por Brandão (1995, p. 9), já citado na epígrafe desta introdução. Conforme a Apamac vai construindo sua rotina, as relações pedagógicas tornam-se visíveis. Nas palavras de Frigotto (1996, p. 46) é “o campo educativo, predominantemente aprisionado no plano pedagógico escolar, [que] alarga seu *locus* para o plano do conjunto das práticas sociais”. Entendida nesse *locus*, a educação percorre um caminho diferente, inovador, e não pode ser pensada como o “aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos” (Gohn, 1994, p. 17).

Se não há programas, conteúdos específicos, técnicas, definições, ano letivo, avaliações, e outros aspectos que uma escola suporta, que tipo então de aprendizagem pode acontecer nas relações empreendidas por uma associação de pequenos agricultores? O esforço para responder teórica e empiricamente a essa questão constitui o conteúdo das páginas seguintes.

CAPÍTULO I

O RURAL EM ORIZONA: HISTÓRIA DE CAÇADOR E OUTRAS HISTÓRIAS

No meio rural se encontraram as raízes de nossa organização.

Diegues Júnior

A área de 74.024 ha que corresponde aos 1.275 imóveis dos pequenos e médios proprietários de Orizona é maior que os 12 mil alqueires goianos (57.600 ha) da primeira propriedade rural escriturada no município. A terra que antes pertencia a um proprietário, agora pertence a quase mil. Mas as 477 propriedades consideradas grandes ocupam 58% das terras, ou seja, ainda há o que ser dividido, ainda há o que ser conquistado. No entanto, o alto índice de concentração agrária fica menor se comparado às médias nacional e regional – 22,2% e 4,9% respectivamente –, além do que Orizona é um dos poucos municípios goianos que possuem a população urbana menor que a rural (Caume, 1997, p. 11-24).

Por que a reprodução da propriedade agrária em Orizona não se iguala ao modelo predominante no país e no estado? É possível começar a discutir essa diferença, sem se ater aos riscos de explicá-la pela lógica do tempo da vida já que a *redistribuição espontânea* – pela via da herança – foi o que garantiu à maioria¹ dos proprietários do município o acesso à terra?

Este capítulo pretende apresentar o meio rural em Orizona com base em uma revisão bibliográfica de diferentes – e poucos – estudos sobre a ocupação e o povoamento do município e com estudos específicos sobre as características históricas da estrutura fundiária nacional. Se tais características ajudam a explicar os altos índices de concentração agrária presentes nacional e regionalmente, poderiam também contribuir para explicar uma realidade diferente?

¹ De acordo com Caume (1997, p. 37), a forma de acesso à terra mais comum em Orizona-GO é a herança paterna, que corresponde a 54% das propriedades.

1.1 Desbravadores, aventureiros, destemidos

O memorável mineiro legou Orizona a Goiás...

Olímpio Pereira Neto

Da Vila de Santa Cruz–GO, alguns homens saíram “para fazerem caçadas nos êrmos despovoados do Estado de Goiás” e descobriram uma mata maciça “por onde passava o caminho para Bonfim, hoje Silvânia” (Pereira Neto, 1970, p. 19).

Um fazedor de carros de boi, da região de Serra Negra, município de Patrocínio–MG, “executando a idéia de aventuras” e descontente com os “quinhões de terras menores e piores” recebidas em herança, decidiu “penetrar no sertão” a que os mineiros entendiam “como se fôsse Goiás, devido ao despovoamento e a mataria existente nas zonas fronteiriças daquele Estado com o nosso. Isso aconteceu entre 1830 e 1840” (Pereira Neto, 1970, p. 14-15).

Esse carpinteiro que já se encontrava em Santa Cruz, em busca de terras férteis, de cor avermelhada e lugar aprazível, ouviu dos caçadores a história da mata, e para lá se dirigiu com sua comitiva composta de muitos jumentos e outros animais, filhos, mulher, escravos e um carro de boi (Pereira Neto, 1970, p. 14).

A escolha do local para moradia, feita pela família pioneira, deu-se por vários motivos. O primeiro as semelhanças com as terras mineiras, pois a esposa do capitão – “o homem destemido e ambicioso” – começou a “sentir saudades das paisagens do Triângulo Mineiro”. Daí, os nomes dados à fazenda ocupada e, conseqüentemente, aos córregos, ribeirões e outros pontos de referência serem escolhidos, “conforme os costumes e os nomes usados lá em Serra Negra ou no Estado de Minas Gerais,” terra natal dos ocupantes (Idem, p.15-21). O segundo, a garantia da obtenção do título de Capitão para o chefe da família²

os fatores de riquezas da região, advindas da natureza, as condições geográficas e as paisagens eram as mesmas, que o Capitão (...) andava

² Pereira Neto afirma que o capitão comprou o título que “o Governo Imperial vendia aos senhores de escravos, donos de muitas terras, que executavam o trabalho de desbravamento no interior de nossa Pátria” (1970, p. 15).

procurando pois seu título de – CAPITÃO DE MATA – exigia grande extensão de terras e muita mata e lá em Serra Negra, êle não herdara muita terra nem mata alguma, para garantir seu título. (Pereira Neto, 1970, p. 22-23)

Ao encontrar terras vastas e “não batizadas pela ação dos civilizados”, o capitão desbravador decidiu que iriam morar “naquelas brenhas” e antes de trazer “irmãos, cunhados, sobrinhos, parentes e amigos menos afortunados, do Triângulo Mineiro, para serem seus vizinhos (...), tratou de documentar a posse dos (...) doze (12) mil alqueires goianos de terras. Aí, então começou a habitação desta região” (Pereira Neto, 1970, p. 20-35).

Junto com o capitão e sua parentela³ veio também a pertença à Igreja Católica, a idéia da cidade e o ensino escolar. Desejando “ver o povo, desta região, desenvolver dentro dos costumes de bons católicos, ótimo recurso para civilizar e moralizar as pessoas”, propuseram, no final da primeira metade do século XIX, a construção de uma capela, em terreno doado a Nossa Senhora da Piedade. Era necessário fundar uma cidade – “centro de comércio importador de conforto e exportador de fartura” –, pois o “desenvolvimento veio vindo, a povoação sertaneja estava cada vez maior” e a *desobriga*⁴, que acontecia na casa de um fazendeiro, carecia de um local mais apropriado. O lugar escolhido para a construção da capela, e, conseqüentemente, da futura cidade, além de ter sido aprovado pelo padre, foi também escolhido por ser o “ponto mais avançado, da região povoada, em direção a Santa Cruz de Goiás e assim, logo, logo, muita gente passaria por lá, indo a Santa Cruz (...)” Assim, às margens do ribeirão Santa Bárbara, o povoado formado por emigrantes do Triângulo Mineiro, recebeu o nome de Capela dos Correias, uma denominação que reverenciava a Igreja e uma família local⁵ (Pereira Neto, 1970, p. 22-47). No entanto, a construção da capela e da cidade não foram questões tranqüilas, dividindo a população local entre os entusiastas e os desconfiados, entre os alegres e os tristes revelando “os primeiros sintomas de oposição nestas paragens”. Ao passo que o

³ A vinda de parentes para serem “os melhores vizinhos” do capitão no Sertão se deu depois “de mais de dois ou três anos” da chegada dele em Goiás. Foram aconselhados a esperar as “colheitas abundantes” para não haver o perigo de passarem fome “longe dos recursos”. Mas o “Capitão queria mesmo era dar tempo para documentar os (...) alqueires de terras, já possiados por êle, bem ao pé da mata principal”. Quando os parentes chegavam, o casal pioneiro os “apoiava com mata e manutenção durante um ano e ensinava como adquirir terrenos na Paróquia de Santa Cruz de Goiás” (Pereira Neto, 1970, p. 33-35).

⁴ A *desobriga* acontecia todos os anos na primeira quinzena de setembro: “lá estava presente o representante de Cristo, celebrando missas, casamentos, batizados, crismas, ensinando catecismo e tirando escritura de terras e escravos” (Pereira Neto, 1970, p. 42).

⁵ A família Correia “era muito numerosa, tendo muitos chefes destacados e nas funções festivas a referida gente efetivava mais sua freqüência, daí o nome de CAPELA DOS CORREIAS” (Pereira Neto, 1970, p. 61).

“sertanejo emigrante desconfiava e o sertão dormia” o espírito de aventura do capitão pioneiro foi capaz de iniciar a “construção da Capelinha, primeiro passo para se fundar uma cidade naqueles tempos”. Com a capela construída, o capitão não só recuperou o crédito assumindo a liderança “da palavra que representa uma ação”, como também acordou o sertão (Pereira Neto, 1970, p. 57-58).

A desobriga era também a oportunidade para o Mestre Malaquias desempenhar o papel de sacristão e de se atualizar recebendo do padre “novas cartas de leitura e as últimas inovações introduzidas no ensino”. Além de moral e cívica e religião, o mestre “ensinava a ler nas cartas manuscritas, assinar o nome, escrever bilhetes, cartas, levando os alunos a aprenderem fazer contas de somar, diminuir, multiplicar e dividir” (Pereira Neto, 1970, p. 44). O autor não especifica quem aprendia com Mestre Malaquias, mas ao falar da educação em família em “tempos pretéritos”, deixa claro os espaços e os momentos de trabalho e de educação dessa época:

O pai pegava empreitada, trabalhava por dia a custa do patrão e a mãe fazia sabão, ganhando porcentagem, realizava outros serviços, recebendo por trabalho diário. O filho do casal ia se familiarizando com o gado e virava vaqueiro, peão de boa qualidade e gerente de confiança na propriedade e na região. A menina aprendia a fazer sabão, mexer doce no tacho sem agarrar, assar biscoito, seguindo orientações da esposa do patrão e de seus pais, que fazia doces, biscoitos e outras gulodices, todas as semanas ou de quinze em quinze dias, pois dispunha dos ingredientes em abundância. Com isto, a moça filha do agregado tomava-se uma doméstica prendada de forno e fogão, exímia costureira, bordadeira e administradora do lar. Ela estava preparada para ser boa mãe, para trabalhar de doméstica em casa de quem quer que fosse, tornava-se boa esposa e informada para entrar e sair em qualquer ambiente. (Pereira Neto, 1991, p. 73-74)

Até aqui, a história de Orizona-GO coincide com a grande propriedade, os escravocratas, os patrões. Pouco presentes, os agregados, meeiros, peões, moradores, trabalhadores rurais aparecem sem referências de como e de onde vieram, embora cumpridores de tarefas específicas na constituição da *fazenda*, como na citação anterior. A presença da pequena produção é apenas sugerida por meio *do sitiante* que, estranhamente se igualava ao *fazendeiro* como proprietário e nas relações de trabalho advindas dessa condição:

Em tempos pretéritos fazendeiro, o sitiante, o patrão residia na sua propriedade e com ele, os chamados agregados, parceiros e

comodateiros, trabalhadores braçais. Por esta época, o agregado, o parceleiro, o comodateiro, depois de cuidar da sua lavoura, que permitia manter as tulhas, os paióis e os chiqueiros cheios o ano todo ia com a família trabalhar na sede da propriedade. (Pereira Neto, 1991, p. 73)

Mais atento, porém, à presença dos escravos o autor ressalta que o capitão pioneiro que explorava, “por herança, a escravatura”, trouxe na comitiva alguns negros e “junto com a escritura das terras foram registradas as de quatro (4) escravos, comprados lá fora”. Muita atenção é dada também ao fato de que os escravagistas da Capela dos Correias gostavam do garimpo de Santa Luzia⁶ para compras, vendas e trocas de escravos, pois precisavam de negros para trabalhar “na lavoura, na construção de estradas, vales de divisas de terras, no pastoreio e nos engenhos de serra e moinhos de fubá da fazendas, etc”. Para o autor, a “libertação do escravo sem preparo psicológico para enfrentar a liberdade por conta própria” não foi tão desastrosa na Capela dos Correias como nos lugares de “atividades específicas dos escravos, nas lavouras organizadas de São Paulo e do Nordeste”, pois como “em nosso meio” os escravos tinham um trabalho diversificado, não demorou muito “para os negros libertos e os patrões, os antigos escravagistas se ajustarem”, numa clara substituição da senzala pelo rancho de morador. Passados os impactos iniciais da Lei Áurea, “os brancos evoluíram para a agropecuária, deixando para os pretos e para os brancos pobres a lavoura de arroz, milho, feijão, no sistema de meeiros” (Pereira Neto, 1970, p. 14-83). Enfim, os negros em liberdade serviram ainda como uma das justificativas para a criação dos povoados⁷, a partir da década de 1920, já com a Capela dos Correias elevada à categoria de município, com o nome de Campo Formozo:⁸

a abolição do cativo, que triplicou o número de agregados nas fazendas e a insistência de alguns Senhores de Escravos, em voltar à situação antiga e os negros, embora pobres, desorientados, já não aceitavam mais a condição infra-humana, ficando desagregados e sem ter onde encostarem... Era preciso arranjar um lugar para esse povo morar e a Igreja Católica, intermediou para solução do problema, fundando os

⁶ No garimpo de Santa de Santa Luzia, hoje Luziânia-GO, o capitão pioneiro chegou a construir um sobrado “destinado ao aluguel para comércio, acomodações para sua família ir festejar lá e mesmo ele e os seus ir garimpar ouro ali, durante a entre-safra. Outro seu interesse em Santa Luzia, era explorar a grandeza do mercado escravo” (Pereira Neto, 1970, p. 59).

⁷ Pereira Neto relaciona a criação de seis povoados – também chamados de arraial e de patrimônio – no município entre os anos de 1925 e 1960: Cachoeira, Ubatã (Egirineu Teixeira), Montes Claros, Corumbajuba, Buritizinho (Orilúzia) e Taquaral (1970, p. 116-165).

⁸ A Capela dos Correias, oficializada distrito de Santa Cruz de Goiás em 1890, passou à categoria de município em 1906 com o nome de Campo Formozo. “Este novo nome foi dado (...) por influência da família ‘Correia Perez’, originária da região de ‘Campo Hermoso’, na Espanha” (Pereira Neto, 1991, p. 21).

povoados em volta das capelas dos espigões, onde promoviam festas para ricos e pobres, invocando a proteção de um santo padroeiro. (Pereira Neto, 1970, p. 117)

Além de solucionar o problema de moradia para os negros desagregados do município, os povoados nasceram para dar fama aos pioneiros, criar núcleos de profissão da fé católica e para resolver questões da dualidade administrativa das *lojas-fazendas*. Era, pois, “a chegada da lei de oferta e procura, praticada pelos comerciantes, procurando levar mais e melhores mercadorias aos homens do campo e do sítio, criando pontos de convergência e divergência comercial” (Pereira Neto, 1970, p. 119-120). Mas Graziano da Silva (1980, p. 15-16), ao falar da criação de alguns povoados no Estado de São Paulo, ainda na época do Brasil Colônia, acrescenta, citando Ernani Silva Bruno, elementos que contribuem para uma melhor compreensão das razões da fundação dos povoados em Orizona. Além dos negros desagregados, os povoados serviram também para acolher os homens livres sem recursos, os índios vadios, os dispersos, os vagabundos, os sem pouso certo, os sem atividade definida. Esse contingente de malvistas era ao mesmo tempo aceito pelas autoridades e pelos homens de cabedal, que viam na fundação dos povoados uma forma de agrupar e de deixar por perto, sempre à mão, serviços que garantiam a continuidade da grande produção.

É preciso utilizar outras contribuições, como a de Graziano da Silva (1980), para atualizar a escassa historiografia específica sobre a ocupação e o povoamento do município de Orizona, sobretudo a aspectos que se referem à pequena produção agrária, já que a educação, objeto de estudo deste trabalho, será percebida e analisada com base na ação de um agente constituído por e para pequenos agricultores, preocupação básica deste capítulo. Cabe ainda dizer mais algumas palavras no diálogo, quase exclusivo, com Pereira Neto (1970; 1991). Mesmo que o autor evidencie a meritocracia de uma família mineira, de grandes proprietários, que ao acaso e ouvindo caso de caçadores, revolveu povoar certa paragem do sertão goiano, cabe render ao escritor a condição de pioneiro em registrar, de forma escrita, a ocupação e o povoamento do município. O mérito não exclui as limitações de sua historiografia, cujas condições são também percebidas pelo próprio autor:

Os documentos históricos de Orizona, anteriores a 1890, eram controlados pela igreja Católica, e a falta de acesso a tais comprobatórios tornou o assunto polêmico, obscuro, gerador de conjecturas. Está perdido no tempo, à espera de pesquisa mais aprofundada, documentada para se

ter a verdadeira versão dos ocorridos no início da nossa história. (Pereira Neto, 1991, p. 21)

1.2 Outras histórias

No Brasil, quinhentas famílias detêm 43% das terras agrícolas e correspondem a três por cento da população rural. Em contrapartida, 57% da população rural dispõe de três por cento das terras.
(Linhares e Teixeira da Silva, 1999)

O povoamento do município por emigrantes mineiros não se deu por um mero descontentamento de herança fomentado por um espírito de aventura. À época dos caçadores de Santa Cruz, o Brasil Império passava por um período sem legislação específica para a ocupação de terras. Com o fim da situação de colônia e da Lei de Sesmarias, a estrutura agrária não se alterou com as ocupações livres. Pode-se pensar, pelo menos em termos atuais, que o acesso às terras devolutas fosse possível a outros setores da população rural, além dos tradicionais latifundiários. Pelo contrário, o que se assistiu foi a emergência do novos latifúndios:

Dá-se, então um verdadeiro *rush* às terras (ao qual, é claro, não é estranha a expansão cafeeira) e que resulta numa diferenciação histórica dos latifúndios em dois tipos: os que tiveram sua origem em antigas sesmarias e aqueles em escala maior que os existentes antes da extinção da lei de sesmarias. (Linhares e Teixeira da Silva, 1981, p. 32)

As grandes ocupações aconteciam de forma conflituosa e as demarcações eram feitas pelo alcançar da vista e calçadas pela devoção e pelo prestígio econômico e político dos demandantes que, em geral, eram grandes proprietários. Alie-se a essa prática indireta de legitimação o uso de *um pequeno exército particular*, caso fosse preciso (Pessoa, 1999b). O rural dos grandes latifúndios do Brasil Império em nada se diferiu do rural sesmeiro do Brasil Colônia. Embora ambos não garantissem condições para o estabelecimento da pequena produção agrária, o seu desenvolvimento não foi ao todo barrado, pois se inseriam internamente nos quadros da economia como uma forma barata e fácil de produzir alimentos para o abastecimento interno. Aos pequenos ocupantes era

permittedo crescer desde que não ameaçassem o poder dos grandes ocupantes⁹ (Graziano da Silva, 1980).

A Lei de Terras, aprovada em 1850 conciliou os interesses dos dois tipos de latifundiários instituindo uma nova forma de aquisição de terras: a compra em hasta pública, com pagamento à vista e a altos preços. Ou seja, uma legislação que claramente impedia aos pobres o acesso a terra e garantia a continuidade da grande propriedade (Linhares e Teixeira da Silva, 1981).

Para Graziano da Silva (1980, p. 21), as ocupações livres e a crise da economia exportadora favoreceram uma “expansão espontânea e rápida das pequenas unidades de produção”, a que não significou o acesso democrático a terra, pois “um novo ciclo exportador (o do café), bem como novas condições que o desenvolvimento do capitalismo na Europa impõe às ex-colônias” redefinem a política econômica que o Brasil expressava na Lei de Terras. A passageira possibilidade de a pequena ocupação ganhar expressividade é também registrada por Guimarães (1981, p. 73):

extinto o regime sesmeiro, ira desenvolver-se com um pouco maior de liberdade a ocupação das terras, acontecimento em que as camadas mais modestas da população tiveram ampla participação. Mas, ao menos nos primeiros momentos, êsses posseiros ou intrusos não chegaram a *fazer fazendas*, não indo suas posses além da categoria dos *sítios*, precursores como foram de uma nova modalidade de repartição da terra – a pequena propriedade.

A Lei de Terras não só deu continuidade aos mecanismos que impediam a expansão da pequena produção, como também desconheceu

as formas tradicionais de posse e uso da terra, as chamadas terras de negros ou terras de índios, aprofundam-se as possibilidades de expropriação das áreas ocupadas pelo campesinato negro, índio ou mestiço, formado ao longo dos séculos da história colonial. Nenhum dispositivo estabelece limites à grande propriedade ou um imposto territorial, da mesma forma que a abolição gradual, que se completará em

⁹ A literatura usada nesse trabalho acerca da ocupação de terras no Brasil não registra o tamanho das pequenas ocupações. Fala-se em “sítios de diminutas dimensões, pequenas faixas de terras, pequenos sítios” (Graziano da Silva, 1980, p. 19); “pequena propriedade, sítios” (Guimarães, 1981, p. 73); e também em “infimos sítiecos, pequenas roças” (Ellis Jr., 1966, p. 165 *apud* Graziano da Silva, 1980, p. 190). Para as sesmarias havia o limite de “três léguas ou meia légua, dependendo da capitania” (Graziano da Silva, 1980, p. 15); ou de “quatro léguas por uma” (Pessoa, 1999b, p. 42). Guimarães citando Felisbello Freire diz das “concessões de Garcia d’Ávila e seus parentes que se estendem da Bahia até o Piauí em uma extensão de 200 léguas” (1981, p. 15). No período de ocupações livres, Linhares e Teixeira da Silva (1981, p. 33) falam de “imensas posses adquiridas (20 ou 30 léguas)”.

1888, não prevê qualquer mecanismo de assentamento ou colonização agrícola para os ex-escravos. (Linhares e Teixeira da Silva, 1999, p. 64)

Assim como a Lei de Terras e a abolição da escravatura, o regime republicano também se consolidou, garantindo a intangibilidade da terra para a expansão da pequena produção agrária. Para os senhores do novo regime, o fim do trabalho escravo já era um golpe duro demais na hegemonia plantacionista, e, em nome da igualdade política e do direito à propriedade, a Constituição de 1891 foi mais um instrumento “em direção à formação de amplos domínios fundiários no país, reafirmando-se a ordem latifundiária” (Linhares e Teixeira da Silva, 1999, p. 76).

No contexto de fim da situação de colônia, ocupações livres, Lei de Terras, abolição da escravatura e Constituição Republicana, os emigrantes mineiros chegaram e foram se estabelecendo em Orizona. Na década de 1980, Loureiro (1988), pesquisando sobre a prática dos agricultores de Campo Limpo, município de Orizona, e Borges (1990), em estudo sobre a implantação da Estrada de Ferro de Goiás acrescentam outros elementos sobre a ocupação e o povoamento do sul de Goiás.

O “êxodo de mineiros abastados para o sul de Goiás” foi provocado pela valorização e escassez das terras do Triângulo Mineiro, sobretudo de Uberaba, que se transformou em centro comercial e migratório, após a chegada das lavouras de café ao oeste paulista, em meados do século XIX. O sul do estado oferecia alguns atrativos como terras férteis, facilidade de apossamento e de acesso, pois a estrada que ligava São Paulo a Vila Boa, capital de Goiás, passava por Santa Cruz, vila próxima ao Triângulo Mineiro (Loureiro, 1988, p. 32).

O “desenvolvimento que veio vindo” (Pereira Neto, 1970, p. 91) era resultado, na verdade, de transformações econômicas e políticas do país. A marcha do café, o avanço da urbanização e industrialização na Região Centro-sul; o uso dos emigrantes estrangeiros como trabalhadores livres nas lavouras cafeeiras; a abolição da escravatura que, ao menos legalmente, transformou o escravo em mão-de-obra livre, e o fim do Império redefiniram e ampliaram a expansão do capital rumo ao interior do país. Por conseguinte, o Triângulo Mineiro e o Sul de Goiás, por fazerem fronteira com a zona cafeeira, assumiram a tarefa de produzir alimentos para os novos trabalhadores. “Os trabalhadores do café produzem, a partir de então, o café, bem de exportação; e os camponeses das regiões vizinhas, além de produzir os bens alimentícios para si mesmos, também o fazem para os outros trabalhadores, que absorverão o excedente dessa produção”, afirma Loureiro (1988, p. 33).

Os emigrantes mineiros praticavam a agropecuária para a subsistência. Segundo Loureiro (1988, p. 32) “quase tudo (...) era produzido por esses senhores de terra, desde a roupa que era tecida nos teares, até os móveis e utensílios, fabricados por algum membro da família”. Os poucos excedentes eram vendidos em cidades mineiras como Araguari, Uberlândia.

Campos (1987, p. 23) avalia ter havido uma certa dificuldade em separar a lavoura da criação por serem “atividades de idêntica natureza e quase sempre complementares numa mesma propriedade”. Borges (1990, p. 52) acrescenta que mesmo sendo uma “atividade secundária ou subsidiária da produção pecuarista” alguns ramos da agricultura

encontravam-se inseridos na economia de mercado, principalmente quando essa produção se achava associada a algumas indústrias regionais, as quais até valorizavam e dinamizavam a produção no campo em algumas regiões, produzindo, mesmo de forma artesanal, mercadorias que eram vendidas no mercado local ou exportadas para outros Estados, como marmelada, rapadura, cachaça, tecidos de algodão etc.

Os principais fatores dessa baixa produtividade agrícola são ainda elencados por Borges (1990): forças produtivas incipientes, relações de trabalho que não estimulavam a produtividade da mão-de-obra, pouca fertilidade do solo, condições sócio-econômicas do estado e, sobretudo, falta de meios de transportes capazes de garantir a exportação da produção agrícola para outros estados. Os únicos meios de transportes usados à época, no estado, eram as tropas e o carro de boi, os quais tornavam a exportação agrícola onerosa e inviável. Borges (1990, p. 52) afirma: “além de transitar nas longas estradas apenas no período da seca, os custos dos fretes eliminavam a possibilidade de continuação do processo produtivo, bem como a competitividade dos produtos regionais em qualquer mercado de outros estados”.

Loureiro (1988, p. 32-33) faz referência ao uso e à importância do carro de boi para os primeiros agricultores de Orizona, o que não eliminava a necessidade da construção de estradas, pois, mesmo após a chegada da estrada de ferro ao Triângulo Mineiro, “o transporte dos produtos entre o sul de Goiás e Araguari continuava sendo feito pelas tropas e pelos carros de boi”. Estes serviam também para as viagens de abastecimento feitas a centros comerciais de São Paulo e Minas Gerais em busca de

produtos industrializados como “sal, pólvora, chumbo e instrumentos de trabalho como enxada e machado”.

O boi, um produto que se autotransportava, “era a atividade econômica por excelência do Estado e por isso difundida por todos os recantos goianos” (Campos, 1987, p. 24). Por conseguinte, “foi a única mercadoria regional exportadora [exportada] em escala considerável para outros Estados” (Borges, 1990, p. 51). Foi também a fonte de dinheiro para as compras de abastecimento. Os primeiros habitantes de Orizona engordavam o boi até o mínimo de oito anos, idade suficiente para suportar as longas caminhadas até os matadouros paulistas e cariocas (Loureiro, 1988). O que significava um problema para o produtor, visto que a baixa qualidade do rebanho e a perda de peso reduziam a competitividade do produto, evidenciando que a pecuária, mesmo que em menor grau, também sofria as amarguras da falta de transporte. Mesmo assim, o boi garantiu a inserção do estado nos quadros da produção mercantil. Aliás, no seu conjunto, agricultura e pecuária, em Goiás, já eram atividades organizadas na lógica das leis da economia de mercado e se subordinavam à produção agro-exportadora nacional (Borges, 1990).

A possibilidade de ampliar as mercadorias dos setores agrícola e pecuário colocou o Sul de Goiás diante de um novo impasse: o transporte das mercadorias que, como já foi citado, era um dos fatores da baixa produtividade da economia no estado impedia a expansão, a acumulação e a reprodução do capital. É o que diz Borges (1990, p. 55): “uma das condições imprescindíveis para o capital expandir sua frente pioneira rumo ao Centro-Oeste seria a implantação de uma infra-estrutura de transporte que possibilitasse a ligação dessa região ao Centro-Sul”.

A solução encontrada pelo capital foi a de fazer chegar até a nova fronteira agrícola *os caminhos do ferro*. Essa intenção já fazia parte dos planos da política brasileira desde 1835 e justificava-se pela finalidade econômica e também política, pois era necessário conter os focos rebeldes que aconteciam, sobretudo no nordeste e sul do Império. A Guerra do Paraguai também significou uma ameaça às fronteiras brasileiras, o que estimulou ainda mais a elaboração de planos políticos, visando a integração nacional e a centralização administrativa (Borges, 1990).

A construção de uma rede ferroviária poderia solucionar a carência de meios de transporte e comunicação por terra, mas os grandes planos ferroviários do Império e da Primeira República reduziram-se a troncos ferroviários ligando regiões produtoras aos

portos de exportação, demonstrando um claro favorecimento de forças regionais em detrimento da nação como um todo (Borges, 1990, p. 27). As forças regionais concentravam-se nas regiões produtoras de café, isto é, paulistas e com elas capitais estrangeiros – franceses, belgas, britânicos e alemães. Para Borges (1990, p. 44-45),

as estradas de ferro expandiram-se acompanhando a 'onda verde' do café. A produção cafeeira em terras cada vez mais distantes da costa, tornou-se possível graças às estradas de ferro. A cultura e os trilhos cresciam juntos e eram sócios na conquista de novas fronteiras (...), ficando dessa forma explícitos os fatores que dificultavam às províncias não produtoras de café, conseguirem junto ao governo central o apoio financeiro necessário à construção de ferrovias. (Borges, 1990, p. 44-45)

E assim se deu a chegada dos trilhos ao Triângulo Mineiro, em Uberaba, em 1889, e, em Araguari, em 1897. Como Araguari é mais próxima de Goiás, as terras goianas nos arredores dessa cidade mineira foram mais valorizadas e exploradas, produzindo maior quantidade de mercadorias que continuaram sendo transportadas, no interior do território goiano, por tropas e carro de boi. Provavelmente, esse foi um dos fatores que motivaram a construção do primeiro tráfego ferroviário de Goiás, inaugurado em 1912, ligando Minas Gerais a Goiandira-GO. Em 1913, os trilhos chegaram a Ipameri e, em 1914, ao Rio Corumbá, no Porto de Roncador (Loureiro, 1988).

Quando a estrada de ferro chegou a Goiás, a Capela dos Correias já estava elevada à categoria de cidade, com a denominação de Campo Formoso. A proximidade do Porto de Roncador ao novo município incentivou, sobretudo, a pecuária, pois o transporte do gado por tropeiros, passou a ser feito somente até o porto, e, de lá, seguia de trem até São Paulo. O novo transporte diminuiu a perda de peso dos bois durante as viagens, permitindo sua venda com menor idade, o que propiciava maiores rendimentos aos produtores. Mesmo assim, havia dificuldades. Além de não haver condições de armazenar mercadorias às margens do rio, o porto ficava *do lado de lá do rio* e a travessia era feita por uma única balsa que cobrava altas taxas pelo serviço. Essa situação não eliminava a importância econômica do Porto de Roncador para o sul de Goiás (Loureiro, 1988).

A estrada de ferro atravessou o Rio Corumbá em 1922, estabelecendo um terminal no qual foi construída a cidade de Pires do Rio-GO. De Araguari a Goiandira foram 16 anos, a Ipameri 17, a Roncador 18 e a Pires do Rio 26 e, somente na década de 1940 os trilhos chegaram a Catalão. Borges (1990, p. 55) analisa essa demora e conclui que ela esteve ligada à existência de vários interesses contrários ao projeto da ferrovia:

Em Goiás as oligarquias dominantes pouco ou nada fizeram de concreto para tornar realidade a ferrovia. Os coronéis, contrários a qualquer tipo de mudança de caráter progressista, não queriam a estrada de ferro, pois ela representaria uma força nova de transformação que poderia ameaçar o 'status quo', ou seja, o poder constituído dos coronéis.

Essa interferência de cunho conservador não acontecia somente em relação à via férrea. As poucas estradas de rodagem e pontes que existiam eram construídas e exploradas por particulares, já que o Estado não dispunha de recursos ou interesses para esse fim. "E ao que tudo indica este descaso é expressão da política dos pecuaristas (fazendeiros) que controlavam a economia e a administração pública estadual no período", assinala Campos (1987, p. 24).

Os mineiros também abriram frente contra o avanço da estrada de ferro de Formiga-MG até a vila de Catalão-GO e dela à vila de Palma no norte do estado; contra o prolongamento da estrada de Araguari até à capital Vila Boa. Posicionaram-se também contra o plano de ligar Goiás a Cuiabá por linha férrea, projetos que colocariam "Goiás em contato direto com o Rio de Janeiro e São Paulo e a cidade de Catalão seria importante centro de entroncamento ferroviário do Estado" (Borges, 1990, p. 59).

A verdadeira razão do empenho dos mineiros em impedir ou retardar a entrada dos *caminhos de ferro* em Goiás foi a iminência de perderem seus privilégios econômicos garantidos com o comércio das mercadorias goianas feito em Araguari. Alie-se a essa razão a "inexistência de um pensamento nacional superior aos interesses regionais" (Borges, 1990, p. 62-63).

Em contrapartida a tantos interesses contrários à estrada de ferro no Estado, existiram forças que a defenderam, seja por motivos político-eleitorais, ou porque, de fato, acreditavam na sua viabilidade econômica. É o que conclui Borges (1990, p. 55-56):

a implantação da Estrada de Ferro de Goiás resultou primeiro do empenho político de uma fração da classe dominante ligada a grupos oligárquicos que despontavam como força política no Estado, a qual contou com o apoio do capital financeiro internacional. Em segundo lugar, como a ferrovia servia inteiramente aos interesses da economia capitalista, ou seja, à nova ordem econômica em expansão no País, este fator, direta ou indiretamente, pressionaria o Governo Federal a apoiar a construção da linha.

O autor alerta para o risco de se atribuir à estrada de ferro o papel de único fator de modernização das estruturas regionais, pelas quais o estado passou no início do

século XX, visto que ela, por si mesma, não constituía um fenômeno autônomo, pois resultou da própria expansão imperialista do capital estrangeiro (Borges, 1990, p. 110).

Em meio a divergências entre grupos mineiros e goianos, os trilhos chegaram a Goiás juntamente com a crise do café, em decorrência da crise capitalista internacional. A região do café passou a ser a região da indústria. O sul do estado, que antes produzia alimentos para os trabalhadores do café passou agora a fazê-lo também para os trabalhadores da indústria, além de fornecer matérias-primas, sobretudo o boi, para as indústrias alimentícias de São Paulo, que emergiram durante a Primeira Guerra Mundial exportando o charque e a carne congelada (Loureiro, 1988).

Com o aumento da demanda de produtos agropecuários, resultaram modificações importantes as quais Borges (1990) chama de modernização da economia agrária, incremento das relações comerciais e de modernização e urbanização.

Várias cidades do sul e sudeste do Estado passaram por esse processo, sobretudo aquelas servidas mais diretamente pela estrada de ferro para as quais a modernização aconteceu de forma mais acelerada e algumas até foram fundadas por causa disso.

Delimitando mais o estudo para a região de Orizona, Pires do Rio, cidade construída assim que os trilhos atravessaram o Rio Corumbá, desempenhou papel importante nas transformações ocorridas nas regiões circunvizinhas. Situada a pouco mais de 30 km de Orizona, a nova cidade passou a ser o centro de recebimento de compra e venda de mercadorias, antes feito no porto de Roncador, e se tornou concorrente de Araguari ao título de centro comercial da região. Além de comercializar a produção própria de gado e arroz, Pires do Rio escoava a produção de cidades vizinhas, o que possibilitou o surgimento de alguns incrementos no local, como fazendas de engorda, matadouro, charqueadas, máquina de beneficiar arroz, curtumes, indústrias de laticínios, serraria, fábricas de manteiga e outros pequenos centros de produção mantidos pelos “comerciantes da nova cidade que se lançavam a novos investimentos de capital, ou eram, principalmente, migrantes que vinham tentar a acumulação de capital na nova cidade” (Loureiro, 1988, p. 34-36).

Escreve Pereira Neto que Orizona, à época ainda Campo Formozo, também passou por algumas modificações modernizantes, como construção de pontes, estradas, agência de correio e escolas; farmácia, banda de música, delegacia militar, circulação do

jornal *A Roça*, e um ônibus – *a jardineira*¹⁰ – para levar passageiros até a estação mais próxima e até um caminhão (1970; 1991).

Essa nova frente de expansão atendia às demandas de mão-de-obra, usando excedentes populacionais do Triângulo Mineiro e também da própria região, absorvendo os pequenos proprietários que dispunham de suas terras, pressionados pelos grandes pecuaristas que ampliavam suas propriedades para a criação extensiva de gado. Nesse processo de pecuarização, o pequeno agricultor foi sendo expulso do campo. A esta expulsão Loureiro (1988) chama de liberação de mão-de-obra o que se intensificou a partir da década de 1930, quando a frente pioneira foi empurrada para outra região, o Mato Grosso de Goiás.

A construção de Goiânia e a chegada da estrada de ferro a Anápolis–GO, em 1935, prometeram uma nova área de expansão e para lá os investimentos foram canalizados, deixando Pires do Rio e outras cidades em plano secundário. Na verdade, a expansão do capital para o norte do estado explica-se pelos planos de Getúlio Vargas de avançar pelo oeste até a Amazônia, criando novas frentes de produção de alimentos e matérias-primas para a industrialização que se intensificava na Região Sudeste. Também era intenção direcionar excedentes populacionais do Centro-Sul para os espaços vazios, aliviando focos de tensão que já aconteciam nos grandes centros. Somava-se a isso a possibilidade de eliminar mais dois perigos à ordem nacional: as disputas partidárias regionais que ameaçavam a ditadura de Vargas e a eminência de possíveis *deslocados* da Segunda Guerra Mundial (Pessoa, 1999b; Loureiro, 1988).

Nesse processo de interiorização foi implantada em Goiás a primeira Colônia Agrícola Nacional (Cang), em 1941, nas proximidades de Anápolis¹¹. A notícia de que o governo estava distribuindo terra em Goiás corria por todo o Brasil, o que atraiu um grande número de emigrantes de outros estados e de outras regiões goianas. As terras baratas, férteis e abundantes do Mato Grosso Goiano e a pecuarização que já acontecia em Pires do Rio e região, estimularam os pequenos proprietários e trabalhadores rurais a buscarem o *novo eldorado* (Loureiro, 1988).

Enquanto em Pires do Rio, a exploração e a concentração de terras aconteceram de forma mais acelerada, e a produção agropecuária decresceu a partir da década de 1940, em Orizona, isso se deu de forma menos intensa. Loureiro (1988) atribui a

¹⁰ Denominação regional para veículo de transporte de passageiros.

¹¹ Sobre a Colônia Agrícola Nacional de Goiás ver Pessoa, 1999a.

essa diferença o fato de este município estar recuado em relação à estrada de ferro. Em estudo comparativo sobre a produção agropecuária dos dois municípios, entre 1940 e 1950, a autora conclui que nesse período, ao contrário de Pires do Rio, “Orizona destacou-se como produtor de gado, milho feijão e, principalmente, arroz. Significativamente, o nome da cidade mudou, em 1943, de Campo Formoso para Orizona, região do arroz” (Loureiro, 1988, p. 39). Ao adjetivar o município como o maior produtor de arroz em Goiás, na década de 1940, Pereira Neto (1970, p. 67), também se refere a uma tendência a pecuarização da produção rural em Orizona: “em Campo Formoso, as terras férteis favoreciam à lavoura rizícola e as roças largadas davam as pastagens propiciadoras do alto padrão da criação de gado, atualmente [1970] em ascensão”.

A cronologia de Borges (1990) e Loureiro (1988) sobre a ocupação, povoamento e produção do Sul de Goiás, encerra-se nas décadas de 1920 e 1950 respectivamente. Pereira Neto (1970; 1991) não apresenta análise nem dados sobre esses aspectos, o que deixa uma lacuna de estudos específicos sobre o município de Orizona até as décadas de 1980 e 1990, momento em que David José Caume (1997) publica *A agricultura familiar no estado de Goiás*. Com o objetivo de “configurar os diferentes ambientes sócio-econômicos em que se insere a produção familiar” no Estado, o autor investiga alguns municípios, dentre eles Orizona (Caume, 1997, p. 23).

Mesmo que tenha sido um período sem análises específicas, não significa que o município esteve fora do conjunto de ações políticas, sociais e econômicas empreendidas a partir do final da década de 1940. As implicações políticas após a Segunda Guerra Mundial serviram de pressuposto da necessidade de transformações em toda a América Latina. Em razão dessa necessidade, a entrada de capital estrangeiro no país impulsionou a industrialização e a urbanização, o que mais uma vez exigia uma produção maior de alimentos e matérias-primas alimentícias. Goiás, um estado que já servia a esse fim, conheceu uma profunda alteração produtiva e populacional incentivada pela abertura da Rodovia Belém-Brasília, pela construção de Brasília e pelo baixo preço de suas terras em relação às do Centro-sul do país (Pessoa, 1999b).

No setor agrário, as transformações ocorridas são denominadas de modernização, ou de organização da produção em moldes empresariais (Graziano Neto *apud* Pessoa, 1999b). Segundo Lunardi (1999, p. 48), o pano de fundo para as mudanças que ocorreram nesse setor foi a criação, nos Estados Unidos da América, do

programa denominado 'revolução verde', que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícolas no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes, associados à utilização de máquinas e equipamentos.

Viria pela frente não só o incremento das técnicas de produção agropecuária, mas um eficiente processo de expansão da grande propriedade que acelerou ainda mais a expulsão do pequeno proprietário do campo. Constatou Caume (1997) que Orizônia não esteve fora desse processo de concentração fundiária.

Estabelecendo como parâmetro de pequena propriedade ou estabelecimento familiar quinhentos hectares para as regiões Sul e Sudeste e mil hectares para as demais, a pesquisa apresentada por Caume (1997) revela que 74,8% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil são do tipo familiar e que esses ocupam 22,2% da área total do país. Na Região Centro-Oeste 43,1% das propriedades são classificadas como pequenas e correspondem a apenas 4,9% da área total. Segundo o autor, esses dados confirmam o peso da concentração agrária na região.

Na região, o setor familiar é responsável por apenas 8,8% do valor total da produção agropecuária, o que configura um processo de marginalização da produção familiar em uma região onde a pecuária de caráter extensivo e as grandes monoculturas de arroz, soja, cana-de-açúcar e milho foram competentes no sentido de catalisar os benefícios oriundos das políticas públicas. (Caume, 1997, p. 12- 13)

Esse quadro de concentração da grande propriedade, nacional e regional também se verifica em Orizônia, em menor grau como já foi anunciado, onde 84% dos estabelecimentos são pequenos e médios (até 200 ha) e detêm 42% da área total do município. Da área ocupada pelos pequenos produtores, 24% correspondem a lavouras, sobretudo de arroz e milho, e 76% a pastagens. Além do que, 78% do total de propriedades do município praticam a pecuária como atividade econômica principal (Caume, 1997). A tendência à pecuarização, remonta suas origens no decorrer da década de 1940, conforme registraram Pereira Neto (1970) e Loureiro (1988). O domínio da pecuária leiteira e não o da pecuária de corte apresenta o município como o de maior índice de produtividade de

leite do estado de Goiás¹². É possível verificar momentos em que essa tendência se acentua com as ações das entidades rurais no município, que há mais de cinco décadas vem se constituindo dando prioridade à produção de leite. É possível, também, que o trabalho de muitos agentes tenha garantido melhores condições na qualidade de vida do homem do campo, contribuindo para o enfrentamento das dificuldades oriundas deste contexto, sem passar pelo abandono da terra. A fala de um dos fundadores da primeira associação de pequenos agricultores do município revela que o associativismo rural foi pensado como uma possibilidade de permanência na terra:

o associativismo em Orizona foi a fórmula que nós pequenos produtores encontramos, para que esse mesmo pequeno produtor permanecesse no meio rural, ou seja, continuasse fazendo parte do produtor, ou seja, produzindo e conseguindo manter sua família e principalmente produzindo alimento para aqueles que moram na cidade. (Entrevista com João Bosco Mesquita, 1999)

¹² Trata-se em comparação com os municípios de Formosa, Goiás, Itapuranga e Rio Verde, conforme Caume (1997). Mesmo que seja um dado estabelecido em relação a seis municípios, entre os agentes envolvidos diretamente com a produção de leite no município de Orizona há uma tendência à generalização deste índice para o estado.



Fonte: Arquivo pessoal do Professor Paulo Acácio de Souza – Orizona-GO, [1906-1943].

Figura nº 1 – Primeira construção da Igreja Matriz de Orizona



Fonte: Arquivo pessoal do Professor Paulo Acácio de Souza – Orizona-GO, [sem data].

Figura nº 2 – Primeiras construções do Largo da Matriz de Orizona, à época da Capela dos Correias



Fonte: Arquivo pessoal do Professor Paulo Acácio de Souza – Orizona-GO, [sem data].

Figura nº 3 – Festa religiosa no Largo da Matriz de Orizona, provavelmente à época da Capela dos Correias



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Cláudia de Castro e Souza – Comunidade Firmeza – Orizona-GO, [sem data].

Figura nº 4 – Carro de boi no Largo da Matriz de Orizona, provavelmente à época da Capela dos Correias ou Campo Formoso



Fonte: Arquivo pessoal de Alzira Teodora de Jesus – Comunidade Água Grande – Orizona-GO, [1951].

Figura nº 5 – Alunos do Mestre Escola Lourenço de Souza Bastos



Fonte: Arquivo pessoal de Terezinha Teodora de Jesus – Orizona-GO, [final da década de 1930].

Figura nº 6 – Grupo de amigos em dia de festa



Fonte: Arquivo pessoal de Terezinha Teodora de Jesus – Orizona-GO, [final da década de 1950].

Figura nº 7 – Grupo de amigos em mutirão de bateção de pasto

CAPÍTULO II

A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DOS AGENTES RURAIS EM ORIZONA

A palavra da Igreja fez ver a todos quanto a Igreja deseja ver seus filhos acompanhar, seguir, e tirar bons proveitos do que a ciência, a técnica, o progresso nos podem dar para contribuir para uma situação mais humana de seus filhos, de modo que possam mais partir-se em condições mais dignas de homens e de filhos de Deus. (Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Piedade – Orizona–GO (PNSP, 1960, p. 7))

A Apamac é apenas uma das muitas associações de pequenos agricultores que existem em Orizona e o associativismo rural é somente uma das várias formas de organização constituídas no município com interesses canalizados para o rural. Se ela é uma unidade em uma diversidade, antes de mergulhar em suas particularidades e nelas encontrar práticas educativas, é necessário conhecer os princípios, regras, expectativas, motivações, oposições, alianças que construíram e movem a existência desse universo.

Para chegar a esse objetivo fez-se, a opção por relatar o processo de constituição de cada entidade com base em bibliografia, depoimentos, entrevistas, análise de documentos, que além de contribuir para compreender a Apamac em um universo amplo e heterogêneo, ainda pretende apresentar duas questões. A primeira se é possível com o processo de construção das entidades rurais em Orizona justificar a *realidade diferente* apresentada na introdução ao primeiro capítulo visto que o povoamento e a ocupação fundiária no município foi uma história da grande propriedade, em nada diferindo dos contextos nacional e regional. A segunda se existe de fato uma relação harmoniosa entre as entidades manifestada, sobretudo, pela presença da maioria delas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR).

2.1 Igreja Católica e Partido Comunista Brasileiro definem as primeiras ações

Tivemos palestras feitas pelo (...) Sr. Arcebispo metropolitano, que soube dar um sentido cristão a essa semana em que se falava sobretudo da matéria. Fez ver de maneira clara a missão e o desejo da Igreja em relação ao homem e à vida do campo. (PNSP, 1960, p.1)

Dos agentes que ora estão em disputa pelo controle político no campo das organizações rurais no município de Orizona alguns deles se constituíram com ações desencadeadas pelo PCB que tinha a intenção de fazer *a revolução* não apenas com os trabalhadores urbanos, mas também com os rurais, além de (re)ações da Igreja Católica, dos fazendeiros e do poder público. Pode-se afirmar que ações e (re)ações trouxeram à luz formas sistemáticas de organização dos interesses em diferentes espaços do rural no Brasil.

Inicialmente, é útil recorrer ao registro de uma ação vinda do rural, provavelmente quando o município era ainda Capela dos Correias, não por reconhecer nesta algum vínculo com as organizações atuais, mas para dizer algumas palavras sobre a imagem do homem do campo construída ao longo da nossa história.

A resistência ao sorteio para recrutamento militar, movimento de tentativa de queima de cartório, foi denominada por Pereira Neto (1970, p. 113-115) como *revolta desordeira*: “os revoltosos (...) vieram da boca da mata (...) armados de carabina, garruchas, revólveres, espingardas chumbeiras, etc”, e, quando avistaram a cidade, enviaram um emissário para avisar aos moradores do ataque que se aproximava. O ataque, estranhamente anunciado, provocou a ida, a pé, de um “mediador pacifista ou herói pacifista” até os revoltosos, convencendo o líder do bando a propor a retirada, recuando diante dos perigos que corriam: “partiram para suas casa, mas o chefe do movimento jamais botou os pés na cidade. Homem de brio. Mas antes de irem embora deram uma enorme descarga de tiros”.

Gohn (1995, p. 48) esclarece que o movimento contra o recrutamento militar ou queima de cartório se deu em âmbito nacional, entre 1873-1885, cuja

especificidade é dada pelo fato de que ser recrutado significava uma verdadeira punição, pois era um candidato à morte nas guerras e aventuras em que o governo se envolvia com os países limítrofes, além da certeza de um tempo de vida que era uma tortura. O regime dos quartéis era de castigos e serviços pesados. Na realidade quem era recrutado era a chamada arraia-miúda.

Por arraia-miúda entenda-se escravos, desordeiros, malfeitores, ou qualquer outro tipo de gente pequena como trabalhadores ou pequenos proprietários rurais, que dificilmente escapariam do sorteio militar. Ao mostrar e analisar a conjuntura militar do Império e da província goiana à época da Guerra do Paraguai, Martins (1983) mostra as privações e as provações pelas quais estavam submetidos os combatentes. Cólera, beribéri, varíola, fome, chuvas, deserções, escassos meios de transporte e de comunicação eram fatores, dentre outros, que dizimavam mais soldados do que os combates com o inimigo. A *sorte* ainda reservou aos sobreviventes goianos um difícil retorno. Ainda segundo Martins (1983, p. 68),

depois de concluída a sua atuação na defesa do território brasileiro, (...) foram em Cuiabá dispensados de continuar o serviço militar, pelo presidente de Mato Grosso. Em consequência, (...) foram retornando esparsos, por seus próprios meios, o que tornou Goiás a única província que não recebeu seus filhos com as honras que mereciam.

Resistir ao exército era tido como gesto de insurreição contra a religião, a nação, o imperador, a província, a pátria, a guarda nacional, já que em nome destes que era feito o recrutamento, de início, voluntário, mas depois, compulsório. A dominação, nesse caso representada pelo exército, provocou uma reação dos dominados e, provavelmente esteja nessa reação uma das primeiras tentativas organizadas da arraia-miúda rural de resistir ao poder, apesar da pecha de revoltosos, de desordeiros e de baderneiros. Para dizer do “mêdo que a ignorância imprime num povo analfabeto e impatriótico”, Pereira Neto (1970, p. 85-86) ainda adjetiva de pitoresca a resistência ao sorteio militar ao contar a história de “um bando de rapazes” que se escondeu na mata por cerca de seis meses com medo de serem enviados para a guerra. Amoitados, os rapazes souberam de um mutirão de bateção de pasto e resolveram se arriscar no ajuntamento. Durante o baile, lá pelas altas horas “um gracegista” solta o grito de “Óia a captura!” Foi o bastante para dar fim ao pagode.

Se a desqualificação é uma importante estratégia usada pelo poder para construir a imagem do desordeiro, a omissão é igualmente eficaz na construção da imagem do passivo – ou do pacífico. Esse segundo aspecto sugere um questionamento do cunho harmonioso presente na história oficial sobre a ocupação e povoamento do município. Uma prova dessa omissão oficial é o trabalho de Loureiro (1988) que reconstituiu um outro momento de luta do roceiro de Orizona. Para a autora, é pouco provável que os pequenos proprietários que foram expulsos do campo, sempre que nova frente pioneira chegava,

tenham aceitado pacificamente deixar para trás a terra de trabalho. “O que existe, provavelmente, é que essas lutas foram omitidas na história oficial de Goiás (...), pois a História Oficial é empática com os vencedores e exclui a outra classe dessa memória, na qualidade de vencida”, afirma Loureiro (1988, p. 21-23).

Esse novo momento aconteceu entre 1948 e 1952 na região denominada Campo Limpo, localizada entre os Rios Corumbá e Piracanjuba. A Luta do Arrendo, como ficou conhecido o movimento, constituiu-se em um conflito que envolveu camponeses, mediados pelo PCB, em oposição aos fazendeiros, prefeituras municipais de Pires do Rio e Orizona, polícia e governo estadual. Os camponeses envolvidos contaram com o apoio da Igreja Católica Apostólica Romana, da Igreja Apostólica Brasileira, dos espíritas, dos trabalhadores urbanos e dos comerciantes.

Inicialmente, a Luta do Arrendo desenrolou-se tendo como objetivo a baixa da taxa de arrendo, mas o impasse e a violência deram-se quando os camponeses decidiram por uma outra questão além do cumprimento da taxa do arrendo, ou seja, quando decidiram pela ocupação das terras de Campo Limpo. O PCB¹ que atuava como agente educativo da Luta do Arrendo incentivou a ocupação e a derrubada da mata, mesmo com a posição contrária do PCB local. Os dois momentos da luta são bem distintos, como relata um informante de Loureiro (1988, p. 66): “na Luta do arrendo, foram mobilizados uns trezentos camponeses e na luta de ocupação de terras participaram dezesseis. Os outros camponeses não se arriscaram. Todos queriam ter a terra para trabalhar, mas não tinham coragem de enfrentar a repressão”.

A ocupação da mata em Campo Limpo despertou medos, ódios, indignação, boatos, pois o que motivava aquele momento da luta não era mais o cumprimento de uma taxa. A conquista de terra colocou em questão a propriedade privada, dando ao movimento um caráter político de alcance mais amplo e sensibilizando de modo mais ou menos acentuado as diferentes categorias de aliados.

Por aliados da Luta do Arrendo, Loureiro (1988) chama aquelas categorias que apoiaram de alguma forma os camponeses ou os proprietários das terras de Campo Limpo, e também aqueles que ignoravam o que acontecia. Os simpatizantes dos

¹ O PCB, por meio dos encaminhamentos da Aliança Operário-camponesa em 1928, atuou de forma efetiva no meio rural brasileiro somente na segunda metade da década de 1940. Com uma política de apoio ao governo, nesse momento de democratização internacional, o PCB defendia a revolução brasileira, mas não sem antes acontecer a revolução democrático-burguesa. Neste contexto, surgiram as Ligas Camponesas. A primeira, delas em Uberlândia, em 1946. Em Goiás seguiram os trilhos da estrada de ferro sendo criadas nos municípios de Catalão, Nova Aurora, Urutai, Pires do Rio, Orizona e Goiandira (Loureiro, 1988; Pessoa, 1999b).

camponeses disseram “que a causa do arrendo era justa, mas invadir a propriedade privada era diferente”. Os que assistiam a tudo calados levantaram campanha contra a ocupação. Uma possível conquista da terra pelos camponeses, por meio da ocupação e não pela compra, significaria a quebra da hegemonia da grande propriedade, o que constituía uma “falta de respeito” como disse um ex-proprietário de Campo Limpo e informante de Loureiro (1988). O respeito à propriedade privada respaldou a opinião pública e a repressão contra os camponeses.

O *homem de brio* que recuou e nunca mais voltou à cidade na história de Pereira Neto (1970) e os camponeses de Campo Limpo que faltaram com o respeito à propriedade alheia, como disse o informante de Loureiro (1988), são expressões de uma imagem dos trabalhadores rurais estrategicamente produzidas pela História Oficial, quando esta se dispõe a mensurá-los: “numa situação de subordinação e inferioridade diante dos patrões e de passividade diante das injustiças e desmandos a que são submetidos” (Lunardi, 1999, p. 32-33). São os personagens tradicionais, os caípiras, os avessos ao progresso, mesmo quando aparecem organizados em defesa de seus interesses como nas situações citadas. São em geral identificados como

alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando (...). Essa exclusão ideológica é tão profunda, tão radical, que alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses e, não obstante desconhecidos não só da imensa massa do povo, como dos intelectuais, (...) a história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político. (Martins, *apud* Lunardi, 1999, p. 33)

Os camponeses de Campo Limpo encontraram, pela mediação do PCB, uma forma de expressar a condição de não-proprietários da terra de trabalho na qual até então estavam aprisionados nas relações estabelecidas pelas condições de morador, de agregado, de camarada. A explicitação dessa situação, o grande ganho da luta para os trabalhadores, provocou no lado *desrespeitado* uma reorganização de suas ações. A primeira providência tomada, e, para isso, a repressão armada teve importante papel, foi a reconstrução da memória do movimento. Os lados diretamente envolvidos assumem posições e reações diferentes quanto aos resultados do movimento:

Os fazendeiros falam sobre a Luta do Arrendo sem constrangimento ou temor. Agigantam mesmo a sua dimensão, e referem-se a ela como um mal debelado e do qual foram as principais vítimas. (...) [Os]

remanescentes da luta na região são arredios e mostram-se temerosos de abordar o assunto. Trata-se de algo que desejam esquecer. Tendo sido reprimidos, tem pavor de passar novamente pela experiência. (...) O fazendeiro foi o vencedor; nada teme. Fala do acontecimento sem rodeios; continua com poder. Os camponeses, ao contrário, continuam oprimidos; foram e são vencidos. Muitos têm a temer. Por isso são reticentes ao falar do assunto, temem nova represália. (Loureiro, 1988, p. 98-99)

Durante entrevista com um informante, desta pesquisa, Joaquim Ribeiro, que participou das primeiras organizações rurais oficializadas – Associação Rural de Orizona (ARO), CSRO, Sindicato Rural de Orizona (SRO) –, declarou que não tivera conhecimento da Luta do Arrendo. A pesquisadora relacionou a luta à pessoa do senador José da Costa Pereira, que teve papel importante no desfecho do movimento de Campo Limpo e que era amigo do informante. Joaquim Ribeiro lembrou-se de vários outros acontecimentos da época envolvendo o senador, mas encerrou a entrevista dizendo: “nunca vi falar nisso não”. Alguns meses após a realização da entrevista, a pesquisadora recebeu um recado que Joaquim Ribeiro queria falar com ela. Durante o encontro, o informante disse que foi investigar e lembrou-se que houve mesmo um *acontecimento* na região de Campo Limpo, mas achou duvidosa a participação do senador, já que nunca haviam conversado sobre isso e que se ele realmente participara do desenrolar da Luta foi tomando providências fora do município. Ao ser perguntado se lembrava do que havia acontecido com os trabalhadores, ele respondeu que a maioria mudou-se para a região de Ceres-GO, pois o governo estava “dando terra de graça por lá”. Ele concluiu a conversa dizendo que o *acontecido* foi orientação de gente de fora, que vinha de Catalão-GO e de Uberlândia-MG instruindo o povo a fazer aquelas coisas, “não era coisa de gente daqui não”. As lembranças de Joaquim Ribeiro ratificam uma outra conclusão de Loureiro (1988, p. 98) sobre a Luta do Arrendo:

a opinião pública no geral esqueceu-se dela ou minimizou a tal ponto sua importância que ela se tornou insignificante. A luta é explicada como simples ‘coisa do partido’; nesse aspecto é impressionante o poder da ideologia dominante, que não só rechaça da história oficial a luta dos vencidos, como também consegue apagá-la da memória de suas testemunhas.

Mesmo que não tenha havido uma continuidade da ação das Ligas Camponesas² no município desde o final da Luta do Arrendo, de qualquer modo deve-se ressaltar a atuação do PCB como fio condutor da reorganização das formas de luta dos fazendeiros, poder público e Igreja Católica para se chegar à ARO³, ao CSRO⁴ e ao SRO⁵ como primeiros agentes constituídos e oficializados – e depois deles vários outros – para jogar o jogo, para estar à frente, para garantir que sua voz seja a verdadeira e que seu projeto de ação seja o legítimo. No jogo está implícita a luta, um dos princípios geradores do conceito de *campo*, em Bourdieu (1983), aqui apropriado, ainda que de forma *conceitual tópica* (Catani e Pereira, 2001) para tentar superar a aparente harmonia presente entre os vários agentes rurais em Orizona. Tal aparência ganha visibilidade no uso corrente de certos termos, como parceria e companheiros, freqüentes nas falas representativas das entidades e que podem ser expressos na frase: há “um momento que as entidades rurais de Orizona são capazes de se sentar à mesma mesa sem brigar”⁶. Em Bourdieu (1983, p. 106) a luta não é entendida como conspiração, como estratégia para supressão do lado oponente, mas como garantia da continuidade do campo:

num campo, os agentes e as entidades estão em luta, com forças diferentes e segundo as regras constitutivas deste espaço de jogo, para se apropriar dos lucros específicos que estão em jogo neste jogo. Os que dominam o jogo o campo possuem os meios de fazê-lo funcionar em seu benefício; mas devem contar com a resistência dos dominados.

Ao falar da fundação do CSRO, Joaquim Ribeiro remete ao anúncio da primeira⁷ intenção da Igreja Católica em atuar sistematicamente no meio rural. Pelo documento *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*, produzido em 1950 na 1ª Semana Ruralista realizada pela Diocese de Campanha–MG (Pessoa, 1999b), a Igreja adiantava-se na defesa dos direitos dos trabalhadores e de apoio a uma reforma agrária assentada na propriedade familiar. O documento da Diocese de Campanha propõe uma

² Para maior conhecimento sobre a história, avaliação e significados da Ligas Camponesas ver Azevedo (1982).

³ Fundada em 14 de outubro de 1954.

⁴ Fundado em 23 de junho de 1960.

⁵ Fundado em 15 de janeiro de 1968.

⁶ Palavras de José Augusto Pinto Ribeiro, monitor da Efaori, quando participava de uma atividade didática – Colocação em Comum – em que os alunos discutiam sobre a constituição das entidades rurais do município.

⁷ De acordo com Gohn (1995), não há registros que a Igreja Católica tenha assumido posições de forma organizada e oficial, antes da década de 1950, sobre a questão agrária. Anterior a esse período, constam participações expressivas de membros do clero que atuavam como líderes, assessores ou ideólogos em lutas ou movimentos, mas isso não significa que o Igreja tivesse um projeto político-social de atuar junto dos menos favorecidos. O seu papel fundamental era o de diluidora de conflitos.

ação conjunta da Igreja, do Estado e dos proprietários como forma de melhorar as condições de vida do homem do campo, mas não questiona a estrutura fundiária. Embutida na ação religiosa, havia a intenção de se antecipar aos avanços da atuação do PCB no campo, que vinha ganhando expressiva experiência como no caso da Luta do Arrendo em Orizona, e já se admitia a possibilidade da luta armada com o objetivo de tomar o poder. Um dos caminhos decisivos para isso passava pelo redimensionamento da proposta comunista para o meio rural: a terra é de quem nela trabalha. Por intermédio da Igreja, a modernização agrícola chegou a Orizona:

O que eu lembro bem dessa Semana é que eu acho que quem encabeçou foi o D. Fernando que era arcebispo de Goiânia na época. Era uma época de outras festas também. Tinha umas festas de igreja e aí veio esse pessoal ficar aí uma semana. Foi uma Semana Ruralista. Então tinha técnico veterinário, da agricultura; tinha médico, da medicina. Então eles deram assim um resumo de uma orientação pro povo. Em cada sentido desse teve um pouquinho. (Entrevista com Joaquim Ribeiro, 2002)

Era necessária uma intervenção externa na agricultura pra incorporá-la “ao modelo de sociedade que se estava gestando, mais dinâmica, moderna complexa e, sobretudo urbano-industrial” (Linhares & Teixeira da Silva, 1999, p. 143). No entanto, a intervenção foi muito mais ligada à modernização do que a alterações da estrutura fundiária do país. Em outras palavras, em substituição à posse da terra de trabalho, a máquina, o remédio, o adubo, a semente. Dadas as precárias condições de vida no rural brasileiro à época, não é de se estranhar que a modernização foi uma medida – ou uma estratégia – eficaz para apaziguar os mais afeitos por uma redistribuição da terra. A qualidade de vida em Orizona na década de 1950 foi descrita em detalhes por Joaquim Ribeiro, a quem foi perguntado o tipo de orientação recebida pelos participantes das Semanas Ruralistas:

Naquele tempo não tinha veterinário, não tinha agrônomo e médico era médico que tinha uma pastazinha, ia nos doente aplicar injeção todo dia e aquela coisa. Então era uma orientação assim do comportamento de quando uma pessoa arranjasse uma doença; falava muito esse negócio de gravidez, de parto e os costumes que o povo tinha em relação. Na parte da saúde foi uma coisa que eles falou muito. Esse negócio de sarampo, naquela época não tinha vacina; de varicela, como que as pessoas devia comportar. Porque o povo tinha uns remédios estragados, arranjava esses trem assim: pra sarampo fazia cada remédio pra não recolher e isso e aquilo; dava banho de nas pessoas que tava com varicela com água de cocô de vaca pra não dá infecção. Então esse trem assim. Então eles falaram muito nesses trem assim. Olha o que eu lembro eles falaram mais

em horta. Ensinando preparar canteiro, não era tempo do adubo ainda. Então preparar o canteiro, como fazer a muda, plantar a muda. Mas a roça mesmo, arroz, milho, esses trem eu não lembro de nada que eles falou nisso. De gado também eu não recorro de nada que eles falou, porque naquele também não existia mineral. Não tinha remédio, não tinha produto veterinário, nem nada. Então eu lembro deles falar sobre as doenças, mas não lembro que ele falou em mais alguma coisa e nem eu nem ninguém não mudou nada em relação a gado nesse período. Essas coisas veio acontecendo depois. (Entrevista com Joaquim Ribeiro, 2002)

As três Semanas Ruralistas que aconteceram em Orizona foram realizadas juntamente com exposições agropecuárias. Além da Igreja, dos poderes público municipal e estadual que em si já eram representados pelos fazendeiros, a organização dos eventos contava também com uma representação específica dos patrões – a ARO – que patrocinava e registrava em atas a organização e os resultados das Semanas. A primeira delas, em 1960, foi sugerida pelo vigário local, ao participar de uma reunião da ARO no salão de festas da paróquia. O padre disse que

via que Orizona seria o celeiro de Brasília e que se poderia realizar aqui a semana ruralista por intermédio do Sr. Arcebispo Dom Fernando Gomes dos Santos, a quem por uma concessão especial do Ministério da Agricultura, vai indicar o município para a realização desse certame, sendo esses assuntos bem aplaudidos pelos presentes. (ARO, 1954, p.15)

Em outra assembléia, realizada na sacristia da Igreja e sem a presença do vigário, a ARO concluiu que a primeira Semana Ruralista teve um “grande aproveitamento de todos os ensinamentos referentes à agricultura e pecuária”(ARO, 1954, p. 19)⁸. Segundo Joaquim Ribeiro, no fim da programação foi proposto que “então tinha que criar alguma coisa, ficar alguma coisa registrada pra tocar dali frente, porque se não entrava no esquecimento”. Essa *coisa*, colocada como o grande “marco da Semana Ruralista (...) com imenso benefício do nosso povo”, foi a criação do CSRO. No entanto, a leitura da ata de fundação sugere que a criação do CSRO já estava articulada anteriormente e era parte da programação, pois

o Vigário da Paróquia, abriu a reunião, expondo os motivos porque estavam decididos a organizar a sociedade. Disse que o assunto tinha estudado em reuniões anteriores, inclusive os Estatutos, agora em redação final que passava a ler para possíveis modificações e para conhecimento de todos. (CSRO, 1960, p. 2)

⁸ A primeira Semana Ruralista aconteceu de 18 a 24 de junho de 1960.

Presidida por D. Fernando Gomes do Santos, Arcebispo Metropolitano de Goiânia, a assembléia anunciou que poderiam ser sócios da nova entidade as “pessoas maiores, de boa formação e conduta irrepreensível, de espírito comunitário e dedicadas ao próximo”. Os fins e meios também foram listados:

- promover o bem espiritual, material, moral e social do Povo, especialmente da infância e juventude pelos meios:
- a) compreensão e disciplina da vida em comunidade;
 - b) formação do cooperativismo, nas suas diferentes modalidades, de conformidade com as leis que regulam o assunto;
 - c) instituição ou incremento de colégios, escolas, parques infantis, clubes recreativos, literários, agrícolas, de mães, e outras iniciativas que sejam úteis ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da pessoas, da família e dos grupos sociais;
 - d) promover a formação e elevação do homem do campo, visando a fixá-lo em seu meio; levar ao campo os recursos da educação, da técnica e dos métodos modernos, no sentido de valorizar o homem da terra. (CSRO, 1960, p. 2-7)⁹

Se a fundação do CSRO foi apresentada como marco da primeira Semana Ruralista, as atividades de lazer, a presença de veterinários e agrônomos, as aulas sobre economia doméstica, e um *rebanho domesticado* aparecem como conquistas e méritos das outras Semanas Ruralistas:

A exposição ocorreu em paz, ambiente de respeito e frequentado por autoridades e pessoas de vários municípios. (...) Durante a festa houve bailes, e rodeios e disputa de bola com a cidade de Vianópolis. A Semana Ruralista foi presidida pelo Exmo.º e Revm.º Dom. Fernando Gomes nosso Arcebispo. Foram nossos mestres vários agrônomos, médicos, veterinários e economia doméstica. O povo do município e da cidade colheram grandes proveitos com os ensinamentos. (ARO, 1954, p. 22)¹⁰

Verificou-se nos dias em que se efetuou a Exposição Agro-Pecuária, uma proveitosa Semana Ruralista (...). Viu-se a classe rural de Orizona grandemente beneficiada pelo Serviço Social Rural, Fomento Animal, Fomento Agrícola e ACAR de Goiás. Verificou-se também, e com grande satisfação, que Orizona é a única cidade em que, até hoje, foram realizadas três Semanas Ruralistas e juntamente três Exposições Agro-Pecuárias pela atividade exclusiva da Associação Rural local, não acontecendo sacrifício financeiro aos associados. (...) deixando em Orizona e aos visitantes impressões ótimas, em consequência de os animais bovinos, equinos e suínos terem se apresentado bem mais

⁹ Das 21 assinaturas que constam na ata de criação do CSRO, uma é a do vigário do município Pe. João do Carmelo Xavier e outra é a de D. Fernando Gomes dos Santos; e outras 11 constam também no livro de atas da ARO.

¹⁰ A exposição e segunda Semana Ruralista aconteceram de 17 a 25 de junho de 1961.

domesticados, que em outras exposições anteriores. (ARO, 1954, p. 23-24) ¹¹

Fica evidente que o empreendimento de modernizar a agricultura brasileira não contou só com a Igreja, com o Estado ou com os fazendeiros. Os acontecimentos citados nos registros da ARO são um bom exemplo disso. A presença do vigário, do juiz de direito e de funcionários do Ministério da Agricultura nas reuniões, os vários sócios ligados aos poderes executivo e legislativo locais, as assembléias realizadas ou na sala de audiências do fórum ou no salão de festas da paróquia, e até na sacristia, a visita de um Senador da República a uma das reuniões; a presença da Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar-GO)¹² na última Semana Ruralista são particularidades que não deixam dúvidas sobre as intenções de companheiros de longa data – latifundiários, Estado e Igreja – atuando no mesmo campo como partes interessadas no monopólio político das instituições rurais em Orizona naquele momento. As questões referentes à terra não eram assunto para ser deixado ao PCB e a seus camponeses.

A repressão e o controle das decisões da justiça e da representação pública em níveis municipal, estadual e federal foram instrumentos eficazes nas mãos do setor patronal para impedir qualquer avanço dos trabalhadores rurais, mesmo em relação à compra de ferramentas e produtos veterinários; e às informações sobre o uso da terra, ou seja, sobre a modernização. É pouco provável que os não-proprietários tenham participado diretamente dos *ensinamentos* nas Semanas Ruralistas, e não há registro sobre sua participação. A leitura das atas da ARO apenas supõe que o evento serviu como uma ponte para fazer chegar aos seus agregados, peões, moradores, vaqueiros os instrumentos de trabalho, ou qualquer outra novidade modernizadora. O prefeito “doou a esta Associação um trator e verba que vem beneficiar a laboriosa classe ruralista deste município” (ARO, 1954, p. 2). Essa conquista está registrada na primeira ata da associação. Mais adiante, o Ministério da Agricultura também contribuiu com um debulhador de milho manual, um cortador de forragem manual, um engenho de cana, trinta foices, 96 enxadas largas de 2 ½ libras e 48 estreitas de 2 ½ libras, além de dez arados. “Os arados serem vendidos ou emprestados aos associados, as foices e enxadas

¹¹ A exposição e a segunda Semana Ruralista aconteceram de 23 a 26 de junho de 1962.

¹² A Acar-GO foi fundada em 03 de março de 1959 tendo como membros fundadores o Governo do Estado, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), a Federação das Indústrias do Estado de Goiás, a Federação do Comércio do Estado de Goiás e a Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás. Em Orizona a criação de escritório local da Acar data de 10 de janeiro de 1966.

serão vendida a preço de custo, os outros objetos serão vendidos ou devolvidos ao Posto de Agricultura”, indica a ata da reunião (ARO, 1954, p. 2).

O melhor exemplo do controle exercido pelas forças presentes naquele momento foi, provavelmente, uma assembléia realizada na sala de audiência do fórum local, em que estavam presentes além de trinta sócios¹³, um diretor do Ministério da Agricultura e outro do Hospital Veterinário de Goiânia, o juiz de direito do município, o Cônego Antônio Ribeiro de Oliveira e o Senador José da Costa Pereira. Interrogados pelo senador, os técnicos responderam a questões sobre doenças em laranjeiras, porcos, galinhas e bezerros, o processo de fazer adubo e o modo de empregá-lo, o combate às saúvas e a insetos em geral. A participação do senador José da Costa Pereira¹⁴ foi além de encaminhar os assuntos. Ele pediu, em nome da Associação, ao diretor do Ministério da Agricultura, algumas enxadas: “se fosse possível mandar à dita associação mil enxadas; este [o diretor] depois de alegar o aumento de custo das mesmas, prometeu que mandaria” (ARO, 1954, p. 7).

No último registro da ARO há a renúncia do presidente, alegando dificuldades por residir fora da sede da associação e a sua afirmação sobre a “necessidade de atualização da Associação Rural em face dos movimentos nacionais de reestruturação e reorganização agrárias” (ARO, 1954, p. 30).¹⁵

Esses “movimentos nacionais de reestruturação e reorganização agrárias”, motivos da preocupação do presidente da associação que renunciava foram, nas palavras de Lunardi (1999, p. 55), transformações que se expressavam e se aglutinaram, “principalmente, quanto à reforma agrária, à extensão da legislação trabalhista à área rural e o direito à representação sindical”. Ponto de consenso entre as forças políticas que capitaneavam o controle do rural, tais transformações eram, ao mesmo tempo, um ponto de “difícil conciliação”, sobretudo, sobre a forma de serem conduzidas, causando divergências até mesmo no interior do PCB, da Igreja e do próprio Estado, o que constituíram elementos decisivos para o golpe militar de 30 de março de 1964, justamente sete dias após a ARO ter se manifestado preocupada com a questão agrária. A fala de Pedro Jacinto Pereira possibilita dar medida à preocupação da ARO:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orizona (STRO) teve uma articulação no ano de 63. Alguns companheiros tiveram a iniciativa de

¹³ O número é referente aos sócios que assinaram a ata.

¹⁴ O senador também esteve presente nas ações que desencadearam a repressão contra os camponeses da Luta do Arrendo. (Loureiro, 1988)

¹⁵ Ata assinada por somente oito sócios.

organizar pensando em criar um sindicato. Quando veio o golpe militar, em 64, tudo quanto era organização foi excluída. Esses companheiros que liderava, que deveria ser uma meia dúzia no município todo, sofreram muito, muita perseguição. É, esconderam. Ficou dias escondido com medo da repressão. Ai ficou todo mundo decepcionado o intimidado. (...) Essa idéia eu não sei informar aonde que ela nasceu. Aqui no Taquaral, que se chama Taquaral do Meio, o Seu Osvaldo Vieira era o líder que fazia frente, nesta região, pra organizar o pessoal desta região. Mas afirmo que pelo menos quatro regiões tava discutindo, pensando em organizar pra criar o sindicato. Esse Osvaldo Vieira é um dos que sofreu ameaças. Ele teve que fugir, ficar fora do município escondido por uma temporada, depois pra voltar, porque a polícia perseguia. (Entrevista com Pedro Jacinto Pereira, 2002)

Em sua obra *Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)*, Guimarães (1988) cita uma relação de 39 sindicatos de trabalhadores rurais criados em Goiás nos anos de 1963/1964, orientados pelo MEB, pela Frente Agrária Goiana (Fago) ou pelo PCB, que estavam em disputa pelo controle dos sindicatos rurais. Dentre eles, há os de Silvânia, Leopoldo de Bulhões, Piracanjuba; e uma articulação para fundação em Cristalina, municípios próximos a Orizona. A presença da Fago em Orizona levou “a cabo maciça campanha de inscrições” que visava a “sindicalização de nossos elementos do Campo – pequenos, médios e grandes proprietários rurais (...) com a inspiração e orientação da Arquidiocese” (PNSP, 1960, p. 14). Dadas às ameaças sofridas pelos envolvidos com o movimento citado por Pedro Jacinto, e tendo em vista a preocupação manifestada pelos fazendeiros locais, é de supor que a idéia de criar um sindicato de trabalhadores rurais no município, em 1963, teve orientação do PCB, que mais uma vez estaria agindo entre os trabalhadores rurais no município. Ou seja, Fago e o PCB estariam atuando no município, pois “a maior quantidade de sindicatos decodificava-se em garantia de hegemonia sobre os trabalhadores e controle do processo político no campo” (Guimarães, 1988, p. 118).

Após a renúncia do presidente da ARO, seus sócios somente voltaram a reunir-se, no evento que transferiu as atividades da associação para a tutela do SRO. A finalização de um e a criação do outro durou de 7 a 15 de janeiro de 1968 e contaram com a presença da ACAR-GO, de um representante do Sindicato Rural de Goiânia e de um apurador de votos indicado pelo Procurador Regional de Justiça (ARO, 1954, p. 32-34). Joaquim Ribeiro é quem relembra o momento e encerra o caráter patronal da associação e do SRO:

Quando começou o movimento de criar o sindicato, antes tinha era uma associação rural que, pra mim, ela foi encabeçada através do prefeito, políticos da época. Ela era uma coisa da prefeitura. Quer dizer, as mesmas pessoas que tava na prefeitura e mais uns produtor passou assim ... tinha os sócios e era só gente assim que... de uma certa condição, de um tamanho de terra pra cima, de um tanto de gado, que fazia parte. Não era muita gente não. Eu lembro de uma série de gente. Um muncado deles eu lembro.(...) Uma maioria (...) era gente que tinha uma liderança política. Uns era do Partido Social Democrático (PSD), outros era da União Democrática Nacional (UDN). Tinha uma misturazinha. Da UDN era pouco, mas tinha. (...) Aí (...) veio o sindicato e (...) aonde já tinha associação ela passaria ser o sindicato dos empregador. (...) No ponto que ela era, ela só transferia. (Entrevista com Joaquim Ribeiro, 2002)

2.2 Novos atores entram em cena – a ação dos padres italianos

Então foi isso. Foi uma escola que valeu a pena.
(Entrevista com Pedro Jacinto Pereira, 2002)

No mesmo ano em que a Associação Rural transferiu sua ação para o Sindicato Rural, chegaram em Orizona dois padres italianos que, com as orientações do Concílio Vaticano II, iniciaram um trabalho que envolveu formação religiosa, promoção humana e formação do *espírito comunitário*, como resume o Pe. Massimiliano Leorato, ou Pe. Máximo como é conhecido.

Em entrevista, Pe. Máximo disse ter reencontrado nas comunidades rurais de Orizona a sua infância, a sua juventude, o que ajuda a explicar o fato de ele ser o mais lembrado, o mais citado dentre os sete padres italianos que passaram pelo município entre os anos de 1968 e 1990. Em suas falas os trabalhadores e trabalhadoras rurais comumente se referem *ao tempo do Pe. Máximo* com uma certa dose de saudosismo, como aquele que mais esteve presente não apenas nas reuniões de CEBs e missas rurais, mas também como o que mais demonstrava interesse e curiosidade pelas coisas da roça¹⁶. Em depoimento, uma informante disse que o padre era tão atencioso com o trabalho rural que chegava a

¹⁶ Os orizonenses usam os termos *roça* e *fazenda* para designar zona rural, lugar onde o homem rural mora independentemente do tamanho da propriedade ou se o morador é ou não o proprietário. Os termos *roceiro* e *fazendeiro* são também usados para designar proprietários de terra, qualquer que seja o tamanho da propriedade. A tradicional divisão terminológica de grande, média e pequena propriedade não aparece com distinção na fala, sobretudo das entidades rurais. O *grande* e o *pequeno* são as duas distinções feitas e se referem, sobretudo, à quantidade de leite produzida.

ponto de contar os grãos de arroz de um cacho para citar, em cursos de formação para dirigentes das CEBs, a importância do trabalhador rural¹⁷. Se é possível falar em uma *igreja particular* coordenada por Dom Gilberto e depois por Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, para a Diocese de Ipameri-GO é possível também falar em *CEBs particulares* do Pe. Máximo em Orizona. Sobre seu reencontro com as coisas da terra, o padre relembra, em entrevista:¹⁸

É, o que eu achei mais interessante, foi o fato que eu fui criado na roça (...). E em (...) Orizona, um ambiente assim de interior, de roça; mesmo fazendo um trabalho de padre me reencontrei criança. Voltei às origens. (...) Era mais fácil falar a linguagem dos pequenos proprietários, dos lavradores. Eu conhecia. Eu sempre falava: Quando vocês precisar de um bom peão, podem me chamar. Tá apertado? Eu tô disposto a qualquer serviço. Tirar leite, capinar, etc. então eu me encontrei muito bem com o povo. (...) Então eu, praticamente, renasci voltando criança, lembrando, matando a saudade com o meu período em casa com a lavoura. E também renasci como fé, podemos dizer, deixando uma fé mais doutrinal e passando para uma fé mais popular, mais simples, mais espontânea. Então, muitas vezes, eu almoçava lá na roça, entrosava com eles. Então eu acostumei a comer a comida, o arroz-feijão. A comida da roça, o pepino, o pequi, morde no pequi. É aí foi muito interessante para mim.

Sua fala, referente ao trabalho que desenvolveram no meio rural em Orizona, sobretudo, sobre a questão agrária, revela certos cuidados com a situação política implantada pelos governos militares e pelos próprios impasses da Igreja Católica em se posicionar contra ou a favor dos ditames da ditadura e ante opção do Vaticano II por uma Igreja para o povo e do povo.

Ao ser perguntado se assuntos referentes à distribuição e ocupação da terra eram discutidos no trabalho que realizaram, Pe. Máximo responde:

No início não. No início não se pensou. Na época não tinha o Movimento dos Sem-Terra como depois de criou. Mas o que ajudou no início foi o fato que na reunião da comunidade estavam presentes e participavam também os fazendeiros. Então o fazendeiro foi praticamente obrigado a entrar. Ele, também, no fundo, na prática, ele também participava, porque participavam os peões, participavam todas as famílias. Às vezes a reunião era até na casa dele, na fazenda dele. Então os moradores proprietários ou médios proprietários não ficaram fora do movimento das CEBs, mas foram também envolvidos. E também tiveram que se entrosar, porque os peões, os empregados participavam. E eles também foram envolvidos

¹⁷ Depoimento de Musa de Castro que fazia parte da Equipe de Cursos da Igreja, no momento da implantação da CEBs no município (2002).

¹⁸ O Padre Massimiliano Leorato reside e responde atualmente pela paróquia da cidade de Corumbáiba-GO e concedeu esta entrevista em janeiro de 2002.

nesse movimento. (...) Teve uma natural mistura dos pequenos com os grandes. Teve uma natural integração entre os diaristas, os sem terra, os pequenos proprietários com os médios e com os fazendeiros. (...) Teve uma natural integração bastante fácil entre os sem terra, os diaristas, os peões, os pequenos, os médios e os fazendeiros. (Entrevista com Pe. Massimiliano Leorato, 2002)

No início, antes de transformar a *Igreja de Capela* em *Igreja de Comunidades* fizeram um trabalho para localizar as lideranças e envolvê-las no movimento das CEBs:

E o primeiro trabalho que fizemos (...) foi mesmo o de rodar o município inteiro para visitar. Aos domingos íamos celebrar, cada domingo numa capela. Mas durante a semana nós fomos visitar os povoados, encontrando, sobretudo as escolas rurais. Saudando os meninos, falando uma palavrinha para os meninos, mas, sobretudo tomando contato pessoas com as professoras. E nestas visitas a gente tomava nota do nome da professora e do nível dela e, sobretudo, do compromisso que elas tinham, não só com a escola, mas com a comunidade. E visitando as capelas nós fomos identificando quem eram os líderes do ponto de vista religioso. Quer dizer, quem era o rezador ou a rezadora da capela; qual pessoa que era ponto de referência do povo em caso de doença ou de algum outro problema. E assim fomos descobrindo a nível religioso e a nível de educação, de escola; a nível de capela e de escola, qual os dois tipos de liderança que existiam na zona rural. E foi a partir daí que se criou estes cursos para não mais rezadores ou professores de escolas, ou rezadores de capelas, mas dirigentes de comunidades. (...) E então se descentralizou a reunião do povo; não mais na capela, mas nas fazendas, nas casas, ou também, no grupo escolar que existia longe da capela, fazendo do escolar, da fazenda, da casa de proprietário ou outro um lugar de encontro popular. (...) Primeiro era só o rezador, ou a professora, ou a catequista, ou o presidente ou o tesoureiro da capela. (Entrevista com Pe. Massimiliano Leorato, 2002)

O trabalho de mudança da *Igreja de Capela* para a *Igreja de Comunidades*, relatado pelo entrevistado acima, pode ser exemplificado pela Congregação Mariana – Masculina e Feminina – do povoado da Cachoeira (CMC)– que foi fundada em 1962. Pedro Alves Rocha, ou Pedro Rocha como é chamado, relembra esse tempo dizendo que as Irmãs Catequistas, provenientes de Catalão–GO, foram as primeiras que fizeram a leitura do Evangelho “que já estava nas mãos delas (...) após o Concílio de abertura”; e que em uma destas reuniões o vigário da paróquia deu-lhe, em sigilo, um livro – o Evangelho do Trabalhador – e falou assim: “lê sozinho e pratica porque futuramente vai estar pra vocês também falar a palavra de Deus”. Mas os livros Santo Evangelho, Bíblia Sagrada e o Resumo da Sagrada Escritura somente foram apresentados para que pudessem comprá-los

no final de 1968 no mesmo dia em que rezaram pedindo à “Virgem Santíssima que nossos novos padres acostumem em nossos meios, sobretudo com o clima” (CMC, 1963 p. 22-23).

Localizado como líder e convidado para o primeiro encontro de formação cequista, Pedro Rocha diz que no final do curso tiveram a demonstração, feita por pessoas da Paróquia Franciscana de Pires do Rio-GO, de como fazer uma reunião de CEBs e que receberam a orientação de como deveria ser o trabalho dali para frente: “já não mais seria só nas associações, mas que deveria ser na comunidade já com todo mundo engajado, não só alguns membros mas toda a família”.

O primeiro encontro de CEB que os Marianos realizaram no povoado da Cachoeira aconteceu na casa de Pedro Rocha: “era o aniversário da Maria, aí a gente foi e convidou, caiu numa quarta-feira. A gente falou: quarta-feira é o aniversário da Maria, vocês quer marcar lá pra casa à noite? (...) A gente vai, então, vai fazer lá uma reunião com a palavra”. Maria Cândida, a esposa de Pedro Rocha, que, no momento da entrevista, estava ao lado do marido atenta ao que ele falava, também relembra esse tempo. Sua voz aparece, de fundo na gravação, dizendo: “até esse dia eu fiz aniversário, depois num fiz mais não. Foi só a comunidade que fez, até hoje”. O dia 28 de janeiro é o dia em que a região da Cachoeira que atualmente abrange cinco CEBs comemora o aniversário da comunidade e não o da Dona Maria. “Eles cantam parabéns e eu fico lá de pé, num canto”, ela brinca (Entrevista com Pedro Rocha, 2002).

O Pe. Máximo é seguro em afirmar que praticamente não houve resistência dos líderes localizados para iniciar a Igreja de Comunidade. “Não muito”, ele diz e continua:

Porque não anulamos as associações, as rezas e as festas. Inclusive lá em Orizona tinha muito os Congregados Marianos, os Irmãos do Santíssimo [e o Apostolado da Oração] que eram associações muito fortes. E tinha suas reuniões. (...) E eles consideravam o padre como assistente espiritual da associação e eu participava, animava muito estas reuniões. E quando eles falavam: “Ah, vamos dar a palavra ao padre, ao assistente”, eu fazia uma explanação do Vaticano II, da nova mentalidade que é a igreja e o povo, que os leigos são responsáveis na Igreja, que têm que ser membros ativos, etc. Foi aí que semeamos as idéias do Vaticano II, que era motivação para a vida comunitária. Tanto é verdade que todos os Irmãos do Santíssimo se tornaram dirigentes de comunidade; todos os Marianos se tornaram dirigentes de comunidade. (...) E assim também os rezadores. Quando era as festas, por exemplo, das capelas, nós iam toda noite pra fazer a novena. Mais que fazer a novena na capela fazíamos ao redor da capela. Fazendo filmezinho de conscientização comunitária, de catequese, da igreja do povo de Deus e etc. Então era uma

conscientização que transformava e conservava a religiosidade dando um conteúdo mais doutrinal, atual do Vaticano II. Ai foi, praticamente, desaparecendo o rezador e foi aparecendo o dirigente do culto aos domingos. (...) Então foi uma conscientização que veio a partir deles, a partir da religiosidade deles. (...) Então o padre não ficou mais aquele que manda, aquele que faz tudo, etc. Mas ficou como o animador, o formador dos dirigentes e animador das comunidades, mas os que atuavam nas comunidades eram, sobretudo os leigos, estes, que eram membros destas associações, mas com uma mentalidade nova. (Entrevista com Pe. Massimiliano Leorato, 2002)

Observando os registros escritos de Pedro Rocha, é possível perceber como a linguagem demonstra a transformação. Inicialmente, as atribuições dos congregados eram a reza do terço, ladainhas e ofícios, coleta dos donativos em dinheiro, preocupação com as pessoas que ainda não tinham feito a primeira comunhão; distribuição de santinhos e zelo pelos distintivos e com os dez compromissos do congregado; além de se reunirem apenas na capela do povoado. Após a chegada do Pe. Edmundo, das Irmãs Catequistas e, sobretudo, depois da formação para as reuniões das CEBs, já com a presença dos padres italianos, a ênfase era para aquisição, leitura e compreensão do evangelho; organização das comunidades circunvizinhas ao povoado. As frases e palavras “reuniões do evangelho, apóstolo do trabalho Evangélico nas comunidades; congregado militante; diálogo e animadores” também aparecem. Assuntos como a cooperativa de produtores rurais que estava sendo criada; o trabalho do CSRO; a distribuição de sementes de hortaliças; uma campanha de galinhas para conseguir uma bomba para cisterna; e ajuda a doentes eram discutidos. Os encontros aconteciam na capela do povoado, nas casas dos congregados e no campo de futebol com a presença de outras pessoas das comunidades. Aos poucos, a reunião, centralizada na pessoa do presidente da congregação, transformou-se para uma equipe formada de recepcionista, animador, explicitador, espiritualizador cronometrista e avaliador. Os padres eram presença constante “dizendo que o congregado não deve ser só de fita, más sim de Exemplo isto é por em prática o Evangelho”; e também se preocupavam com o dia-a-dia do roceiro: o padre “dirigiu sua palavra aos congregados, iniciando com a pergunta como iríamos passando com o tempo de sol e chuva e como estavam as lavôras” (CMC, 1963, p. 27-61).

Pedro Rocha conclui seu relato sobre esse processo de transformação dizendo como a igreja do altar sucumbiu à igreja da assembléia: “nós caminhamos mais uma temporada, uns anos com a Congregação Mariana (...), mas vendo que às vezes nesses encontros (...) nós ficava dividindo com o povão da comunidade. Nós resolvemos, então, de afastar o nome de associações e colocar só comunidade”. Há ainda um fato

experienciado pelos congregados que é um bom exemplo de como a religiosidade popular dos roceiros cedeu também à técnica, ao moderno. Eles estiveram, no ano de 1969, envolvidos em uma experiência de milagre:

o Sr. José Salviano do Nascimento relatou-nos sobre um fogo que o cercou com seu carro de boi em pleno campo, e que naquele momento pediu a Nossa Senhora que o socorresse, e nada o aconteceu. Disse que foi uma grande graça que o alcançou. Fez um convite a todos, para levantar um cruzeiro neste lugar, em agradecimento a Nossa Mãe Celestial. (CMC, 1963, p. 38-37)

Os congregados não levantaram apenas uma cruz no local do milagre, mas três. Uma grande e duas pequenas, pois Salviano Nascimento estava acompanhado por dois filhos ainda crianças. Conta uma moradora da Comunidade da Firmeza que o local em que aconteceu o milagre se tornou lugar de peregrinação, sobretudo para as crianças, em época de seca: “a gente levava flores e também água no caldeirão, na lata ou no garrafão de vidro para colocar nos cruzeiros e rezar pra chover”¹⁹. A *terra do milagre* foi desmatada recentemente por um fazendeiro paulista que as comprou para plantar soja e fazer pastagens. Os cruzeiros, evidentemente arrancados, estão guardados no quintal de um vizinho e antigo morador da região.

Leorato (1988, p. 54-55), busca na Bíblia as características e o sentido original das CEBs dizendo que, como comunidades, “nada mais fazem senão retornar o modelo da Igreja primitiva, que era de Igrejas locais, assentadas nas casas (...). O Novo Testamento se refere a Igrejas-comunidades reunidas em tal ou tal casa (...)”. Dessa forma, tanto as Igrejas primitivas quanto as CEBs “tinham por núcleo fundamental uma comunidade de ‘irmãos’, que se conheciam uns aos outros”. Leorato (1988, p. 62) ainda diz que o espaço de uma CEB é das famílias e para dar a elas “a consciência de ser complementares, é necessário colocá-las em recíproco contato, é preciso criar momentos de encontro e de comunhão entre as famílias”. Com essa preocupação, o autor responde ao ser perguntado sobre as transformações vistas por ele, no meio rural, durante o período (1968-1975) em que esteve à frente da paróquia de Orizona. Para ele, o grande ganho foi

que nestas reuniões de comunidade não eram os adultos ou os jovens, mas os filhos também. Quer dizer, quando chegava o Domingo à hora da reunião, não era o pai que saía de a cavalo, que ia para a reunião, mas era a família inteira. Então fechavam a porta e iam de Jeep, ou de camionete,

¹⁹ Depoimento de Maria Cláudia de Castro moradora da Comunidade Firmeza (2002).

ou de a cavalo. Iam o pai, a mãe e os filhos todos, as crianças todas. Então foi uma integração entre os adultos e as crianças; e entre a escola e a comunidade. Então os meninos não iam fora da família, de casa, só para ir para a escola e depois voltar. Mas iam também para se encontrar na reunião da comunidade, que era da reza da festa, da diversão, do baile, etc. Então as crianças e os adolescentes também cresceram neste espírito de comunidade, de entrosamento junto com as outras crianças e junto com a comunidade e com os problemas, com o trabalho da comunidade. Foi uma integração. E então foi uma mentalidade que se criou. Eu vejo agora, sobretudo, quando a gente vai lá, têm crianças, têm adolescentes, têm jovens, têm homens, têm mulheres. (...) Isso ajudou muito para uma educação mais aberta. Não era mais uma escola só que educava, (...) mas era também essa escola da vida. (...) Na escola da vida da comunidade, do povoado acompanhando a vida assim também como nas comunidades as crianças, os adolescentes, os jovens crescem acompanhando a vida problemática da comunidade. Então é uma educação ampliada, não é só a educação que se realiza dentro da sala de aula. É a escola da vida que educa. (Entrevista com Pe. Massimiliano Leorato, 2002)²⁰

No entanto, o trabalho dos padres italianos com o rural em Orizona não se resumiu à formação de uma religiosidade ceibista. Houve ainda mais duas ações, já anunciadas anteriormente, as quais o padre Máximo dá os nomes de promoção humana e formação do espírito comunitário que aconteceram simultaneamente ao trabalho religioso. Ele diz: “foi andando de par e passos que vamos ver como foi a partir dos pequenos, da união do espírito comunitário deles, que conseguiram (...) muitas realizações no campo da promoção humana e no campo social” (Entrevista com Pe. Massimiliano Leorato, 2002).

O CSRO foi o caminho encontrado para as atividades referentes à promoção humana, pois era necessária uma entidade para viabilizar a vinda de dinheiro, sobretudo da Itália para ser aplicado com as famílias carentes: “eram ajudas, doações que a gente recebia de amigos das nossas paróquias. Vinha nas nossas mãos, e nós aplicávamos através de uma comissão e através dos dirigentes” (entrevista com Pe. Massimiliano Leorato, 2002). O CSRO registrou apenas seis reuniões entre 1960 e 1966, nas quais estava preocupado com “um plano de ação conjunta, liderado pelo Centro Social”, entre eles e a ARO para a criação de uma cooperativa. Discutiu-se também como estender sua influência sobre a parte recreativa da cidade por meio de uma aproximação com um clube de festa e outro de futebol que já existiam na cidade (CSRO, 1960, p. 1-10). O trabalho do CSRO, com a orientação dos padres italianos, abriu-se para um leque de atividades as mais variadas possíveis, tendo como alvo um meio rural que mereceu particular descrição quanto aos aspectos de uso da terra, alimentação, saúde e higiene:

²⁰ Estudos mais aprofundados sobre as CEBs, e sobretudo sobre as influências da Igreja do Evangelho no meio rural, não constitui objetivo do presente trabalho, mas de Betto (1981); Duarte (1983); Pessoa (1999a).

[São] poucas lavouras, de tôco e longe de casa. Alimentação fraca, falta de vitaminas, falta de verduras, arroz e feijão – e falta de técnica no plantio de verduras e manutenção da horta. (...) O povo da Zona Rural não tem condições de procurar médico e farmácia.(...)[Há] ainda muitos partos na Zona Rural com atendimentos de parteiras desatualizadas [e também] casos de paralisia infantil, grupe e tétano. (CSRO, 1960, p. 17-21)

Ante a essa situação, a grande aposta foi o aproveitamento de um terreno da Igreja, localizado na cidade, para uma horta experimental modelo e arrendamento a “pessoas capazes, e que não possuem terras, para que possam formar lavouras”; curso de hortaliças, realizados pela Acar-local para líderes da zona rural; aquisição de um trator para melhor “desenvolver as lavouras de arroz, feijão, milho para o gado e engorda de porcos”; compra “de cereais, especialmente de arroz, para fornecimento aos sócios e à classe pobre na época de escassês”. Há que se considerar ainda que, com o objetivo de “estimular a iniciativa e apoiar o desenvolvimento, umas dezenas de agricultores, por intermédio do Centro Social Rural, conseguiram financiamento para suas pequenas lavouras e criação e engorda de porcos” (CSRO, 1960, p. 15-22). Duas dessas atividades estavam sujeitas ao parecer do dirigente da CEB na qual o interessado residia ou de um sócio do CSRO: a utilização dos serviços do trator e o financiamento. A esse último, o Pe. Máximo chama de o *Banco do Povo* e detalha como selecionavam os agricultores que queriam ou necessitavam do dinheiro:

Mas para poder entrar nesse Banco do Povo, precisava uma contrapartida. A ficha de quem iria entrar no Banco do Povo era preenchida pelos dirigentes de comunidades. E lá se perguntava, praticamente, sobre a família, os filhos. Se os filhos eram vacinados; se os filhos freqüentavam a escola; se lá em casa tem filtro; se lá em casa tem privada de acordo com a higiene. Se o chefe da família é lavrador, se não é alcoólatra, como é que é a vida dele. E esta ficha era assinada pelos dirigentes e os dirigentes tornavam-se avalistas do dinheiro que era emprestado. (...) Foi muito feliz essa iniciativa, porque com estes financiamentos os pequenos proprietários compravam a vaca, compravam os bois, compravam o cavalo, compravam os porquinhos. (Entrevista com Pe. Massimiliano Leorato, 2002)

Pe. Máximo declara que financiar a compra de terras não era uma preocupação do CSRO:

Porque aí teria sido um financiamento maior. A nossa finalidade era ajudar os pequenos. Forçá-los na promoção humana. Porque eles deviam sair do álcool, botar os meninos na escola, botar o filtro, a privada, cuidar

da vacinação, etc. E também desenvolver mais a lavoura, o método de trabalho comprando sementes, comprando inseticidas, mas a aquisição de terras, não. (Entrevista com Pe. Massimiliano Leorato, 2002)

Isto não significava, logicamente, que não houvesse problemas quanto à aplicação e ao pagamento do dinheiro do financiamento. A experiência de Joaquim Ribeiro como avalista de um agricultor revela essa situação, ao passo que a fala de Pe. Máximo apresenta um caráter não-problemático e efusivo da situação, sobretudo quanto à forma de pagamento:

Eles emprestava um dinheiro mais ou menos um tanto que achava que dava pra pessoa fazer o que ela apresentava que tava precisando.(...) E aí tinha uma um avalista que era o sócio fundador que tivesse na região que aquela que precisasse. Então a pessoa não precisava ser gente minha, nem ser muito conhecido meu. Por exemplo, ele tava na minha região e aí se ele fosse fazer, eu que avalizava e apresentava. Aí depois ele foi acabando, porque, inclusive, não deu certo foi logo comigo, porque eu acabei pagando um desses negócio. Falei: “Não. Ajudar vale, mas desse jeito não”. (Entrevista com Joaquim Ribeiro, 2002)

Eles pagavam, por exemplo, quando criavam os porquinhos. E quando vendiam os porquinhos eles pagavam aquilo que tinham recebido inicialmente. Quando era a época da colheita aí eles pagavam, devolviam aquilo que tinham recebido de empréstimo, sem juro e sem correção monetária, praticamente, para facilitar. Mas foi uma ajuda muito grande que despertou muito a criatividade. Porque muitas vezes o povo tava parado porque não tinha como começar. (Entrevista com Pe. Massimiliano Leorato, 2002)

A promoção da saúde e higiene foi coordenada por dois enfermeiros voluntários que vieram da Itália e em conjunto com a Acar-local, médicos locais e dirigentes das CEBs ministraram cursos para parteiras e vacinadores; distribuição de remédios contra verminoses; combate ao barbeiro; construção de privadas; e campanha para compra de filtros. “Foi centenas e centenas de filtros que foram vendidos. Caminhões que chegavam de Jaboticabal-SP trazendo os filtros” (Entrevista com Pe. Massimiliano Leorato, 2002). Ainda na área de saúde, o Centro Social promoveu a compra de equipamentos e a reconstrução do hospital maternidade no sistema de vários mutirões de serviços devidamente anotados: “dez pessoas para buscar pedras; 15 pessoas para cortar madeira; 13 pessoas para consertar o telhado do hospital; 15 homens para cavar fossas” (CSRO, 1960, p. 26-28). As mulheres também participavam dos mutirões fazendo comida e juntando dinheiro: “as mulher juntava para criar galinha e vender pra Brasília. Era galinha que num acabava mais, mas ajudou a trocar o piso inteirinho”. Por esse serviço, o

Centro Social tinha um número de consultas por mês para os pobres (Di Sousa, 1998, p.28-29).

Mesmo antes de fundar o Centro Social, os fazendeiros do município, por meio de ARO e das Semanas Ruralistas, manifestavam intenções de criar uma cooperativa, cuja idéia ganhou expressão como mais uma das atividades do Centro Social, com base em discussões coordenadas pelos padres italianos e das quais participaram o Sindicato Rural, a Acar-local, o poder público municipal, o bispo da diocese e o Banco do Brasil. Os escritos do CSRO registraram o processo de constituição da cooperativa, mas não o seu funcionamento que parece ter ocorrido fora de suas atividades. O momento de discussão, daquilo que o Pe. Máximo chama de formação do espírito comunitário, foi assim registrado:

Nas reuniões passadas tivemos a possibilidade de verificar as necessidades da referida fundação, incentivando e orientando principalmente os elementos da Zona Rural, os quais são os mais interessados na fundação da mencionada Cooperativa Agrícola, de vez que serão os primeiros a receberem os benefícios da aludida instituição. Foram feitas também reuniões na Zona Rural para melhor compreensão e orientação. [O gerente do Banco do Brasil, que iria financiar o dinheiro para a integralização das cotas] pôs em evidência os relevantes serviços prestados por uma Cooperativa Agrícola e os inúmeros benefícios alcançados e, aqueles [sic] que não aderirem a êsse [sic] movimento ficarão marginalizados, isto é, postos de lado e não terão possibilidade de realizar os seus anseios e as suas aspirações. (CSRO, 1960, p. 14-15)

Na experiência do cooperado que assumiu o fechamento da Cooperativa Agrícola, podemos saber a medida do seu funcionamento. O encerramento ocorreu por má administração. “Eu não sei se de ingenuidade, mas eu acho que de desonestidade, assim de uma certa maneira”, ele conclui e enumera vários fatos por meio dos quais é possível compreender como a primeira prática sobre cooperativismo foi construída pelas entidades envolvidas com o rural naquele momento (Entrevista com Joaquim Ribeiro, 2002).

Sobre a participação dos padres na Cooperativa Agrícola, Joaquim Ribeiro diz:

foi eles que levantou a idéia. Eles começou reativando o Centro e aí inventaram, porque eles veio de região adiantada e tal, a cooperativa. E aí você só, eu num sei se eles tava bem informado, mas eles apresentou só as vantagens e o povo entusiasmou, achando que cooperativa era uma coisa lucrativa. (Entrevista com Joaquim Ribeiro, 2002)

De início “apareceu um tanto de sócio e ela ficou pequena com esse comércioinho lá. E tava servindo muito porque aí passou a ter produto veterinário. Não tinha veterinário pra receitar, mas nós tudo já tinha costume de comprar algum remédio” (Entrevista com Joaquim Ribeiro, 2002). Até então, os produtores de leite desnatavam e vendiam o creme para uma fábrica de manteiga instalada na cidade, a qual foi fechada e ficou abandonada, e posteriormente comprada pela Cooperativa Agrícola:

Ai eles, assim, entusiasmaram e fez um financiamento [num] banco de Brasília, de assistência às cooperativas e aumentou a loja e tratou de arrumar o posto de leite. Comprou ela [a fábrica de manteiga] com os equipamentos caro, latão e tudo. Aí, a hora que foi começar, os latão tudo enferrujado, não prestava; a máquina de fazer manteiga num prestava, enferrujada; a desnatadeira, que eles num ia mexer com manteiga também, já num tava lá funcionado; o tanque; os trem; a casa. Aí aproveitou o local. Pra comprar comprou aquilo tudo, mas depois ficou com o local. (...) Então nesse meio aí surgiu a vendação de leite. Aí danou aparecer sócio e foi entrando. Oh, veio gente lá daqueles Sarapião, daquelas beira do Corumbá. E aí virou aquele peteco de leite na águas. Na seca acabava, porque num tinha ração, o povo num tinha costume de tratar de gado, num tinha máquina. Já tinha, mas pouco. Mas num tinha esse hábito de tratar pra tirar leite, aí virou um enxame de leite. Num teve consumo. Jogaram muito leite fora. Um pouco foi pifando as linha, o povo foi brigando, uns foi afastando. Aí é aquela história, quando vira pro lado de acabar, qualquer coisa serve pra descer mais um degrau. (...) Aí funcionou muncado. Não durou muito. Chegou um pagamento de leite e eles num pôde pagar. Aí começou o motim. Porque quando você tá indo bom, aí todo mundo é bom, tá fazendo certo e vai. A hora que dá um embaraçozinho, aí os que falava bem vira tudo pra falar mal. Quando foi pra pagar o povo deu o grito. Tá esperando o dinheiro e ele não deu. Aí foi ver não deu, não sei porque, lá. (Entrevista com Joaquim Ribeiro, 2002)

Depois de várias tentativas para salvar a cooperativa da ingenuidade e improbidade administrativas às quais Joaquim Ribeiro atribui o fracasso da mesma, a solução foi vendê-la para a Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais/Ltda (Itambé), empresa distribuidora de leite, por meio de uma negociação, no mínimo, controvertida, que encerrou, pelo menos em termos legais, a entrada da primeira prática de cooperativismo rural no município:

Aí partiu pra venda. (...) Eu tinha um contato com a Itambé, por acaso. Passou uma pessoa por aí, porque eles tinha comprado um posto de Silvânia. Já sabia que o trem tava pifando. Eles tinha começado em Brasília. (...) Tinha uma cooperativa lá, grande, lá, que o governo interviu. Ela num abusou tanto porque arrumou um interventor e aí passou ela pra mão da Itambé e depois já a de Silvânia e depois eles veio

pra aqui. E aí fui negociando, mas a cooperativa num dava pra pagar tudo, os trem dela tudo. Aí veio um auditor deles, fez um levantamento. Aí eles comprou ela com as dívidas. Pra fazer um rateio ia dá pra pagar 70% do jeito que ajeitou. Isso mais a loja. Aí propôs. Uns brigou, alvoraçou, mas quando viram que num tinha jeito... e a Itambé só entrava pra pagar 70%, se ela num entrasse ele num ia receber era nada, ia ficando cada vez pior. Aí aceitaram. Aí a Itambé negociou as dívidas, pagou e passou a ser dono. (...) Então foi assim. O resto perdeu. Os sócio perdeu esse leite pra trás e as cotas que tinha, porque todo mundo tinha cota. Então, é, os sócios levou, levou tinta. Ele ficou fora de tudo. O que eles tinha pra receber, num recebeu nada. (Entrevista com Joaquim Ribeiro, 2002)

O CSRO faz menção somente aos momentos de criação e de fechamento (em 1978) da cooperativa. Não há, pois, outros registros escritos acerca dessa experiência. Joaquim Ribeiro diz não saber com quem ou onde ficou a *papelada* toda, mas a fala dele é suficiente para que possa compreender o motivo de um certo silêncio sobre o assunto, entre os possíveis informantes, e uma tendência, entre os envolvidos com as atuais cooperativas, de atribuírem o insucesso da Cooperativa Agrícola de Orizona às pessoas que atuaram no processo e não aos princípios do cooperativismo em si.

Aos poucos, sobretudo a partir do início da década de 1980, as atividades do CSRO direcionaram-se mais para o meio urbano, retornando ao rural somente a partir da segunda metade da década de 1990, momento em que assumiram a discussão da viabilidade de implantação, no município, de uma Escola Família Agrícola, baseada na Pedagogia da Alternância. Na fala dos que registram a história do Centro Social ficam bem visíveis quatro fases distintas na sua atuação. A primeira, da fundação até a chegada dos padres italianos, o CSRO praticamente não desenvolveu atividades. A segunda, na década de 1970, foi o período de ações – promoção humana – direcionadas mais para o meio rural. A terceira fase, década de 1980 e primeira metade da década de 1990, a atuação foi mais urbana; e por último, a quarta fase, a atuação voltou-se estritamente ao rural, como entidade mantenedora da Efaori. A diretora do CSRO assinala como esse movimento é percebido no interior da própria entidade:

Eu acho que essa trajetória foi mais força de circunstância. Quando foi criado, não tinha como, não tinha verba. Eles criaram me parece que mais no entusiasmo e ficou parado. Aí, quando vieram os padres havia mais condições. Quando os padres italianos se afastaram já acabou aquela condição, pois como eu falei a renda do Centro era muito pouca. Então eu acho que foi mais por circunstância mesmo, essa trajetória de vai ao campo, volta à cidade, vai ao campo. (Entrevista com Lenita de Oliveira, 2001)

Há alguns elementos a serem acrescentados para justificar melhor esta trajetória. O primeiro deles é que a maioria dos sócios do Centro Social era de pessoas ligadas à antiga ARO que se fundiu ao SRO. O segundo é a criação do STRO também motivada pelos padres, mas que se deu fora do conjunto de atividades do CSRO, pois, evidentemente, não poderiam coexistir no mesmo espaço. As atividades do Centro Social começaram a direcionar-se mais para o urbano no mesmo momento em que os conflitos entre empregados e patrões no município ganharam maior visibilidade, com o movimento de criação e de atuação do STRO. É visível também, neste período, uma maior atuação dos padres no STRO do que no CSRO. Há mais três elementos a serem considerados nesse momento em que novos agentes entraram em jogo pela hegemonia das forças que atuavam no rural em Orizona: a atuação da CPT, assessorando o STRO e a participação desse no movimento de oposição sindical; o acirramento da discussão sobre a problemática da terra que se dera nacionalmente; e por último a mudança no comando da diocese de Ipameri-GO, em 1987, que resultou não só na transferência dos padres italianos da paróquia de Orizona em 1990, mas também na transformação da Igreja local, que se calou em relação aos trabalhadores rurais e trabalhadoras rurais. A história da criação e atuação do STRO, contada pelo Pe. Máximo como mais uma experiência de formação do espírito comunitário; e também por Pedro Jacinto Pereira, ajudam a desnudar a idéia de um meio rural construído pacificamente em Orizona, assim como fez Loureiro (1988).

A idéia de criar um STR em Orizona teve início em 1963, como já foi dito, mas somente em 1972 ganhou expressividade por meio das CEBs. Pedro Jacinto diz que, “nas reuniões iniciais [de CEBs] só pra conscientizar”, os padres contavam as histórias dos quilombos e depois perguntavam sobre o que os trabalhadores de rurais de Orizona estavam fazendo para lutar por uma vida melhor. “Então, esse Sindicato que tem como objetivo orientar, apoiar e defender a categoria, ele sofreu muitas repressões, ou seja, abuso de poder”, diz Pedro Jacinto. E a primeira delas não foi diretamente contra o sindicato, mas contra a Igreja:

porque, praticamente, naquela época, só a Igreja praticamente, que tinha liberdade de falar. Aquilo [o SRO] era do governo, praticamente, sujeito à pressão e ao controle. Mas a Igreja, mesmo sendo contrariada tinha liberdade de falar. E então, através dessa conscientização livre dentro da Igreja, foi possível criar este sindicato rural. (...) eu animei o espírito e a fundação (...) do Sindicato. Mas eu ficava um pouco atrás e colocava pra frente os leigos. Tanto é verdade que (...) quando estava para se formar o sindicato autônomo (...) eu viajei para a Itália. A mãe tava doente, então eu viajei. E quando voltei, o sindicato foi fundado (...). E quando veio a

pesquisa das autoridades, vamos dizer, da ditadura, do governo sobre influência na fundação deste sindicato, para me fiscalizar eu falei: “Não, eu não tenho que ser com esse sindicato. Eu estava para a Itália, nestes meses que foi fundado. Vocês podem ver a data de fundação. Então eu não tenho nada a que ver.” (...) Naquela época, praticamente, os padres que mexiam com Comunidades Eclesiais de Base eram considerados de espírito comunista. Eram considerados como reacionários e eram perseguidos. Depois eu tive conhecimento que minha ficha estava lá, marcada mesmo com essa orientação. E a minha pregação, seja na Igreja ou, sobretudo nos momentos comunitários, públicos, de formatura, ou de festas populares sempre tinha gente encarregada a gravar e a referir qual tinha sido meu discurso, o meu assunto. Foi um período de muita opressão. (Entrevista com Massimiliano Leorato, 2002)

Em relação à vigilância ou qualquer outro tipo de perseguição aos dirigentes das CEBs ou a outras pessoas envolvidas com o trabalho de formação do STR, o padre responde que não ocorreu e justifica:

A coisa estava distribuída nas bases, já não tinha como quem pegar um ou outro. (...) Era uma liderança muito distribuída entre homens, mulheres, adultos e jovens. Era uma liderança muito distribuída. Então eles não tinham com quem pegar um só que fosse o responsável. Eram equipes e equipes também que mudavam. Então não tinha como perseguir alguém específico do povo. Eles pegavam mais, assim, cuidavam, controlavam mais os padres, porque eram as pessoas mais de destaque e eles sabiam que estes tinham influência. Mas a gente sempre jogava sempre pra cima dos leigos. E os leigos eram, assim, esparramados no meio do povo e não dava como perseguir uma pessoa particular. (Entrevista com Massimiliano Leorato, 2002)

Por outro lado Pedro Jacinto conta algumas histórias que exemplificam como o SRO, cuja constituição fora respaldada pela ARO, e como a polícia local fizeram campanha para defender o *costume* que tinham de resolver as questões agrárias a seu modo. Em todo campo de disputa, a luta assume formas específicas “entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (Bourdieu, 1983, p. 89). Amedrontar os “muitos companheiros [que] era pequeninhos e (...) associado no sindicato dos patrões” foi um dos recursos usados pelo SRO para evitar o afastamento dos trabalhadores:

participando das reuniões de preparação, de conscientização do que era o sindicato, a gente descobriu que a gente não enquadrava naquele órgão, naquele Sindicato [o SRO]. A gente tava ali sendo usado, porque aquele Sindicato é o Sindicato dos patrões e, eu sendo um mini-produtor, então, meu lugar é no Sindicato dos Trabalhadores do qual eu faço parte até hoje. Então pedi o meu afastamento e fui orientado pelo funcionário lá

que eu tava correndo um risco tremendo, que tava entrando numa coisa que, é, podia causar, é, danos, é, a gente ser, ficar comprometido numa coisa perigosa, que aquele pessoal que tava lá podia ser até comunista, que era o pessoal da Federação. (Entrevista com Pedro Jacinto Pereira, 2002)

Pedro Jacinto ainda diz que o SRO não orientava os seus sócios quanto às leis trabalhistas, chegando a ponto de convidá-lo, quando o STRO já estava funcionando, para dar uma palestra sobre direitos e deveres aos fazendeiros. Sobre sua participação na iniciativa de manter os trabalhadores por perto, aproximando-se deles, ele declara:

Eles pode, cada um deles pode ter um advogado pra orientar. Num é um analfabeto igual eu que vai falar não. (...) Ele [o SR] num tinha assessoria jurídica, ele num tinha, é, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). É, ele trabalhava como o ditado, é, *quem pode mais, pode*. (...) Aconteceu muitas vezes do funcionário que, afinal de contas, quase que é o diretor do sindicato dos fazendeiros (...) ir lá no sindicato [dos trabalhadores] pra nós homologar, é, acordo que eles tinha feito, olha, dando prejuízo os empregado envolvido. (Entrevista com Pedro Jacinto Pereira, 2002)

O SRO, nas palavras de Pedro Jacinto, seguiu, na linha de contra agir, até o momento em que houve, sobretudo, uma *organização* do trabalho da representação patronal e também “a vinda de fazendeiros paulistas” para o município que exigiam a carteira assinada para seus empregados. Foi uma mudança “de água pro vinho. Porque aí eles passou exigir dos próprios filiados que tinha que assinar carteira pro seus empregados, que o empregado seguro, bem assegurado ele presta o serviço melhor, porque ele sabe que ele é valorizado. (Entrevista com Pedro Jacinto Pereira, 2002)

Essa fala de Pedro Jacinto coincide com a dos membros do próprio SRO. Em entrevista, Oleno Marçal da Silveira, que esteve à frente do sindicato patronal no início da década de 1990, também se refere a esta nova fase da relação entre os dois sindicatos, a qual ele chama de fase de “reerguimento do sindicato”, pois passava por um momento de improbidade²¹ administrativa e estava “praticamente falido, (...) com uma situação bastante difícil, de muito, muito descrédito com os associados”. A saída encontrada para reerguer o sindicato rural foi: “a reforma de estatuto, uma reorganização da escrita do Sindicato, e começamos a fornecer benefícios ao associado pra que ele pudesse voltar a participar”. Sobre o relacionamento do entre os dois sindicatos, Oleno Marçal afirma:

²¹ Na entrevista com Joaquim Ribeiro (2002), é possível perceber uma tradição de improbidade administrativa ainda nos tempos da antiga Associação Rural de Orizóna.

acho que a entidade, ela tem obrigação de ter um relacionamento bom com todas as entidades, principalmente com o Sindicato do Trabalhador Rural. Na minha época eu tentei de todas as formas aproximar ao máximo, porque eu considero que o Sindicato do Trabalhador Rural, ele é de uma importância muito grande para as pessoas que prestam serviços nas nossas propriedades. Então eu, na época, todo acontecimento que tinha aqui eu fazia questão de convidar a diretoria do Sindicato [dos Trabalhadores]. Mesmo que eles não comparecessem, mas eu fazia minha obrigação e também pra manter um relacionamento, assim, da melhor forma possível. (Entrevista com Oleno Marçal, 2002)

Pedro Jacinto diz que os enfrentamentos com a polícia foram vários e cita dois que aconteceram durante o período em que esteve como presidente do STRO. O primeiro envolveu diretamente o delegado, pois

formou-se um costume que o delegado ganhava groja [dinheiro] dos patrões pra amedrontar os peões pra que eles saíssem sem direito a nada. (...) Todo delegado que assumiu a delegacia já vinha informado como que era feito o trabalho. (...) Aí a gente achava que a lei tinha que ser cumprida. (...) Mas criou-se um clima entre a delegacia, porque nós mandamos um ofício pra delegacia, um ofício muito educado, mas pedindo ao delegado que, causa trabalhista e agrária não da alçada dele, que era pra ser pro Sindicato, caso não conseguisse o acordo de conciliação, aí ia pra justiça. Aí o delegado ficou de olho na gente, viu, como presidente. A gente foi ameaçado de morte pelo delegado, conforme jornais da época comprova tudo, é, tentando vê se a gente voltava atrás. (Entrevista com Pedro Jacinto Pereira, 2002)

O segundo ocorreu com um fazendeiro, com o qual o presidente do STRO tocava roça à meia, que queria tomar a terra de um pequeno produtor. Como a terra em demanda ficava no município de Pires do Rio, o STR de Orizona encaminhou o caso para a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), pois Pires do Rio não possuía um sindicato de trabalhadores. Mesmo assim e apesar da relação de trabalho que havia entre eles, Pedro Jacinto recebeu ameaças de morte por pouco não concretizadas em uma tentativa de atropelamento feita pelo próprio fazendeiro. Como as testemunhas se recusaram a depor, a solução foi reunir sindicalistas de outras cidades e comunicar o fato ao delegado, o mesmo delegado da ameaça anterior, que garantiu a segurança naquele momento. Ao relembrar da tentativa de atropelamento, Pedro Jacinto se emociona, busca o perdão na justificativa do fazendeiro para o próprio ato: “ele falou pro meu genro que o trem que ele tinha mais arrependimento, que toda vez ele tava com a cabeça cheia de cachaça”, e encerra com peculiar humor: “mas quase que eu morri. Eu escafolei os braços. Então foi isso. Foi uma escola que valeu a pena”. Mas a ameaça não

era somente esta. O encontro dos sindicalistas foi também para avisar à polícia que o nome de Pedro Jacinto estava na “lista dos doze marcados para morrer” encontrada com o pistoleiro João José que já havia matado outro sindicalista, o Nativo da Natividade.²²

Há, contudo, que se considerar ainda que o STR de Orizona não se constituiu ligado apenas à motivação cebista dos padres italianos. Pedro Jacinto conta como foi a atuação deles na criação da CPT e como a comissão ajudava o sindicato:

eu fui convidado pra ir participar de uma reunião lá no Centro de Treinamento de Líderes (CLT), em Goiânia (...). Não sabia o que ia se tratar, mas como era pessoa de responsabilidade que me fez o convite, e participei (...). Então, nessa reunião, discutiu e criou-se uma comissão (...). Esse foi o início da Comissão Pastoral da Terra. Foi criada em 1975. Isso escondido, porque tinha os espíões, que esses espíões a gente num podia nem chegar com papel na janela do apartamento, do quarto que a gente estava; num podia assinar em nada. (...) A CPT deu ajuda ao sindicato assessorando. Assessorando, é, nas nossas reuniões sempre tinha um assessor pra nos ajudar, é, orientar sobre as leis, conforme eu já disse, o que nós podia fazer. Ela nunca dominou o sindicato. Pelo contrário, ela queria ouvir dos trabalhadores as suas angústias, as suas preocupações, o seu sofrimento. E aí ela buscava soluções, junto com nós mesmo, usando nós como instrumento. Ela nunca dirigiu o Sindicato. Pelo contrário, mas ela procurou, é, procura ajudar os Sindicatos a trabalhar em cima daquilo que é verdadeiramente a causa dos trabalhadores rurais. (Entrevista com Pedro Jacinto Pereira, 2002)

Além da ligação com a CPT, o STR de Orizona também esteve no movimento de Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais de Goiás (OSTR-GO)²³; como relembra Pedro Jacinto encerrando a história da constituição desta entidade:

O primeiro presidente da Fetaeg não era trabalhador rural. Ele aproveitou de uma oportunidade (...). Ele dominava. Toda eleição ele dominava. E ali, é, ele era... andava com os patrões escondido dos trabalhadores. Andava com eles na palma da mão fazendo negociações, dando prejuízo pra os trabalhadores. Então fomos descobrindo isso. Criamos o movimento de oposição a nível de Estado (...) pra mudar, porque nós queria um Sindicato que fosse administrado pela própria categoria conforme a lei manda (...). E, quantas vezes nosso Sindicato foi chamado, além de dar dinheiro nós tinha que fazer caravanas, pagar ônibus pra ir dar almoço pra Irapuã Costa Júnior com sua caravana, deles lá. Aqueles almoço caro lá (...) tudo pago pelo movimento sindical; pago pelo suor e sangue dos trabalhadores. (Entrevista com Pedro Jacinto Pereira, 2002)

²² Do STR de Carmo do Rio Verde-GO, assassinado em 23 de dezembro de 1985 (Pessoa, 1999b, p. 75).

²³ Criado em 1975, o movimento de oposição encampou duas lutas: arrebanhar os sindicatos já fundados ou fundá-los em município onde não havia essa entidade e destituir o presidente da Fetaeg. Fundada em 1972, a Fetaeg teve sua prática baseada no assistencialismo e foi acusada pelos sindicalistas de estar a favor dos fazendeiros e contra os trabalhadores rurais, pois teve como presidente, durante dez anos, um sindicalista fazendeiro apoiado não só pelos companheiros fazendeiros, mas também por forças oficiais (Lunardi, 1999; Pessoa, 1999b).

2.3 Novas ações entram no jogo – associativismo, cooperativas, escola família agrícola

Especialmente no caso do [pequeno] produtor rural ele é inteiramente sujeito às amarguras do mercado e totalmente exposto ao atravessador, a todos aqueles que ganham em cima da pequena produção.
(Entrevista com José Carvalho da Fonseca, 1999)

No final da década de 1980 e início da de 1990, novas possibilidades de organização surgiram no meio rural em reação à histórica exclusão do homem do campo dos pactos políticos até então. Uma diversidade de situações apresentava-se no campo: ocupações cada vez mais freqüentes e articuladas, acampamentos em pátios de órgãos do governo; greves; reação dos latifundiários com a criação da União Democrática Ruralista (UDR) e com a bancada ruralista no Congresso Nacional. Enfim, uma série de acontecimentos impunha novos desafios para a luta no campo. Um novo elemento também entrou em cena. A Constituição Federal, promulgada em 1988, abriu novos espaços para as organizações trabalhistas para além do único espaço legal da sindicalização permitido até então. Nesse ambiente de impasses, questionamentos, desdobramentos, surgiram as associações de pequenos produtores rurais que, se não lutam diretamente pela posse da terra, lutam pela permanência nela (Lunardi, 1999). O depoimento de um pequeno produtor à época da criação de uma das associações de pequenos produtores rurais do município de Orizona exemplifica a situação vivenciada por eles naquele momento:

aquela turma (...) veio e começou a discutir que nós precisava se agrupar mais e fazer u grupo maior pra poder conseguir as coisa mais fácil, porque sozinho reivindicava, não conseguia nada e talvez um grupo ficasse mais fácil. Essa idéia surgiu uns dois anos antes da criação da Associação. Foi basicamente em função, é, de negociar melhor o nosso produto e reivindicar melhor dos nossos governantes. Que a gente num era muito bem assistido naquela época não. (Entrevista com José Carvalho da Fonseca, 1999)

No entendimento de Ribeiro (1994, p. 15), uma associação rural é muita coisa ao mesmo tempo: uma iniciativa de educação para pessoas da comunidade; corporação para preparo da terra, plantio, beneficiamento ou venda da produção. Pode ser uma boa conversa de que saem planos, projetos perspectivas. “Pode ser tudo isto junto e muito mais outras coisas ainda. As combinações de atividades são quase ilimitadas”.

Às vezes, uma associação é formalizada por meio de estatuto, atas, registros. Outras vezes, pode apresentar-se de forma bastante informal sobre as proposições. As finalidades e formas de estruturação são bem variadas, pois dependem de vários fatores. No geral, é tida como uma organização gerida por um grupo definido de pessoas que já possuem entre si algum tipo de relação solidária pré-existente: parentesco, vizinhança, time de futebol, grupo de reza, ou qualquer outro tipo de afinidade. Também, pode ser resultado de influências, mediações e/ou assessorias distintas como STRs, SR, CPT, Estado, CEBs. Em ambos os casos, a criação de uma associação numa comunidade rural

não significa o nascimento da organização naquela comunidade, ao contrário do que muitos pensam. Na verdade, a Associação é produto de organizações já existentes e funciona como canal de expressão de relações azeitadas e regulares que já existiam firmadas dentro daquele grupo de lavradores. (Ribeiro, 1994, p. 45)

Sendo gestada dessa forma, uma associação rural não pode ser analisada como uma organização prioritariamente econômica. De acordo com Ribeiro (1994, p. 44), o que acontece é que, geralmente, uma associação

é concebida sob esta aparência e muitos grupos de mediadores têm confundido aparência com objetivo (...). Acontece que o trabalho de Associação é uma atividade política e nunca pode deixar de ser compreendida nesta dimensão. E a política incorpora o simbólico, o cultural [o educacional] e centenas de outras mediações que ultrapassam o viés estreito de uma interpretação economicista. Reduzir a aspectos puramente produtivos a atividade de uma Associação, como costuma fazer a extensão oficial e outros grupos de apoio, significa largar de mão todo o fundamento subjetivo que orienta a luta política no campo.

Entendidas dessa maneira, as associações dos pequenos produtores rurais de Orizona estabelecem uma forma de organização, a partir de 1988, em um contexto de problemas que

era os montes. (...) Naquela época, o problema maior que nós tinha, o problema de máquinas que num tinha. Ninguém tinha trator; ou problema até de reivindicar até com os governos municipais daqui. É pontes, mata-burros, estradas. Mas o básico seria o nosso produto que era o leite. que todo mundo era produtor de leite e que entregava cada um prum lado e que era pago do jeitinho que o laticínio queria. (Entrevista com José Carvalho da Fonseca, 1999)

Especialmente no caso do produtor rural ele é inteiramente sujeito às amarguras do mercado e totalmente exposto ao atravessador, a todos

aqueles que ganham em cima da pequena produção. (Entrevista com Hélio frutuoso de Assis, 1999)

O caminho para enfrentar essas dificuldades, no momento, foi o associativismo rural. A primeira associação do município foi construída aos poucos. Antes da fundação, “houve um trabalho estrutural, (...) em termos de orientação dos produtores pra a importância de se unirem, visando enfrentarem os problemas como qualquer setor enfrenta numa sociedade capitalista” (Entrevista com Hélio Frutuoso de Assis, 2002). Segundo o entrevistado, o trabalho que motivou o associativismo em Orizona foi desenvolvido por alguns mediadores. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) já orientava mutirões de silagem em algumas comunidades rurais. Nessa prática, ainda comum nas associações e nas comunidades, não apenas o trabalho acontece em grupo. Outros elementos também são postas no coletivo: pejejas, brincadeiras, comida, cachaça, truco, amizade em uma demonstração de que ainda não dissociaram momento de trabalho de lazer. Outra atividade da Emater-local foi a realização de alguns encontros e reuniões com produtores de todo o município, nos quais

tivemos a oportunidade de ouvir pessoas que acreditavam nesse trabalho de união como forma de sobrevivência do produtor rural. [Nesses encontros] mostrava claramente que, ou o produtor se unia, ou a pequena propriedade corria o risco de ser eliminada do processo de produção do Brasil. (Entrevista com Hélio Frutuoso de Assis, 2002)

Além da Emater-local, os grupos de jovens ligados às CEBs também contribuíram para a organização das associações. Um dos fundadores da Apac disse que o grupo do qual participava tinha, inicialmente, um caráter mais religioso. Depois os jovens vislumbraram algumas atividades na área social e viram a necessidade de olhar também para o lado econômico. “Surgiu a primeira associação. Então a gente diria que foi do religioso ao social, do social ao econômico” (Entrevista com João Bosco Mesquita, 1999).

Este grupo de outros agricultores da comunidade convidou um professor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que, à época estava à disposição da Emater-local, para uma reunião da qual participaram 25 produtores. Daí surgiu a idéia de fundar uma associação. Dos 25 presentes, apenas dez aceitaram e somente nove ficaram com “o espírito que realmente aquela era a saída”, enfatiza o sócio-fundador da Apac (Entrevista com João Bosco Mesquita, 1999).

Outras associações surgiram após a criação da Apac, em 1988, totalizando 27 ao todo: duas em 1989; três em 1990; oito em 1991; duas em 1992; duas em 1993; cinco em 1994 e quatro em 1995. O processo de criação, fundação, registro e início de atividades não se deu da mesma forma, mas para efeito de listagem²⁴, foi considerada a data de fundação, visto que foi o momento de decisão final sobre a constituição da organização “como uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados (...)”²⁵.

Assim que as associações cresceram em número, em busca do “dínheiro fácil do FCO” (Entrevista com Haroldo Max da Silva, 1999)²⁶, surgiram também *interesses diversos* para capitanear as ações daquele momento. Criou-se a Central das Associações de dos Pequenos Produtores Rurais de Orizona (Ceapro), que por sua vez se filiou ao Centro de Apoio aos Mini e Pequenos Produtores Rurais e suas Organizações (Camppo). O trabalho da central contou inicialmente com serviços como a compra em conjunto de sementes, adubos, calcário, mudas; assistência técnica de um agrônomo; uso de telefone e correspondência; convênio no comércio local; e grupo de compras para aquisição de eletrodomésticos.²⁷

A tão anunciada parceria ou suposta convivência harmoniosa, entre os agentes envolvidos com o rural no município já anteriormente vislumbrada na fala dos dois sindicatos, ganhou visibilidade na segunda metade da década de 1990, momento em que se iniciaram as discussões para a fundação da Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona Ltda (Coapro), no interior da própria Central de Associações a partir de 1995. Criou-se então o CMDR, como exigência da aplicação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por intermédio da prefeitura municipal; e começou uma reestruturação das atividades do Centro Social, o que resultou na implantação da Efaori. Esses três novos agentes buscaram efetivar suas ações com uma relação de *proximidade* entre si e entre os já existentes como exemplificam seus processos de criação.

No texto *Coapro – uma articulação em rede para a promoção do desenvolvimento rural*, Zaquieu (2000, p. 9) escreve que “ao longo dos anos, Orizona vem

²⁴ Ver relação das associações, anexo 1.

²⁵ Estatuto da Apamac, anexo 2.

²⁶ A fala do Haroldo Max é uma fala comum entre as pessoas envolvidas como o associativismo rural em Orizona, conseqüentemente acredita-se que as associações existem é porque há o vínculo da dívida entre elas e o FCO. Ou seja, um possível fim das dívidas seria também o fim do associativismo rural no município.

²⁷ O período de desenvolvimento do associativismo em Orizona coincide com o da expansão da eletrificação rural no município.

construindo uma rede de organizações que busca o fortalecimento da agricultura familiar, na qual todos são sujeitos de construção da própria história”. A idéia de *rede de organizações* nega a perspectiva do conflito presente em uma fala já citada anteriormente, e que cabe ser repetida para verificar-se a medida dos enfrentamentos experienciados na condução de uma agricultura familiar que se auto-sustentava para uma propriedade assentada quase que exclusivamente na produção do leite, sendo, pois, possível arriscar uma substituição do termo *agricultura familiar* por *leiteria familiar*. Dentre tantos problemas que o pequeno produtor rural buscava resolver com a criação das associações, um entrevistado disse que “o básico mesmo seria o nosso produto que era o leite. Que todo mundo era produtor de leite e que entregava cada um prum lado e que era pago do jeitinho que o laticínio queria” (Entrevista com José Carvalho da Fonseca, 1999). Nesse

momento [o da criação das associações] a gente já tinha um sonho, tirar da cabeça do produtor orizonense a idéia do cooperativismo não funcionar. Porque Orizona teve um passado ruim de cooperativa que teve um insucesso e essa cooperativa veio a falência, deu prejuízo pra muitos produtores. Então, realmente passou, assim, um período muito grande que não poderia falar a palavra cooperativa aqui no município de Orizona. Então nós fizemos opção, dentro do movimento associativista, pra preparar exatamente o homem do campo para um processo de tirar realmente da cabeça do produtor esse tabu. (Entrevista com Hélio Frutuoso de Assis, 2002)

Depois de sete anos, com as associações negociando o leite com apenas dois laticínios do município, “chegou o momento que nós achamos que já era o momento da gente criar um braço comercial, oficializar esse lado comercial dos produtores de Orizona. Então nós iniciamos o processo de discussão da criação da cooperativa” (Entrevista com Hélio Frutuoso de Assis, 2002). Entre reuniões, visitas, palestras, estudos de modelos de estatutos, a Coapro foi fundada em 1995 com um projeto inicial de “juntar a produção de leite, agregando valor através do resfriamento, e também produzir sal mineral e ração a custos mais baixo, dando condições ao produtor de melhorar sua rentabilidade com a produção leiteira” (Entrevista com Hélio Frutuoso de Assis, 2002). Contudo, a construção do *espaço industrial* da Cooperativa foi possível com a obtenção de recursos do FCO através da hipoteca da propriedade de 13 cooperados (Zaquieu, 2000, p. 12). O *momento da hipoteca* é tido como o mais importante na criação da cooperativa, “porque demonstrou confiança do produtor não só na diretoria, mas no movimento”, o que significou o fim de “um passado de cooperativa desacreditada” (Entrevista com Hélio Frutuoso de Assis,

2002). Entre o período da fundação e do recebimento do leite, em 1998, a Coapro foi amparada pelo SRO, como conta Oleno Marçal:

na verdade nós demos apoio a todo acontecimento no sentido de desenvolvimento agrícola, mas eu sinto como uma das grandes vitórias do Sindicato, foi com relação à criação da cooperativa, porque na minha gestão, nós trabalhamos muito na criação da Cooperativa. Na época o Sindicato sustentou as despesas pra que ela acontecesse, a criação dessa Cooperativa. Nós trouxemos ela aqui pra dentro do Sindicato. Ela funcionou durante três anos, parece, com todas as despesas por conta do Sindicato. Então toda despesa que tinha durante a sua criação o sindicato sustentou. (Entrevista com Oleno Marçal, 2002)

Oleno Marçal ainda relata que, durante o processo de criação da cooperativa houve um *aborrecimento* entre os dois sindicatos. Foi quando

veio um pessoal de Goiânia orientar no sentido de criar a Cooperativa e nós queríamos criar a Cooperativa com uma base de organização social que nós já tínhamos na zona rural. Então, o que aconteceu foi o seguinte, esse camarada veio de Goiânia e nos orientou pra que o Sindicato dos Trabalhadores não participasse da Cooperativa. Mas nada partiu de nós, partiu da opinião dele (...). Então, realmente foi o único desentendimento que nós tivemos (...). Eu consegui ver diretoria do Sindicato [dos Trabalhadores] aqui dentro duas vezes na reunião da Cooperativa. Então me realizei. Eu acho que consegui o meu objetivo, é, tendo com eles um relacionamento bastante amigável. (Entrevista com Oleno Marçal, 2002)

Para Hélio Frutuoso, dentre as várias cooperativas que analisaram como modelo, não conheceram nenhuma que satisfizesse aos interesses dos produtores do município, porque a “gente queria uma cooperativa, realmente, que houvesse a participação. Uma cooperativa, assim, bem mais democrática do que os modelos que a gente conhecia” (Entrevista com Hélio Frutuoso de Assis, 2002). A expressão *bem mais democrática* a que se referiu o informante é a participação: “se a gente pegar o índice de participação nas assembléias, nas reuniões do conselho, a nossa Cooperativa tem o maior índice de participação”. Para detalhar Hélio Frutuoso apresenta os aspectos que definem a Coapro como uma cooperativa *diferente* das outras:

um ponto bem relevante é o seguinte: como nós tinha uma estrutura organizacional pronta no município, ou seja, as associações formalizadas em várias regiões, o que nós fizemos? Toda a estrutura da Coapro foi montada em cima dessas associações. Ou seja, cada associação, ela tem um representante no Conselho de Administração da Coapro. (...) Isso democratizou. Então, ou seja, hoje todos os assuntos importantes da

Cooperativa são tratados via esse Conselho, (...) inclusive o preço do leite, ele é determinado e definido, o preço de venda - os custos que a Cooperativa tem, o quanto vai pagar ao cooperado - é definido via conselho. Então isso talvez é a grande diferença das demais cooperativas que têm um processo administrativo totalmente centralizado no presidente. (Entrevista com Hélio Frutuoso de Assis, 2002)

Anunciar essa *diferença*, como o grande mérito da Coapro, sem estar atento ao processo de *diferenciação* do preço de leite por produção é uma aplicação no mínimo arriscada²⁸. Pedro Jacinto, que é classificado como pequeno produtor de leite, levanta a questão da diferenciação do preço:

Minha briga principal na Cooperativa é a respeito da classificação dos fornecedores de leite, dos produtores. Porque o produto nosso cai lá no tanque de resfriamento, o leite cai ali ele é vendido do mesmo preço. Agora, entre o pequeno e o maior há uma diferença de dez centavos. Isso é na Cooperativa, nos outros laticínios é maior ainda a diferença, é maior a diferença. (...) Então o que é a explicação da diretoria: que o mercado nacional é isso. Não pode fugir do mercado senão a entidade vai à falência. (...) É a desculpa que tem. Então, eu sou revoltado com isso. Eu acho que se os direito conforme a Constituição fala, é, teria que ser corrigido isso, é, dentro de uma Cooperativa *que foi criada por nós mesmo* [grifo da autora deste estudo]. (Entrevista com Pedro Jacinto Pereira, 2002)

Oleno Marçal, o maior produtor de leite do município, também contribui para a discussão da *diferenciação* do preço:

Na verdade é até estranho, eu ajudei a fundar, eu trabalhei nesse sentido (...) e eu não participo mais. (...) Foi justamente com relação ao preço do leite. Quando começaram a fazer a coleta do leite, eu tinha um preço melhor do meu produto aqui na região, e a maioria dos associados não queira que o leite fosse pago diferenciado por produção. E como o meu leite era quase três vezes mais que do que o segundo produtor, então eu iria receber um preço, assim, muito diferenciado do segundo. Então eu pedi à diretoria que me liberasse, que deixasse eu sair, que o meu trabalho já tava realizado, que era o de ajudar a criar a cooperativa e que eu da maneira que eu pudesse negociar e colaborar com a cooperativa, eu queira continuar colaborando, mas o leite eu não tinha como vender. E foi isso que nós fizemos. E aí eu passei a comprar ração (...) e eu ainda continuei dando mais lucro pra Cooperativa do que qualquer outro sócio. (...) Então eu sou favorável à entidade, eu acho que a saída para o produtor é o sistema de cooperativismo, certo. Porque hoje nós vivemos num sistema de comercialização de nossos produtos muito mais por multinacionais, por empresas que vêm exclusivamente pra explorar o produtor e a cooperativa talvez fosse a *nossa solução* [grifo da autora]

²⁸ Para melhor discutir as relações entre as cooperativas agrícolas e os produtores e os associados, ver o estudo de Fleury (1983).

deste trabalho]. Agora, é um processo muito, muito sem atenção. Merece muito a atenção do governo; e o governo na verdade não dá essa atenção e essa entidade que talvez seja a *nossa salvação* [grifo da autora deste trabalho]. (Entrevista com Oleno Marçal, 2002)

Joaquim Ribeiro, que é classificado como médio produtor, também ajuda na discussão. Inicialmente conta porque deixou de fornecer leite para a Itambé passando para os Laticínios JL Ltda (JL):

Eu sempre entreguei pra Itambé, mas aí quando passou pra que eles só ia receber leite de tanque eu num achei que o negócio de tanque era interessante pra mim, achei que fosse mais era pra empresa. Mas pro fornecedor de leite as vantagens apontada, pra mim, num é verdade. (...) E a outra coisa é que a proposta deles pra arrumar o tanque é um negócio vinculado. Eles vendia, mas é um tipo de financiamento que você fica preso com eles três anos pagando em leite. Três anos. (...) Foi uma das coisa que eu num quis foi isso, porque eu num gosto de negócio a longo prazo. Se eu puder num faço nenhum; e num gosto de ficar atrelado a nada. Posso até ficar muito pequeno, mas sozinho. Num é da minha inclinação ficar atrelado. (Entrevista com Joaquim Ribeiro, 2002)

Sobre o outro laticínio Joaquim Ribeiro diz que “quando chegava o dia deles pagar, quer dizer, o dia de nós receber, num é o dia deles pagar. Porque dia 20 é o dia de nós receber, num é dia deles pagar, não”. Por esse motivo, ele decidiu se filiar à cooperativa, pois, segundo ele conta, na Itambé e na Coapro “o dia deles pagar (...) você pode ir pra gastar o dinheiro, pra receber”. Ao ser perguntado sobre a diferença entre os três laticínios além da questão referente ao dia do pagamento, Joaquim Ribeiro responde:

Não. Por causa disso: porque quando eu entrei na cooperativa, lá de fato, eu recebi mais do que eu tava recebendo na Itambé um pouquinho. Mas durou pouco. Se for fazer um apanhado num tá tendo diferença, assim, que compensa. E, por outro lado, eu acho que os que tá entregando pra Itambé, os que tá entregando pro JL, os que tá entregando pra cooperativa, no meu ver, num pode dizer que quem tá entregando pra cooperativa tá tendo algum privilégio, tá desenvolvendo, que as coisas dele tá indo mais fácil que do outro. Eu acho que tá na mesma coisa, na mesma dificuldade. Por causa que eles tá entregando leite nesse ou naquele, num acho, pelo menos no meu entendimento, num tô notando melhora em ninguém dependendo disso, não. (Entrevista com Joaquim Ribeiro, 2002)

Em relação à sua participação nas assembléias da cooperativa, espaço da participação democrática, apontado por Hélio Frutuoso, Joaquim Ribeiro é enfático ao responder:

Depois que eu entrei já teve só uma e eu participei. E aí trocou de presidente e aí apareceu um lucro e eles falou que aquilo era dividendo, mas era pra deixar pra Cooperativa como aumento de capital. [Ninguém se manifestou contra essa idéia?] Não. Alguém sugeriu, gente lá de dentro da diretoria, e todo mundo acatou. (Entrevista com Joaquim Ribeiro, 2002)

A *diferenciação* do preço é, sem dúvidas um aspecto que evidencia o conflito, sobretudo entre o grande e o pequeno produtor de leite. Pedro Jacinto, em seu depoimento, relata como o espaço supostamente democrático do Conselho Administrativo da Coapro, formado por representantes das associações de pequenos produtores, cedeu ao discurso da grande produção respaldado pela lógica do mercado nacional:

Olha, a coisa é tão complicada que tem gente pequena igual a eu e tem a cabeça de grande. É, acha que de hoje pra manhã ele vai ficar grande, porque a Cooperativa fica com proposta de financiamento para pessoas comprar vaca, comprar isso, comprar aquilo. Então, eu tenho dois companheiros que nós brigamos lá, a ponto de sair até discussão forte. (...) No mês de setembro [de 2001] o leite dos pequenos foi pago a vinte [centavos, o litro] e dos grandes foi pago a vinte e oito [centavos, o litro]. Então eu reclamei. (...) Então eu achava injusto e acho. Mas por isso criou uma polêmica, a ponto de que o preço do leite hoje, ele num é discutido, num é oferecido nem pro Conselho Administrativo mais. [Não se toca mais no assunto?] Não. Não se toca. É, então eu acho que a ... tenho certeza que a diretoria da Coapro hoje, tá bem mais tranqüila depois que eu pedi meu afastamento. Porque sempre eu bati nessa tecla. (...) Eu quero explicar mais. Lembrei de uma parte que eu preciso explicar. Nesse mês de setembro a cooperativa vendeu o leite a vinte e quatro centavos [o litro]. (...) Eu apelei, porque tirar de quem num tem... o pouco que o pequeno tem tira pra dá pra os grandes. Então é um caso que causa revolta, eu acho que num é apenas em mim. (...) Tirar do pobre, tirar do bolso do pobre e arrumar no bolso do rico, do grande, é, eu fiquei revoltado. (Entrevista com Pedro Jacinto Pereira, 2002)

Sobre a atuação do Conselho Administrativo na definição do preço de leite, Hélio Frutuoso declara que atualmente isso não estava acontecendo. Justifica dizendo que a diferença na Coapro é menor que a dos outros laticínios e que isso é necessário, pois

como nós precisamos, devemos atender o pequeno produtor, (...) nós precisamos [também] do grande produtor, do produtor maior para que nós tenhamos escala na produção. (...) Essa, realmente, é a justificativa que todo mundo tem que entender, que não se pode pagar preço igual. [Mas há uma aceitação disso?] Não. É lógico que o produtor sempre quer receber mais um pouco. Mas não vamos dizer que há uma aceitação. Há um acordo. O produtor acaba aceitando, porque, graças a Deus nós nunca perdemos nenhum cooperado em função disso. Agora, com certeza, nós

vamos perder cooperado no dia que nós deixarmos de ser transparentes e deixarmos de ser democráticos na discussão de nossos problemas. Atualmente tá tendo uma dificuldade pra isso, mas, é, daí a importância que tem a participação do produtor, e nós estamos querendo que isso não ... não podemos, não aceitamos de forma nenhuma que isso seja interrompido, esse processo. Porque muitas vezes, algumas pessoas da Cooperativa acha que ao divulgar o preço que a Cooperativa vai pagar antecipado, antes, porque normalmente a Cooperativa paga o seu leite no dia vinte (...) e a reunião é feita no começo do mês. Então (...) tem espaço pra ser comentado o preço na cidade e, na verdade, as pessoas tão segurando esse preço porque não concordam que os outros laticínios fiquem sabendo do preço. (Entrevista com Hélio Frutuoso de Assis, 2002)

Zaquieu (2000, p. 12) refere-se também, em seu texto, ao CMDR como um agente, na perspectiva de rede, “muito atuante e com representação garantida de todos os segmentos que atuam no meio rural. Muitos dos investimentos e programas feitos no município se originam nas discussões estabelecidas dentro [do] conselho”. Mesmo que não tenha se constituído com base na iniciativa direta do rural em Orizona, o CMDR acaba por provocar discussão, pelo menos sugere que isso aconteça, entre os agentes rurais, visto que todos eles, exceto as CEBs e as 13 associações não filiadas na Coapro, estão nele representados.

O CMDR foi criado, em 1996, em assembléia com a presença das seguintes entidades: SRO; Secretaria Estadual da Agricultura; Fetaeg; Prefeitura Municipal de Orizona; Emater-local; Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (Idago); Pronaf; Banco do Brasil S/A; representantes dos produtores rurais de Orizona e do comércio local de produtos agropecuários.

Como um dos requisitos básicos para que a prefeitura municipal tenha acesso a recurso do Pronaf, o CMDR contou inicialmente com oito conselheiros representando cada um dos agentes seguintes: Prefeitura Municipal; Emater; Secretaria Estadual da Fazenda; Câmara dos Vereadores; SRO; STRO; Coapro e Ceapro. Com o objetivo de ser um conselho paritário e de fazer valer os interesses dos produtores, a lei²⁹ que criou o referido conselho estabelece que o mesmo é de “caráter consultivo e orientativo e de funcionamento permanente” (art. 1º). No entanto o art. 2º, alínea II, acrescenta que o CMDR deve “emitir parecer conclusivo atestando” a viabilidade técnica e financeira do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), além de garantir a

²⁹ Lei Municipal nº 753, de 13 de setembro de 1996. O CMDR é parte de uma série de conselhos municipais – saúde, educação e outros – oficializados como requisitos para aplicação de recursos federais específicos a cada área e podem ser também uma possibilidade de participação popular junto à administração municipal.

“legitimidade das ações propostas em relação às demandas formuladas pelos agricultores”. É claro, pois, que a decisão dos produtores rurais deve ser privilegiada, idéia também presente nos itens V e VI do art. 2º que, dentre outras atribuições, dá ao CMDR poder de “sugerir políticas e diretrizes às ações do Executivo Municipal no que concerne (...) a organização dos agricultores (...)”. E também o poder de “assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades agropecuárias desenvolvidas no Município”. Nesse sentido a Efaori reivindicou legalmente, em 2000, o direito de estar representada no CMDR, sendo o nono agente a fazer parte do conselho.

Em nenhum momento, a lei que instituiu o CMDR diz que suas ações devam se referir especificamente ou exclusivamente à agricultura familiar e aos recursos do Pronaf, o que permite aos conselheiros deliberarem também sobre outros assuntos ou recursos do município destinados à agricultura de modo geral independentes de serem destinados ao grande ou ao pequeno produtor. Essa abrangência é, segundo um dos conselheiros, uma garantia de que o Conselho continuará atuando mesmo depois da finalização da aplicação dos recursos do Pronaf³⁰ destinados ao município via prefeitura. Entendida dessa forma é possível visualizar também nessa intenção uma suposta convivência harmoniosa – ou uma *cumplicidade* – entre o poder público municipal e os agentes que constituem o Conselho. Por outro lado uma leitura das atividades do CMDR, na perspectiva de *campo* em Bourdieu, leva a um questionamento sobre qual voz se faz valer nesse “momento em que as entidades rurais de Orizona são capazes de se sentarem à mesma mesa sem brigar”.³¹

O PMDR, elaborado pelo CMDR em 1997, apresenta, através de diagnóstico, um meio rural bem diferente que os das épocas das Semanas Ruralistas e da chegada dos padres italianos no município:

a sustentação de sua economia alicerçada nas atividades agropastoris, encontra-se no momento diante de realidade contrastante: por um lado com aspectos altamente positivos como: maior concentração da população meio rural, predominância de mini e pequenos produtores rurais, considerável organização dos produtores; por outro lado, a descapitalização verificada no setor somada à inércia do setor público, se apresentam com obstáculos ao desenvolvimento do municípios. (CMDR, 1997, p. 3)

³⁰ O período de aplicação foi de 1997 a 2001.

³¹ Palavras de José Augusto Pinto Ribciro, monitor da Efaori, numa atividade didática – Colocação em Comum - em que os alunos discutiam sobre a constituição dos agentes rurais do município.

Com essa realidade e com prioridades de aplicação nas áreas de agricultura, educação, saúde, transporte, patrulha mecânica, energia elétrica e comunicação, o Conselho elabora um diagnóstico de cada uma com os respectivos planos de ação para “proporcionar um grande salto desenvolvimentista no município”. O diagnóstico específico da agricultura apresenta os seguintes problemas.

Primeiro, nos aspectos de infra-estrutura:

- a – Falta de máquinas para melhor conservação das estradas;
- b – Estradas mal conservadas e sérios problemas principalmente no tocante a conservação do solo às suas margens;
- c – Transporte escolar em veículos impróprios e ônibus da prefeitura irrecuperáveis;
- d – Falta de máquinas para construção de represas, tanques para piscicultura, drenagem e irrigação;
- e – Não existem trabalhos com micro-bacias;
- f – Cerca de 50% dos mini e pequenos produtores ainda enfrentam problemas de falta de maquinário em momento oportuno para o preparo do solo;
- g – Necessidade de fomentar alternativas de produção aos agricultores. (CMDR, 1997, p. 16)

Segundo, os problemas relacionados à pecuária leiteira, especificamente dos 900 mini e pequenos produtores que se dedicavam a essa atividade naquele momento:

- a – Baixo nível de profissionalização do produtor rural;
- b – Pequena produção individual;
- c – Produtor descapitalizado para investimento na propriedade;
- d – Pastagens degradadas;
- e – Desequilíbrio custo/benefício dos concentrados protéicos;
- f – Falta de conservação de solo;
- g – Baixa produtividade na produção de milho para silagem;
- h – Criação e manejo incorretos das bezerras;
- i – Subordinação dos produtores de leite à política dos laticínios. (CMDR, 1997, p. 16)

Num terceiro momento, apresenta o diagnóstico específico sobre o associativismo rural:

- a – Cultura e tradição individualista da maioria dos produtores;
- b – Dificuldade das associações em encontrar empréstimos junto aos agentes financeiros, para repasse aos associados;
- c – A maioria dos dirigentes de associação carecem de maiores conhecimentos sobre administração rural e gerenciamento (planejamento);

- d – viabilização de canais para comercialização, produtor consumidor, dos produtos agropecuários;
 f – Fomento à diversificação da produção, falta agregar valor à produção.
 (CMDR, 1997, p. 17)

Já é considerável, examinando o diagnóstico, uma tendência aos aspectos da produção de leite, análise que se amplia na descrição das ações para a aplicação dos recursos do Pronaf:

aquisição de patrulha mecânica/agrícola, composta de tratores com implementos. Aquisição de caminhões truncados c/ caçamba e veículos, construção de uma feira para os produtores rurais do município (...). Programa de fomento ao reflorestamento e à fruticultura. Fazenda técnica para difusão de tecnologia em pecuária leiteira. Aquisição de áreas para construção de 09 (nove) armazéns comunitários, aquisição de secadores/pré-limpezas, balanças com capacidade para 300kg, telefones, mobiliários e veículos para o transporte e assistência as unidades armazenadoras. Aquisição e instalação de tanques de resfriamento de leite. Instalação de telefones celulares rurais comunitários. Aquisição de uma patrulha mecânica. Implantação e construção de estradas, pontes e bueiros. Construção de rede de energia elétrica rural. (CMDR, 1997, p. 18-49)

Entre o proposto e o realizado, uma questão a ser considerada nas ações do CMDR é o de que o tempo do início de sua atuação é o mesmo tempo da efetivação da Cooperativa. Coincidências à parte, outro fator também relevante para se entender as aplicações dos recursos do Pronaf, no sentido da pecuarização leiteira, é saber quem são os conselheiros. Observando essa peculiaridade dá para concluir que, em grande parte, os membros do Conselho são pessoas ligadas à Cooperativa, mesmo que não estejam ali para representá-la, dado à facilidade de se filiar a várias entidades ao mesmo tempo³². Na leitura das atas do CMDR há um registro no sentido de que todos os conselheiros deveriam apresentar propostas para o ano de 2000, que foram as seguintes: compras de tanques de resfriamento, de uma despoldadeira de fruta³³, de um caminhão caçamba e máquinas para melhorar as estradas. Todos os conselheiros sugeriram alguma coisa, menos o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. (CMDR, 1996, ata avulsa)

³² Um levantamento das particularidades dos sócios das entidades não é objetivo desse trabalho, mas há dois casos específicos bem curiosos, em relação a dois sócios da Apamac. Um deles é filiado ao STRO e ao SRO ao mesmo tempo; e outro faz parte do quadro de sócios de todas as entidades, exceto o STRO, inclusive ocupando cargos neles.

³³ A idéia de adquirir um despoldadeira de fruta faz parte de "um sonho" que alguns produtores têm em trabalhar com a fruticultura. Com a verba do Pronaf já liberada para a compra, a idéia foi desaprovada pelo CMDR por inviabilidade de mercado consumidor, segundo justificam. O foi dinheiro remanejado para a compra de um caminhão caçamba.

As propostas efetivadas: aquisição de nove tanques comunitários para resfriamento de leite; dois caminhões para transporte de calcário e cascalho; um trator com implementos; construção de uma feira coberta; construção de viveiro de mudas; instalação de 113 mata-burros; instalação de sete mini poços artesianos.

Sobre a constituição dos agentes em *campo* ainda há que se falar da Efaori e da Cooperativa de Crédito Rural de Orizona (Credifer), também como partes envolvidas na luta pelo controle político das organizações rurais no município. Com certeza é na Efaori com a *parceria* – ou a *cumplicidade* – ganha maior visibilidade. A fundação da Efaori é resultado do processo de reordenamento das ações de um outro agente já constituído, o CSRO. A trajetória do CSRO é uma história ligada à história da Igreja Católica como já foi dito anteriormente. O reordenamento da Diocese de Ipameri-GO, no final da década de 1980, “mudou a filosofia do padre. Aí veio outro com outra proposta” (Entrevista com Lenita de Oliveira, 2002). As palavras da presidente de CSRO dão a medida dos desdobramentos vindos a partir daí. Ela relatou que, até então, Igreja e Centro Social

era tudo junto. Era tudo uma coisa só. Tanto que a creche que foi feita pelo Centro Social e pela comunidade foi registrada em cartório no nome da paróquia.(...) Todas as pessoas [do CSRO] eram da Igreja. Não havia uma separação da Igreja com a entidade.(...) [O novo padre] insistiu que o Centro passasse a creche para a paróquia. Como não havia mais o convênio com a prefeitura pra pagar os salários, o Centro não teve alternativa a não ser entregar a creche pra paróquia. E nisso o Centro ficou sem atividade.(...) Foi quando surgiu a idéia da implantação da Escola Família Agrícola. (Entrevista com Lenita de Oliveira, 2001)

A idéia de criação da Efaori foi apresentada primeiramente para a Ceapro através de dois assessores da CPT que já conheciam a proposta de educação da Escola Família Agrícola (EFA) “e já conhecendo a realidade do município acharam que seria uma proposta interessante, que poderia dar certo aqui”(Entrevista com Luisa Maria Ribeiro de Almeida, 2002). Pergunto à entrevistada qual realidade era esta que se adequava ao modelo de educação das EFAs, isto é, porque os assessores da CPT não apresentaram a proposta a outro município, ela respondeu:

na verdade quem puxou mais pra Orizona foi o Baiano. Porque o João Batista conhecia a realidade do município, mas nem tanto. Agora, o Baiano é daqui, conhecia bem a realidade. Ele pensou, acreditou que tinha tudo a ver com o município pelo fato de o município ter ainda um pouquinho a mais de 50% da população vivendo na zona rural; é de uma

realidade de pequenos produtores, de agricultores familiares. (Entrevista com Luisa Maria Ribeiro de Almeida, 2002)

Como a idéia não encontrou respaldo na Ceapro, foi apresentada ao CSRO que “estava numa fase de mudança nas prioridades (...) e ficou sabendo da proposta, achou interessante, achou que valia a pena investir nisso” (Entrevista com Luisa Maria Ribeiro de Almeida, 2002). A assembléia³⁴ na qual o CSRO decide entregar a creche para a paróquia é a mesma em que se decide pela implantação da Efaori. Com a idéia aprovada o primeiro trabalho foi formar uma comissão de implantação da escola. Da fundação, em 1996, ao início das atividades, em 1999, a comissão realizou um trabalho que chamaram de *trabalho de base*, com o objetivo de conhecer a proposta, preparar os monitores, visitar outras EFAs, e sobretudo, apresentar a idéia às comunidades rurais. Segundo Luisa, “o mais interessante é que o Centro Social não ficou com esse trabalho sozinho. Eles chamaram todas as outras entidades organizadas do município” para constituir a comissão, além das igrejas, Emater e poder público municipal. A intenção de buscar parcerias não foi apenas pela necessidade do *apoio* financeiro e técnico, mas sobretudo pela *filosofia* de uma proposta educacional discutida e construída com as comunidades rurais.³⁵

Mesmo com uma comissão ampla houve resistência por parte de algumas comunidades rurais, conforme o depoimento de Luisa:

Bom. Nós tivemos um pouco de dificuldade. (...) Tinha região que, às vezes, a gente marcava reunião pra falar da proposta e chegou acontecer de não aparecer ninguém na reunião. Parecia que tinha alguma coisa por trás que desarticulava a reunião (...), mas nós fomos persistentes e fomos insistindo e partimos pro trabalho de visitas às famílias. (Entrevista com Luisa Maria Ribeiro de Almeida, 2002)

O presidente do CSRO³⁶, à época da implantação da escola, conta que em uma comunidade rural o dirigente e as famílias foram orientadas pela Igreja Católica a não comparecerem na reunião marcada pela comissão. Coincidência ou não, essa comunidade está localizada na mesma região em que ocorreu a Luta do Arrendo, movimento já referido no início deste capítulo, o pode ter reforçado a orientação da paróquia. Para ressaltar essa resistência há ainda um outro fato a ser considerado: o Partido dos Trabalhadores (PT) também já realizou reuniões vazias na mesma comunidade; e como algumas pessoas do

³⁴ Nesta assembléia estavam presentes os dois assessores da CPT já mencionados anteriormente, Antônio Pereira de Almeida e João Batista de Queiroz.

³⁵ Para um aprofundamento sobre EFAs e a Pedagogia da Alternância ver Queiroz, 1997.

³⁶ Depoimento de Sebastião Fernandes de Oliveira, (2002).

CSRO, que estavam à frente da comissão, são ligadas ao partido, a hipótese é de que pode ter ocorrido uma associação entre o PT e o PCB – ou os comunistas – que mediaram a Luta do Arrendo. Numa outra comunidade o dirigente da CEB local tentou resistir a que a escola funcionasse num prédio cedido pela prefeitura localizado na região. Mas a própria Efaori reconhece que a resistência inicial por parte das comunidades não existe mais. “É um pouco aquela cultura do ver pra crer”, esclarece Luisa Maria, mas “hoje a proposta já é bem mais aceita. A gente pode dizer que é bem conhecida no município”, até mesmo um dos dirigentes de CEB que ajudou na campanha contra a Efaori, matriculou o próprio filho na escola (Entrevista com Luisa Maria Ribeiro de Almeida, 2002).

No entanto, há ainda uma certa distância entre o CSRO–Efaori e a Igreja Católica confirmada pelo não-comparecimento dos padres em atividades realizadas pela escola, apesar de serem convidados, o que não acontece com as Igrejas Evangélicas que sempre estão presentes desde a época da comissão de implantação. A Igreja Católica ainda comunicou a dois sócios *bem ativos* do CSRO e que *são de dentro da Igreja* que não poderiam estar e falar ali em nome dela. Quando pessoas da Igreja Católica participam de atividades na Efaori são sempre relacionadas as suas CEB, já que é costume da escola anunciar seus convidados e visitantes – também parceiros – a alguma entidade organizada.

Se a parceria é importante para que o CSRO não fique sozinho no desenvolvimento do projeto da escola supõe-se que haja, pelos parceiros, interesses numa contrapartida. Sobre isso, a escola tem uma resposta:

não se pode dizer que há uma cobrança, não. Agente sempre lembra, e as entidades também, que se é uma parceria, não existe parceria de mão única. Então a escola também tem que dar um retorno disso. Aí fica assim: não vem em forma de cobrança, vem em foram de lembrete. Que a Escola tem que dar um retorno e tal. (...) Fica mais no sentido de que os alunos que estão estudando aqui, que estão formando estão contribuindo no desenvolvimento do município. Eles vão estar atuando no município, é nesse sentido.(Entrevista com Luisa Maria Ribeiro de Almeida, 2002)

Ao relacionar os parceiros mais presentes na escola e o tipo de contribuição de cada um, a informante esqueceu-se das CEBs e da Secretaria Estadual de Educação:

Sobre a Comissão Pastoral da Terra, assinala:

A CPT (...) esteve presente em todas as assembléias que nós realizamos. (...) E além disso (...) nós temos uma cadeira lá na coordenação ampliada da CPT. A CPT é a que mais cobra, apesar da sede tá em Goiânia, é a que tá mais presente no sentido, assim, de acompanhar o dia-a-dia da Escola.

[A que você atribui está maior presença da CPT?] Quando eu falo na CPT é mais na pessoa do Baiano também, certo. (...) [Ela] é a entidade que mais conhece a proposta pedagógica da Escola. Talvez esse seja o principal motivo. Porque as outras entidades não passaram por esse processo, assim, de conhecimento da proposta pedagógica em si. E já a CPT, não. Eles conhecem, inclusive têm condições de contribuir nisso, na questão pedagógica mesmo, de entender o processo. (Entrevista com Luisa Maria Ribeiro de Almeida, 2002)

Em relação à Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Leite de Orizona, salienta:³⁷

A Coapro (...) deu muita força no início e tá presente até hoje, mas e, assim, tem uma certa diferença. Por exemplo, não esteve presente em todas as assembléias. (...) Ela esteve presente na avaliação dos três primeiros anos de funcionamento. Estão sempre dispostos a atender os estágios quando o aluno solicita o estágio lá (...). Ajudam também com a parte financeira. Eles têm uma contribuição mensal com a Escola no combustível para a visita às famílias. O que mais da Coapro? ... Ah, a partir deste ano nós temos o cooperativismo na escola com a 1ª série, (...) dentro de uma disciplina que nós chamamos de Estudos Regionais. (...) O atual presidente da Cooperativa vem a cada dois meses pra tá falando com os alunos sobre cooperativismo. (Entrevista com Luisa Maria Ribeiro de Almeida, 2002)

Quanto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Luisa Maria avalia:

O atual presidente [sempre teve filho estudando na Efaori]. Então ele tá sempre presente nas reuniões. E também, o Sindicato dos Trabalhadores contribui mensalmente com cem reais. Ele foi fundamental no início no sentido de infraestrutura, porque nós não tínhamos espaço, então a gente usava o espaço do Sindicato para as assembléias, pequenas reuniões. Isso a gente fazia lá. (Entrevista com Luisa Maria Ribeiro de Almeida, 2002)

Em relação ao Sindicato Rural:

O Sindicato Rural já é uma ajuda, assim, mais ... mais distante. Tem o Zé Gonzaga, que é pai de um aluno nosso, é quem está mais presente. (...) Eles não dão uma ajuda financeira. É através do Zé Gonzaga é que tem uma certa ligação. Então ele [é] uma pessoa que às vezes vem convida pra um curso, pra uma palestra, ou coisa assim. (Entrevista com Luisa Maria Ribeiro de Almeida, 2002)

Sobre a Central de Associações dos Pequenos Produtores Rurais de Orizona: “hoje tá meio distante da gente, não tá atuando não”, enquanto que a Agência

Goiana de Desenvolvimento Rural (Agênciarural)³⁸, “uma entidade governamental, ajuda muito. Eles ajudam com cursos, sempre convidam a escola para as atividades de Dia de Campo. (...) Às vezes acompanham também os estágios”.

Em relação ao poder público municipal, a entrevistada pondera:

A prefeitura, através da Secretaria de Educação e através da Secretaria de Agricultura, também tem dado uma presença na Escola. Além, da ajuda financeira de pagamento de pessoa, tem dado uma presença também de, por exemplo, o prefeito sempre passa por aqui, visita os alunos, conversa com eles. Sempre que a gente convida ele atende ao convite. O Secretário de Agricultura é pai de um aluno, então também tá sempre presente, nunca faltou às assembléias. (Entrevista com Luisa Maria Ribeiro de Almeida, 2002)

Finalmente, ao lembrada pela entrevistadora sobre às Comunidades Eclesiais de Base e à Secretaria Estadual de Educação, conclui:

Não. As CEBs não tem, assim, uma participação direta, não. Tem assim: várias pessoas que estão ligadas à escola, através das famílias, (...) são membros das CEBs, mas não é dizer que tem uma participação direta aqui na escola, não. [Com a Secretaria Estadual de Educação] o convênio é só pra pagar professores e auxiliares de serviços gerais. [Mas] é uma relação meio difícil (...), [porque] eles não conheciam a proposta e não conhecem ainda de fato a proposta. (...) Então temos que ficar encontrando as alternativas. (...) Porque o questionamento a nível Estadual mais é nisso: “Vocês estão fazendo desse jeito mesmo, é possível fazer assim?” Por exemplo, na questão da alternância, os nossos dias letivos são diferentes. Nós contamos também o tempo que os alunos estão em casa. Temos que contar também como carga horária, porque eles [os alunos] levam atividades para ser feitas. A parte prática é desenvolvida em casa e a gente acredita que isso também faz parte da formação deles. Então é difícil de se acreditar numa coisa que estão distante mesmo, é até não conheciam. Não é fácil, não. (Entrevista com Luisa Maria Ribeiro de Almeida, 2002)

Todos esses depoimentos reunidos constroem e atualizam a intenção deste estudo de compreender a constituição dos agentes rurais de Orizona com base em um núcleo teórico que rompe com as relações pretensamente neutras, mas capazes de produzir a ilusão de uma harmonia construída no *campo* aqui em estudo. Mas ainda há um novo

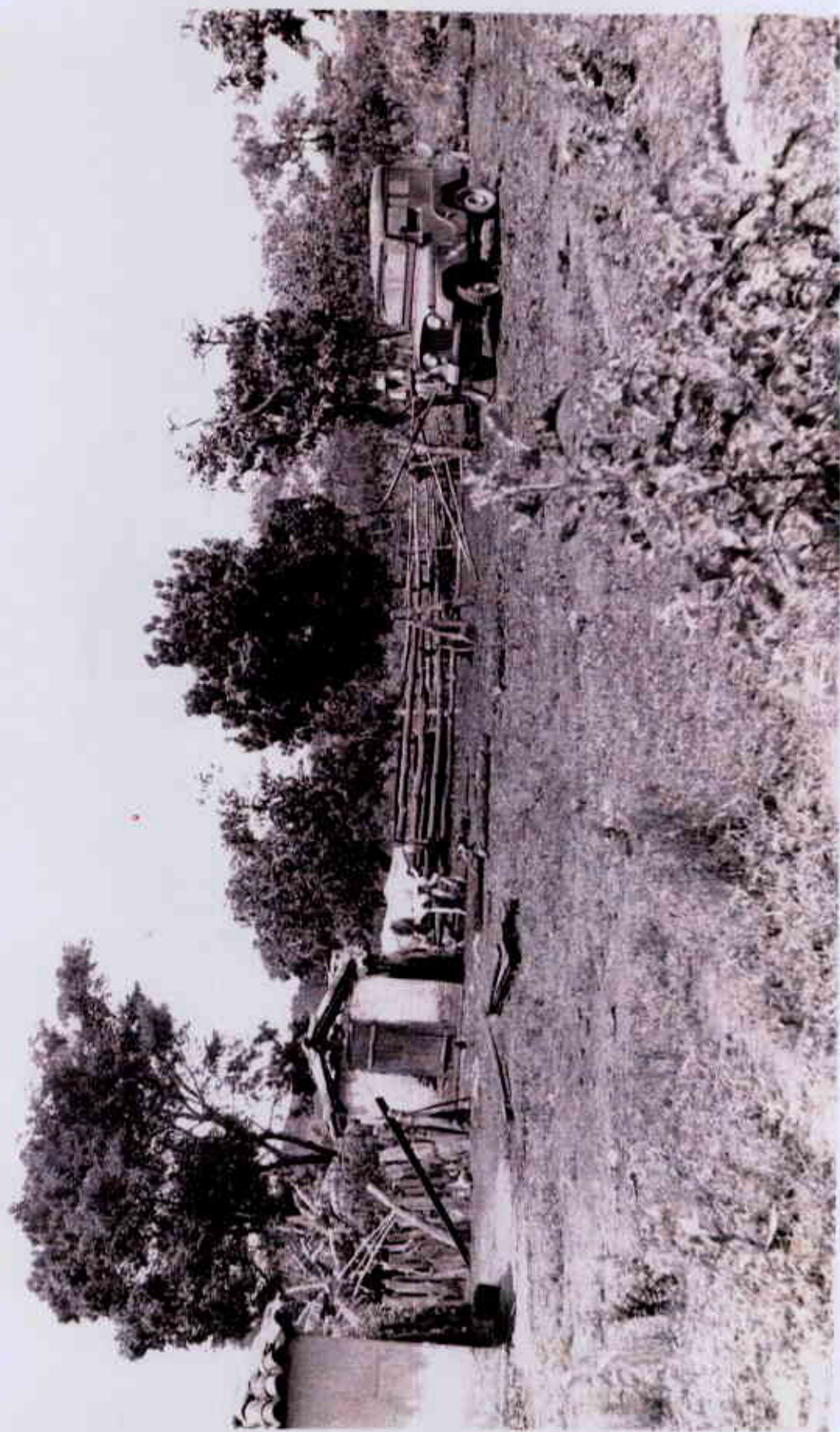
³⁷ A Coapro também oferece assessoria técnica aos projetos que os alunos desenvolvem no final do curso, além de oferecer financiamento para a execução dos mesmos.

³⁸ A Agênciarural também oferece assessoria técnica aos projetos que os alunos desenvolvem no final do curso.

agente entrando em jogo. A Credifer, criada durante uma assembléia geral da Ceapro, apresenta-se como um elemento a mais na relação de parcerias, sobretudo para a Efaori, que acredita ser possível, com essa cooperativa, viabilizar recursos para garantir a continuidade dos seus alunos e ex-alunos na propriedade familiar. Com funcionamento previsto para 2002, a nova entidade – *o nosso Banco* – seria, pelo menos no entendimento da comissão organizadora da nova Cooperativa, o braço que faltava ao corpo das organizações rurais do município. Isto é, o caminho fácil e seguro pra se conseguir financiamentos: “a concessão de crédito aos produtores, via de regra, tem sido uma via crucis, com juros extorsivos e uma escandalosa burocracia, que impedem o crescimento e a permanência do homem no meio rural” (Credifer, 2000, p. 2).

O depoimento a seguir, a princípio bizarro, foi escolhido para encerrar esse capítulo por dar a medida de que o rural em Orizona é ainda um lugar que ousa resistir apesar da eloquência dos discursos das parcerias, dos companheiros, do moderno, da técnica, da lógica do mercado, do desenvolvimento, da pecuarização leiteira na pequena propriedade. Um monitor da Efaori, responsável pela parte técnica da escola, relata como acontece a escolha do projeto que o aluno, da última série, desenvolve na sua propriedade. Segundo ele, grande parte desses estudantes, cerca de 95%, busca melhorias nos aspectos referentes à produção de leite. Como é a própria família que faz a escolha do projeto e dá também sugestão sobre outras atividades para serem trabalhadas pela escola, foi perguntado ao monitor se houve algum caso de pedido que a escola achasse inviável, complicado, absurdo, engraçado. A resposta foi a seguinte:

Teve, teve. Não vou dizer absurda, mas difícil de resolver. Tem sugestão difícil, não, mas complicada. Por exemplo, teve um agricultor que sugeriu que nós orientássemos os meninos a mexer com carro de boi. Culturalmente é uma beleza isso, mas em termos, assim, práticos, a pequena propriedade ..., tem propriedade que não tem espaço pra isso. Mas era um caso isolado e nós conversamos com a família e achamos que isso aí poderia até ser feito, mas nós não tínhamos instrumentos e condição pra fazer isso dentro da escola. E de todas as sugestões nós, eu vou dizer pra você, nós deixamos isso em segundo plano, sabe. Cada família tem que ser atendida na sua necessidade. Agora, nós não podemos ter a ilusão de querer fazer milagre. [Tem alguém aqui que entende de carro de boi?] Eu acho que não. Pois é. (Entrevista com Felipe Antonio Dias, 2001)



Fonte: Arquivo da Agência Rural - Orizônia-GO, [sem data]

Figura nº 8 - Visita da Acar-GO a uma propriedade rural



Fonte: Arquivo pessoal de José Luiz Tavares – Anápolis-GO, [1971].

Figura nº 9 – Missa em comunidade rural



Fonte: Arquivo pessoal da Professora Ana Maria Rosa Cardoso – Orizona-GO, [1988].

Figura nº 10 – Missa em comunidade rural



Fonte: Arquivo da Agência Rural – Orizona-GO. [1991].

Figuras nº 11 e 12 – Mutirão de fiandeiras



Fonte: Arquivo da
Agência Rural –
Orizônia-GO, [1987].

Figura nº 13 –
Curso de
culinária



Fonte: Arquivo da Agência Rural – Orizônia-GO, [sem data]

Figura nº 14 – Mulheres aprendendo a cortar cabelo



Fonte: Arquivo da
Agência Rural - Orizona-GO,
[sem data].

**Figura nº 15 –
Mulheres
aprendendo técnica
de plantio de horta
doméstica**



Fonte: Arquivo da
Agência Rural - Orizona-GO,
[sem data].

**Figura nº 16 – Pais
e filhos plantando
roça**



Fonte: Arquivo da Agênciarural – Orizona–GO, [sem data]

Figura nº 17 – Colhendo verduras



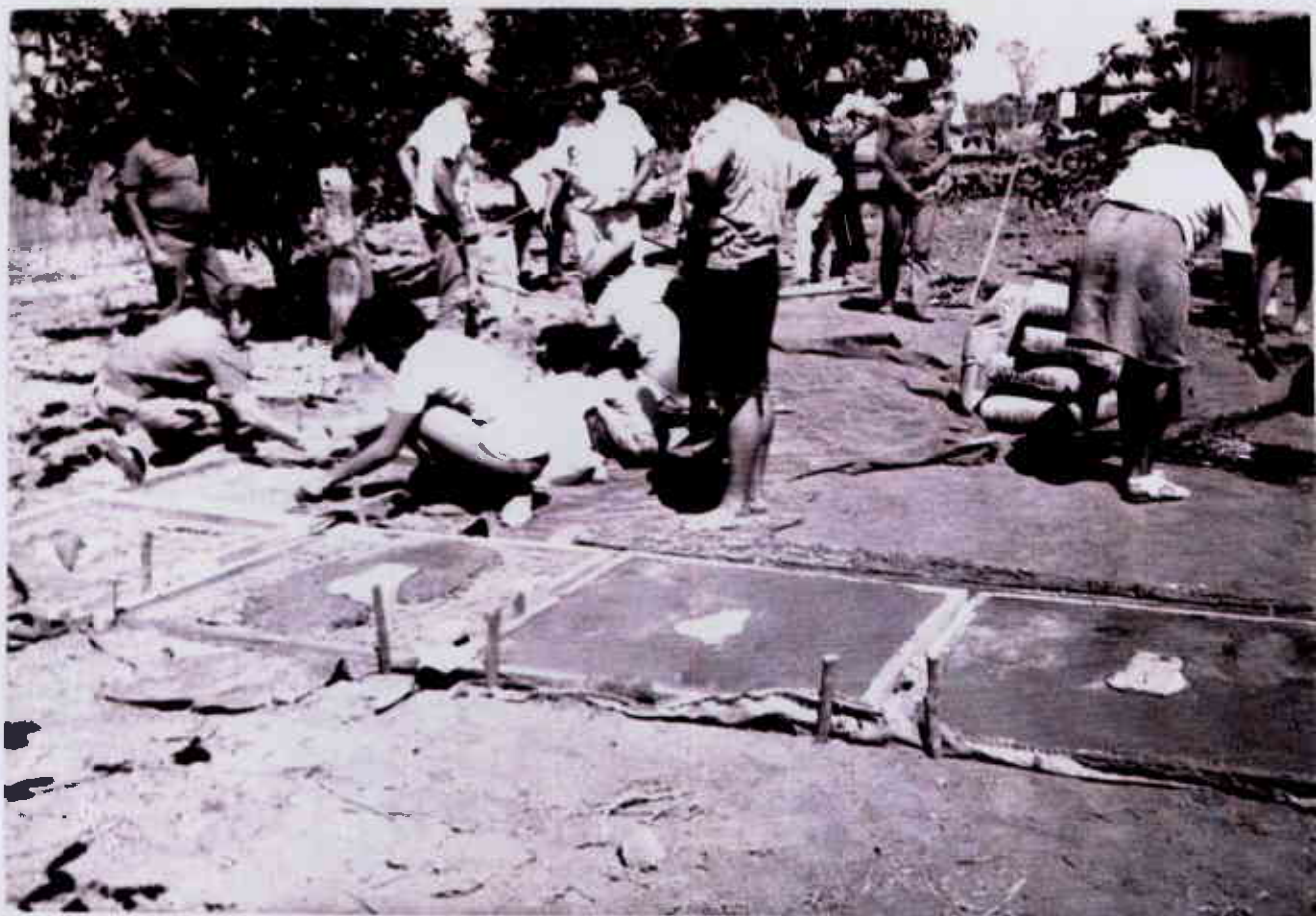
Fonte: Arquivo da Agênciarural – Orizona–GO, [1991]

Figura nº 18 – Famílias reunidas com uma mediadora



Fonte: Arquivo da Agênciarural -
Orizona-GO, [sem data]

Figura nº 19 -
Vistoriando a plantação



Fonte: Arquivo da Agênciarural - Orizona-GO, [1987].

Figura nº 20 - Famílias em mutirão para construção de privadas



Fonte: Arquivo da Agênciarural – Orizona–GO, [sem data].

Figura nº 21 – Plantando roça



Fonte: Arquivo da Agênciarural – Orizona–GO, [sem data].

Figura nº 22 – Produtores rurais reunidos com um mediador



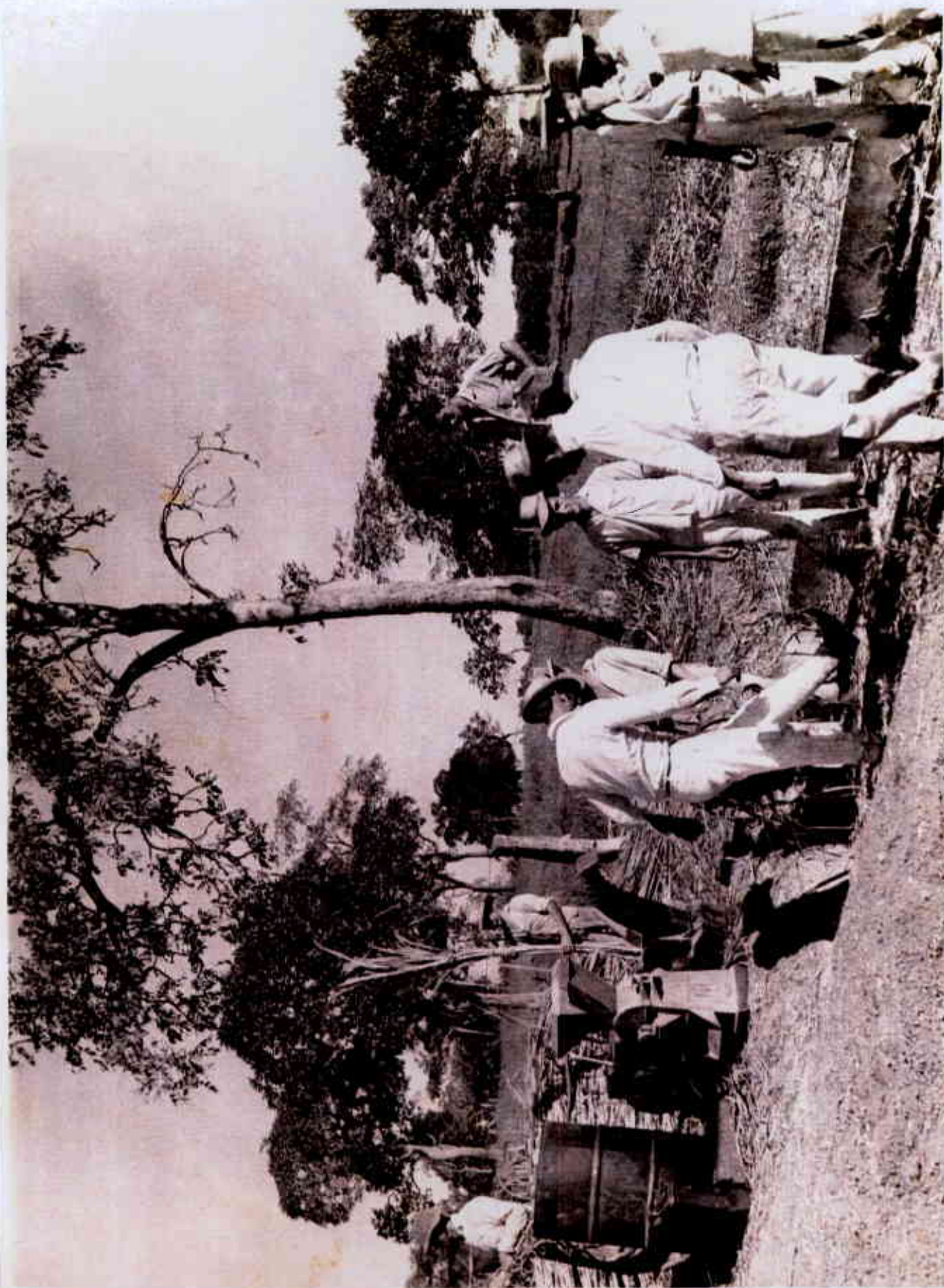
Fonte: Arquivo da Agência Rural - Orizônia-GO, [sem data].

Figuras nº 23 e 24 - Mutirão de silagem



Fonte: Arquivo da Agência Rural – Orizônia-GO, [sem data].

Figuras nº 25 e 26 – Mutirão de silagem



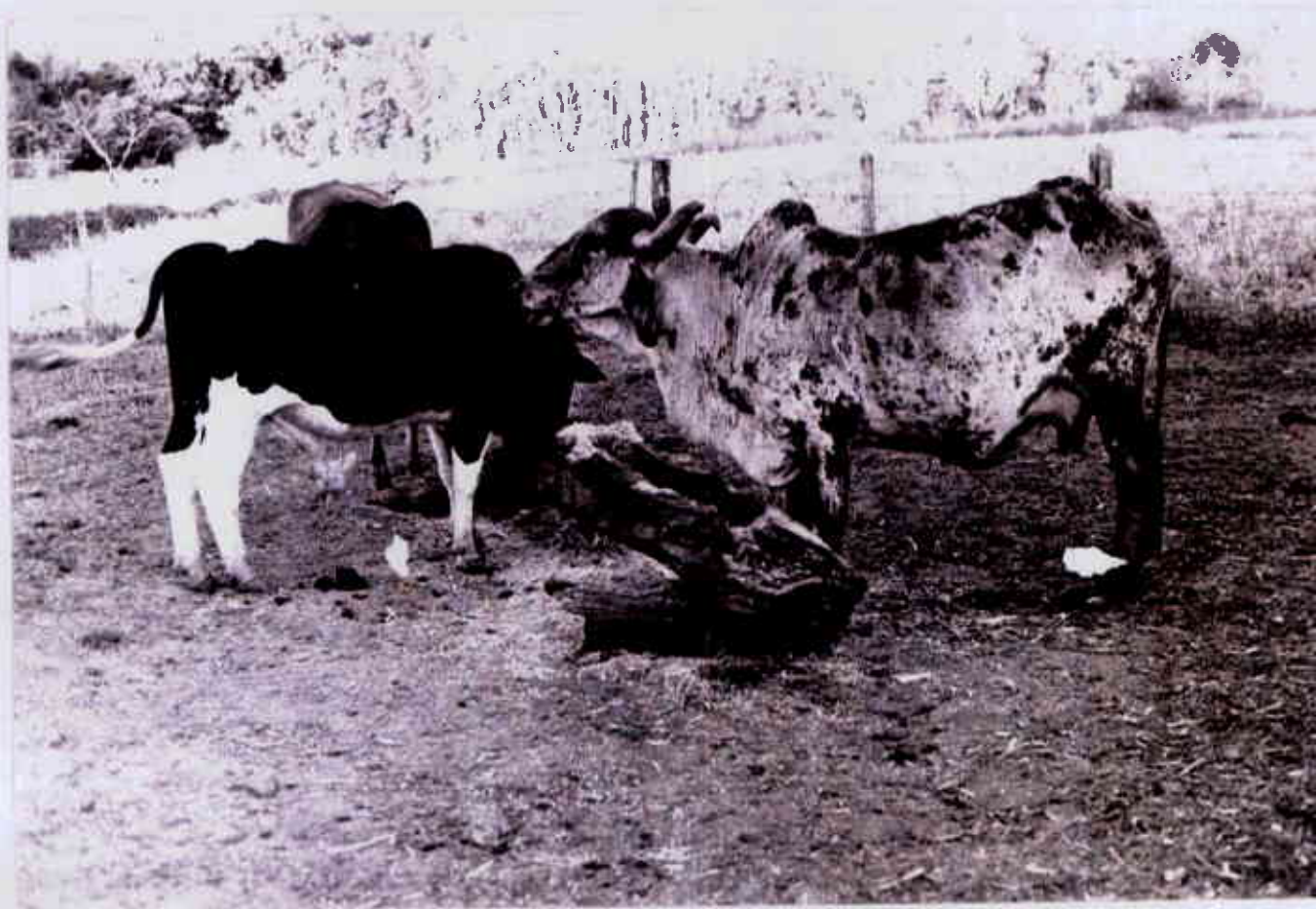
Fonte: Arquivo da Agência rural - Orizona-GO, [sem data].

Figuras nº 27 - Mutirão de silagem



Fonte: Arquivo da Coapro – Orizona–GO, [2000].

Figura nº 28 – Hotel de criação de bezerras



Fonte: Arquivo da Agência rural – Orizona–GO, [sem data].

Figura nº 29 – Gado se alimentando de silagem



Fonte: Arquivo da Agência rural – Orizona–GO, [1996]

Figura nº 30 – Ordenha mecânica



Fonte: Arquivo da Agência rural – Orizona–GO, [sem data]

Figura nº 31 – Ordenha manual



Fonte: Arquivo da Coapro – Orizona–GO, [2000].

Figura nº 32 – Plataforma de recebimento de leite da Coapro



Fonte: Arquivo da Coapro – Orizona–GO, [1999].

Figura nº 33 – Família junto ao tanque de expansão



Fonte: Arquivo da Coapro – Orizona–GO, [sem data].

Figura nº 34 – Assembléia da Caopro



Fonte: Arquivo da Efaori – Orizona–GO, [1999].

Figura nº 35 – Inauguração da Efaori

CAPÍTULO III

O LUGAR DA EDUCAÇÃO NOS AFAZERES DA APAMAC

Eu vou lá que eu topo com fulano. Lá eu topo com sicrano. O trem dá um entrosamento com o município inteiro. (Amador Pereira Caixeta, 1999)

Mata Velha, Água Grande e Coqueiros – são córregos que deram nome a três comunidades. Difícil mesmo é saber onde começa uma e termina a outra. As divisas são as mais variadas: uma estrada, a linha, um mato, uma cerca, a casa de fulano, sicrano ou beltrano. Se alguém muda para mais longe, a comunidade chega até lá. As fronteiras são laços de parentesco, amizade, trabalho, fé. Não há lugar longe quando se tem a certeza de uma mesa farta, de um truco pela madrugada adentro, de uma *branquinha*¹ que alegra os encontros. Qualquer visitante não conhecedor da geografia² do roceiro pode perder-se facilmente entre tantas encruzilhadas e cometer afronta se recusar o cafezinho fresco, o pão de queijo, o doce.

Albino, Lourenço, Oliveira, Ribeiro, Castro, Fernandes, Bastos, Tavares, Corrêa, Correia, Gonzaga, Gonçalves, Moura, Gomes, Alves, Pereira, Caixeta, Alves. Uns vivem nestas comunidades desde sempre. Outros foram chegando e ficando porque laços de afinidade foram criados: namoros, casamentos, vizinhança, compadrio, crença, amizade, trabalho.

Sempre foram ligados à terra. Numa certeza, garantida pela ordem da vida, que um dia a terra chegaria, foi a divisão por herança que possibilitou à maioria dos moradores destas comunidades a condição de donos de uma propriedade rural e de ser gente da roça. Há, no entanto, os que compraram e os que ainda trabalham na terra do pai ou na terra de vizinhos. Também podem ser isso tudo ao mesmo tempo: proprietários, meeiros,

¹ Denominação regional para cachaça.

² Pereira de Queiroz (1973, p. 64) fala da construção de noção geográfica e social dos sitiantes tradicionais em São Paulo que se formava com o conhecimento da localização de um ponto central do grupo de vizinhança, no caso a capela e/ou a vendinha. "Relações familiares, relações de trabalho, relações religiosas constituem as coordenadas que orientam a percepção do sitiante", conclui a autora. Nas comunidades estudadas neste trabalho as percepções são as mesmas – terra, família, religião –, mas o núcleo não é mais a capela e/ou a vendinha e sim a Apamac que se tornou lugar de encontro, ponto de referência.

arrendatários. Alguns foram embora em busca de uma vida melhor, mas levaram a certeza do retorno para a terra, patrimônio de família. Há ainda os moradores de finais de semana, feriados e de férias. E gente que veio de longe, mas foi embora.

Plantar roça a meia, trocar dia de trabalho, criar bezerras com a primeira cria em pagamento, criar vacas recebendo o leite e metade das crias, engordar porcos a meia, mutirão, empreito, são os jeitos de trabalhar comuns entre os moradores dessas comunidades. Há também o peão permanente. Muitas vezes, o contrato é apenas verbal. Ir tirar o leite para o vizinho, ou olhar as criações e quintal enquanto ele está doente, foi fazer uma viagem ou a uma festa mais longe, também é uma prática muito usada, feita na base da troca de gentileza ou favores entre amigos. Nem sempre a moeda corrente é dinheiro.

O lazer são as festas religiosas – São João, São Francisco, Nossa Senhora Aparecida, Folia de Reis. São também o futebol, a televisão, ir à rua, à sede, o truco, a pescaria, a caçada, a pamonhada, a visita, o mutirão, a reunião de CEB, o catecismo. Muitas dessas práticas são associadas entre si e ao trabalho. Em um mutirão, pode-se ter uma pamonhada, um truco, uma pinguinha ou até um pagode. O catecismo pode terminar com uma bolinha, um lanche, um namoro. A arrumação das festas religiosa é quase uma outra festa. Na rezas, há espaços para pôr a conversa em dia, um café, um agrado, uma receita, uma gambira³. No futebol, há tempo para organizar uma marca de serviço. Na carona, há tempo para fazer um catira⁴. É sempre possível que a pescaria de final de tarde termine em um animado truco pelo caminho. Há ainda os que caçam bichos que destroem os mandiocais e que pegam galinhas dos quintais. Separar reza, trabalho, diversão, parentesco não há como, pois são momentos misturados e confundidos no universo do homem da roça (Pereira de Queiroz, 1973). Desse modo, o roceiro vai levando como quem circula na mesma atmosfera contínua de luta pela vida. A vida é uma só (Cândido, *apud* Pessoa, 1999b).

Com esse jeito de viver, Mata Velha, Água Grande e Coqueiros apresentam-se com o nome de Apamac. Há um ponto de encontro construído pelas comunidades. Mais um marcador de fronteiras. “Onde você mora? Moro lá pras bandas da Apamac. Aonde você tá indo? Na Apamac. Vai lá também, porque eu fui e”

muita pessoa que eu num conhecia, hoje é meu amigo. Eu nem conhecia ele direito, via ele assim, um fulano. Agora eu já fui na associação dele,

³ Denominação regional para realização de transação comercial, negócio.

⁴ Denominação regional para realização de transação comercial, negócio.

fui na casa dele. Então se for juntar os amigo num dá. No município, o município todinho entrosou com as associação. Num é só na Apamac não, entrosou o povo tudo. (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999)

3.1 Iniciou-se com a oração

Até um dia o Paulo Moura caçou de mim: “É. Às vezes na reunião, nós, às vezes altera um pouco. Mas pra finalizar, a Mariquinha vem aqui e põe tudo de mão dada, pra rezar o Pai Nosso”.
(Entrevista com Maria da Abadia de Jesus Pereira, 1999)

A primeira reza feita oficialmente pela Apamac⁵ está registrada na terceira ata, a do dia 29 de agosto de 1989: “deu-se a abertura com a oração do Pai Nosso e uma Ave Maria”. Rezar antes das assembléias parece ser um costume freqüente, pois a maioria das atas registra a seguinte frase: “Iniciou-se com a oração e posteriormente os assuntos”. Pode ser uma frase comum em atas, mas, na Associação ela tem uma razão de ser.

A religiosidade está muito presente nas comunidades. As famílias, associadas ou não, praticam o catolicismo apostólico romano. As CEBs foram um instrumento não só de evangelização, mas também de organização de grupos, reuniões, festas religiosas. Segundo dois entrevistados, as CEBs iniciaram um trabalho novo. Um trabalho de pregação do evangelho que o povo achou diferente, pois o costume era a reza do terço, as congregações e as indulgências: “Em vista de rezar o terço, já abria a bíblia e lia o evangelho e pregava”. Com a orientação dos padres italianos, aconteciam também campanhas para a aquisição de filtros, pois “quase ninguém usava água filtrada”; e para a construção de privadas, pois “poucas fazendas tinha”. Para a companhia da privada era comum o uso do mutirão para ajudar quem não tinha condições de construí-las sozinho. Houve também cursos para ensinar a aplicar injeção e de primeiros socorros. Às vezes faziam-se campanhas para arrecadar alimentos para ajudar uma família necessitada. Quando as CEBs já estavam formadas, houve a divisão de grupos de trabalho: jovens,

⁵ No decorrer deste capítulo a Apamac será designada de Associação ou Sede, por serem estes os nomes usados pelas pessoas do local; e, para se referir a Mata Velha, Água Grande e Coqueiros será usada a palavra Comunidades.

casais, catequistas (Entrevistas com Avelino Lourenço Bastos, 1999; e Maria da Abadia de Jesus Pereira, 1999).

Ainda hoje esse trabalho da Igreja está presente nas Comunidades sob a forma de reuniões semanais, catecismo, curso de batizados, novenas, festas. Em entrevista apresentada no segundo capítulo, pode ser encontrado um *princípio educativo* das CEBs, o consenso de que o trabalho desenvolvido por elas no rural em Orizona tenha influenciado a trajetória da Associação e do associativismo no município como um todo: “nas comunidades as crianças, os adolescentes, os jovens crescem acompanhando a vida problemática da comunidade. Então, é uma educação ampliada, não é só a educação que se realiza dentro da sala de aula. É a escola da vida que educa”(Entrevista com Pe. Maximiliano Leorato, 2002). Várias lideranças das CEBs estão diretamente envolvidas com as associações e, desta forma, a Igreja se percebe envolvida com as entidades rurais no município: “inicialmente todos esses órgãos nasceram dentro da igreja. (...). Quem é que tá lá? São todos membros de comunidades, (...) são fruto das comunidades. O povo, dada as dificuldades, ele se organiza, e ele aprendeu a se organizar a partir das comunidades”(Entrevista com Pe. Emerson da Costa, 2002). Para Ribeiro (1994, p.19), a formação cebista dá aos associados o “princípio de que somente caminhando juntos serão alcançadas soluções que beneficiam a todos”.

O já saber reunir-se, conhecimento adquirido nas atividades cebistas, foi princípio gerador de uma nova experiência:

Então todo mundo já reunia por causa das Comunidades de Base. Era a comunidade reunida e os produtores como pequenos produtores tinham muita dificuldade. (Entrevista com José Carvalho da Fonseca, 1999)

Também tinha a parte religiosa, que lá (...) sempre foi ... e tinha a Comunidade Eclesial de Base, então a gente achava assim: que aquela união [a Associação] tinha que partir da convivência de comunidade, da oração.(...) a oração sempre em primeiro lugar. Sempre nas reunião, nós fazia nosso momento de reza e de união. (Entrevista com Maria da Abadia de Jesus Pereira, 1999)

Uma compreensão que os sócios têm é que a relação entre CEBs e associações garante o sucesso e a reprodução do movimento associativista. As associações que nasceram, sobretudo em razão de financiamentos sem a experiência do trabalho cebista, são diferentes das que surgiram em regiões nas quais as CEBs são mais organizadas. Assim alguns concluem:

Mais eu acho que a Associação nossa lá, deu mais certo, é por causa que já tinha aquela reunião de Comunidade (...). Acho que aquilo também deu uma ajuda. O povo já tinha aquela coisa de comunidade, já sabia como é que era. (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999)

Onde as comunidades se perseveraram e firmaram (...), as associações se firmou e deu certo. Aonde não existia comunidade que formou as associações, elas estão muito embaraçada (...), porque não têm aquele consenso de ajuda mútua, de fraternidade. Eles partiram mais para o individualismo, através do recurso [financeiro] mesmo. Não têm aquela união, não têm aquele conjunto de grupo e em forma de um mesmo ideal. (Entrevista com Avelino Lourenço Bastos, 1999)

Sobre as diferenças entre as associações relacionadas às CEBs, um entrevistado responde:

Eu noto a diferença. Eu já participei pouco de reunião de assembléia em outras associações. Mais eu já participei, e a gente conversa com amigos de outra região. Vou citar uma comparação: a Apamac, o pessoal, eles valorizam mais, muito o lazer. Valoriza muito a oração. Eles valoriza a amizade, valoriza assim, todos é amigo entre todos. Não tem aquela, aquela questão assim, parece que assim, uns querer ser mais que os outros. Num deixa de ter, mais é muito pouco. O pessoal é muito unido, e quando parte pra fazer alguma coisa em conjunto, até mutirão já foi feito várias vezes. Então o pessoal ajuda. Vamos fazer isso em conjunto, todos cooperam. Vamos fazer uma arrecadação pra isso, ou pra quilo, pra determinada coisa, o pessoal coopera. Então a gente vê que isso é uma coisa que foi a CEBs que formou, num foi criada pelas associações. Já tinha uma formação. (Entrevista com Avelino Lourenço Bastos, 1999)

Zelar pela continuidade da experiência, da qual originou a *associação bem sucedida* é uma preocupação da Apamac. É a filha cuidando da mãe. Gesto que mantém as relações entre as duas. É regra estabelecida não realizar atividade – nem mesmo o *sagrado* futebol – na Sede em horário destinado às reuniões da comunidade da Mata Velha: “só depois que terminar a reunião”. A Sede é também espaço para outras atividades que acontecem nas Comunidades, como a festa de São João, catecismos; comemorações de dia das mães e dos pais; confraternização do natal, ano novo; encontros de família. Há, contudo, que registrar a chegada de mais um santo, um padroeiro exclusivo para proteger a Apamac. A escolha do santo protetor aconteceu, por época da inauguração da sede da Associação, em reunião da diretoria que contou com a presença das mulheres: “chamou as mulher [porque] precisava escolher um santo, porque era então bom que tivesse um padroeiro” (Entrevista com Maria da Abadia de Jesus Pereira, 1999). Como sugeriram

muitos santos, alguém propôs que fosse S. Francisco de Assis, já que havia dois sócios com esse nome. Decidiram fazer um sorteio e a sorte apontou S. Francisco para ser o padroeiro da Associação. Uma imagem do santo que foi doada à Associação por uma freira franciscana, filha de uma família da região, ocupa lugar central em prateleira afixada na parede da sede. Junto, há também uma imagem de Nossa Senhora Aparecida e os inúmeros troféus conquistados pelo time de futebol da Apamac. Para completar o quadro *sagrado* em outra parede, há um quadro com a oração de S. Francisco, doado por um sócio. Segundo a entrevistada citada o santo padroeiro não só evangeliza, mas serve para a “preservação do meio ambiente, das coisas”.

A relação CEBs fortes com associações bem sucedidas também é conclusão de Ribeiro (1994, p. 20):

Associações filhas de órgãos públicos, sem a ‘alma’ das Cebis, não possuem capacidade de tomar iniciativa para qualquer atividade. Costumam funcionar enquanto existem recursos ou assistência. As organizações geradas pelas Cebis e Sindicatos, mesmo quando existe um dedo do governo, têm uma dinâmica própria, funcionamento autônomo diante de agências públicas e privadas. Cooperam com todos, mas existem por si, porque se consideram ferramentas para objetivos maiores que elas mesmas.

3.2 Mutirão: um grupo pequeno

Esse trabalho da silagem até é um trabalho engraçado. Que a gente sem saber já tinha um pouquinho de associativismo.

(Entrevista com José Carvalho da Fonseca, 1999)

Uma outra experiência posterior à cebista é também considerada como *saber acumulado* que contribuiu para construção da Associação. A Emater, presente no município desde 1966, orientou a produção de silagem, por meio do mutirão, como prática para garantir a alimentação do gado leiteiro em época de seca e para evitar a queda na produção do leite na entre-safra.

O silo foi o seguinte. [A Emater] já tinha inventado isso lá [na comunidade do] Rio do Peixe. Aí ele, ele levou nós lá pá vê isso. Aí nós

veio. Aí o Salomão, o João, o Avelino, seu pai, o Adair comprou a siladeira. Eu comprei um, eu num tinha motor, tinha que comprar um motor. Eu falei: “compro um motor grande que aí nós faz o silo”. (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999)

Esse trabalho da silagem até é um trabalho engraçado. Que a gente sem saber já tinha um pouquinho de associativismo. A gente reunia quando ia fazer o silo na casa do vizinho. Reunia todo mundo naquele dia (...). Levava carroça, outros levava, uns cortava, outros carriava, outros moia aquele milho. Num tinha trator. Então era feito mais ou menos manual. (Entrevista com José Carvalho da Fonseca, 1999)

Nós fez silo três anos desse jeito. (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999)

O mutirão da silagem era momento de muita comida, cachaça, conversa fiada, pelejas, mas sobrava tempo pensar a busca de soluções para os problemas: “e no final da silagem, aí a gente discutia. Nós precisamos adquirir máquina, nós precisamos reivindicar melhor dos nossos governantes (...) que a gente num era muito bem assistido naquela época não” (Entrevista com José Carvalho da Fonseca, 1999).

Talvez uma solução fosse “agrupar mais e fazer um grupo maior pra poder conseguir as coisas mais fácil, porque a gente sozinho reivindicava, não conseguia nada e talvez um grupo ficasse mais fácil. Essa idéia surgiu uns dois anos antes da criação da associação” (Entrevista com José Carvalho da Fonseca, 1999). Depois desse tempo de amadurecimento da idéia de um grupo maior, sem pressa, de acordo com os costumes da gente da roça de matutar bem as coisas, decidiram então aumentar a turma com o objetivo de adquirir outras coisas, como a turma pequena já havia adquirido a ensiladeira. A turma da Mata Velha ficou sabendo pela Emater que a comunidade da Cachoeira tinha uma associação diferente funcionando. A notícia da Apac se transformou em expectativa. E foram *aprender com a turma de lá* como era esse negócio de associação.

o Adair [da Água Grande] foi lá pros menino do Gerson [na Mata Velha] fazer um silo lá e arranjou esse negócio de associação. Eu já tinha visto falar desse negócio de Apac de uma reunião lá em Orizona [realizada pela Emater]. Aí o Adair tratou de ir lá na Apac, vê lá como que era lá. E o Adair falou que eu pra mim ir. Aí eu fui mais o Zé Fonseca e o Venerando. Aí nós foi lá e viu como que é lá e falamos: “ Ah! Vamos fundar uma lá também! (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999)

A conversa esfriou, ninguém mais tocou no assunto. Até que “eu peguei o cavalo e falei: ‘Eu vou lá no Venerando pra nós vê o negócio da associação o que que virou.’ Aí fui lá e falei pra ele: ‘Uai! Nós num falou mais nisso!’ Eu falei: ‘Vamos, vamos

fazer, vamos pôr pra frente!’ Aí nós marcou a primeira reunião” (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999).

Das primeiras reuniões, muitos possíveis sócios, moradores das redondezas, participaram. Uns 28, uns trinta, quarenta. Não se sabe ao certo quantos foram. Muitos descrençaram. Não voltaram. E o grupo final ficou definido em 22. A luta seguinte foi fazer o estatuto da Apamac. Segundo um entrevistado, o que fizeram, na verdade, foi praticamente copiar um estatuto que conseguiram para modelo: “nós mudou alguma coisa nele e foi ajeitando ele até ficar do jeito que nós achou que dava” (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999). A ata de fundação foi lavrada no dia 2 de agosto de 1989, na casa do sócio Amador, com a presença dos 22 sócios fundadores. O mutirão estava institucionalizado, formalizado, oficializado e sujeito às regras de um estatuto, o que deu a ele o caráter de grande, pois não ser pequeno era o desejo naquele momento já que a vida havia ensinado as diferenças entre grande e pequeno, como se percebe no depoimento:

a idéia do associativismo é a seguinte, você junta dez pequenos e fica um grande. O grande tem facilidade pra tudo. O pequeno num tinha. E nós juntamos 22 e tornamos naquela época o maior produtor [de leite] de Orizona. Aí ficava fácil pra você negociar. (Entrevista com José Carvalho da Fonseca, 1999)

A Emater não apenas contribuiu para a constituição do associativismo, como também encontrou nele um caminho a mais para fazer chegar ao homem do campo os princípios da extensão rural⁶. Há uma regularidade da presença da Emater com a Apamac, sobretudo nos momentos em que a Associação decidia sobre os projetos para financiamentos do FCO. Além dessa participação a extensão rural ainda é a mediadora em cursos de inseminação artificial, formação de pastagem, qualidade do leite, costura, culinária. A interferência da Emater no momento de impasse sobre um financiamento foi registrada pela Associação, durante uma assembléia com a presença de um extensionista:

Ele falou que nos vimos a quase dois meses lutando para conseguir este financiamento, agora aprovado os 100% (...) e esbarrou na garantia que o agente financeiro exigiu, parece que os socios estão com medo de por as terras em Hipoteca, o Sr. Hélio acha que não pode haver esse tipo de problema dentro da entidade, porque assim não funciona, ele disse ainda, enquanto depende só dos outros tudo bem, mas quando parte para os socios acaba, não pode ser assim, tem que enfrentar. Ele disse através (...)

⁶ Sobre a extensão rural no Brasil, ver Fonseca (1985) e Portilho (1998).

de gráfico que o projeto é viável e fácil de pagar, por isso, não tem porque deixar cair. (Apamac, 1989, p. 36)

Depois da aula de convencimento, cinco sócios decidiram oferecer suas terras para hipotecar, mas “os outros socios vão ter que assinar um documento ficando também responsável pelo financiamento, ica como se tivesse hipotecado também”. (Apamac, 1989, p. 36)

3.3 Assuntos posteriores

Pergunta: Que milagre fez a associação?

Resposta: Plantou as lavouras do gasto, paga laboratório e também outros gastos mais, sem precisar de créditos bancários e outros, foi explicado que com algumas economias como; a diferença na hora de trator que atingiu a faixa de 60% (...), os dois por cento do leite, a compra de adubo em conjunto que deu a economia de mais ou menos vinte e cinco por cento, a compra de semente em conjunto que tivemos uma grande diferença também de preço, por isso interamos muito pouco do bolso.(Apamac, 1989, p. 21)⁷

Vimos no primeiro e segundo capítulos que o trabalhador rural constituiu-se, ao longo da história brasileira, como uma classe marginalizada pela política agrária. Mas esta condição de marginalidade não implica que ele nunca teve compreensão de sua situação de exclusão e que se deixou submeter à dominação. Pelo contrário, dadas as especificidades de cada época, o homem do campo sempre resistiu, seja em luta isolada ou em grupo, com ou sem projeto político. Nesse sentido, a luta é sempre “uma situação-problema em que todos os envolvidos buscam uma solução. É portanto, um grande desafio à aprendizagem; é um momento particularmente educativo” (Loureiro, 1988, p. 24).

A Apamac foi construída com muita oração, trabalho, conversa, reunião, visitas antes de se constituir formalmente. Esses momentos que consumiram tempo e paciência não foram gastação de tempo e de conversa. Foram momentos em que as Comunidades puderam vivenciar diferentes experiências em grupo e, com base nelas, buscar mais uma forma de luta. Uma luta que avançou as fronteiras das Comunidades. Esse *aprendizado*

⁷ Pergunta e resposta feitas durante uma gravação de reportagem sobre a Apamac para uma rede de televisão.

anterior e o processo de criação da Associação são, pois, a primeira conquista da Apamac (Ribeiro, 1994, p. 36).

O novo espaço de luta, “com base na colaboração recíproca a que obrigam seus associados”⁸, se viu envolvido em diversas relações que, neste texto, foram agrupadas em duas dimensões. A primeira são as relações estabelecidas entre a Apamac e aqueles que estão diretamente envolvidos com ela: as esposas e os filhos dos sócios e os vizinhos. A segunda são as relações com os *de fora* das Comunidades: políticos, empresas, bancos, órgãos públicos, entidades rurais, e outros. Com essas relações, a Associação caminha, cria, produz e se reproduz.

3.3.1 Sócios, esposas, filhos, vizinhos

As mulheres reuniu-se em separado
(Apamac, 1989, p. 31)

Parceiros e meeiros; arrendatários de estabelecimento rural e proprietários de área de até 200 hectares que abrange as Comunidades de Mata Velha, Água Grande e Coqueiros. Esses são os possíveis sócios da Apamac. Já foram 42 e iniciaram o período 2002/2003 com 22. Os motivos do afastamento foram mudança, doença, morte, descontentamento com decisões da assembléia, não cumprimento do estatuto e mudança de atividade.

Em geral, o objetivo da Associação é “proporcionar aos sócios e seus dependentes, atividades econômicas, culturais e assistenciais”⁹. Para isso, utiliza-se de um estatuto que dispõe sobre direitos e obrigações dos sócios, cabendo a eles, em assembléia, toda e qualquer decisão sobre bens, recursos, atividades.

Os envolvidos diretamente com a Associação, esposas e filhos, não possuem atribuições de acordo com o estatuto e só podem participar das decisões se forem admitidos como sócios. Já houve três casos de pai e filho associados. O último sócio admitido foi um filho que se casou e veio morar *em terra de pai* na comunidade da Mata

⁸ Conforme o estatuto da Apamac, anexo nº 2.

⁹ Conforme o estatuto da Apamac, anexo nº 2.

Velha. Sua família, mesmo possuindo terras na região desde sempre, mora em outra comunidade um pouco mais longe. O novo sócio que à época da criação da Apamac era ainda adolescente, teve como justificativa para sua entrada na Associação o seu gosto pelo futebol e sua paixão extremada pelo Flamengo, já que a associação não oferecia nenhuma vantagem financeira e estava em vias de quitar suas dívidas com o FCO. Se o futebol é uma atividade da qual pode participar quem não é sócio ou filho de sócio é de supor que as motivações foram outras, não mensuráveis pela justificativa econômica.¹⁰

Há nas Comunidades um grande número de pessoas que não são associadas, mas que estão envolvidas com o movimento, seja participando de uma festa, de uma reza; seja jogando futebol ou usando algum outro benefício que a Associação trouxe para a região.

Para manter a unidade do grupo entre e si e entre o grupo e as pessoas que não fazem parte diretamente, a Associação, construiu um espaço freqüentado não só pelos sócios, mas também por outras pessoas. Além das atividades religiosas já relatadas no início desse capítulo, o *ir na Sede* é também certeza de futebol, vôlei de areia, truco, comida, cerveja, refrigerante, bate-papo, gambira atividades que conduzem à compreensão da Associação como “uma extensão de uma organização pré-existente” (Ribeiro, 1994, p. 47).

O futebol, o lazer mais constante na Apamac, não foi instituído por ela. Bater uma bola sempre foi costume nas Comunidades mesmo que fosse em campos de terra nivelados pela enxada e pelo uso. O Água Grande Futebol Clube teve suas origens na década de 1930, possuía jogadores *de fora* da comunidade e foi durante muito tempo o time mais respeitado no município. Coincidentemente a sede da Apamac foi construída num terreno ao lado do antigo campo da região, hoje transformado em pastagem. A única marca do campo que ainda existe é uma cruz em referência a um antigo morador da comunidade da Mata Velha que morreu em dia de jogo, torcendo pelos filhos.

A antiga prática das Comunidades é agora uma atividade de rotina na Associação. Toda quinta-feira à noite é dia de *ir na Sede*. Os homens – adultos e crianças – se reúnem para o treino de futebol. Alguns jogadores do time oficial eram ainda crianças

¹⁰ No dia da admissão do último sócio, a pesquisadora estava presente na Associação. O assunto, antes da assembléia, girou em torno das motivações de sua entrada em época de muita dificuldade financeira na Apamac. A entrada do novo sócio deu-se no início das atividades do período 2000/2001. O ano de exercício na Associação começa em 1º de agosto e finda em 31 de julho do ano seguinte.

quando a Associação foi criada, cresceram torcendo pelos pais, irmãos, amigos e hoje jogam juntos ou em substituição a um ou outro que não joga mais. Há um professor-técnico para o time infantil. Alguns meninos escreveram sobre o futebol, expressando as expectativas que têm em relação à Associação:¹¹

A apamac é um lugar muito recreativo e interessante mas faltam mais chances para os filhos de socio jogar bola no campo de grama e marcar jogos para os menores, se eu fosse o presidente eu faria uma quadra de areia de futebol, se não existisse a apamac aqui seria chato. (Flávio, 12 anos)

Se não tivesse a Apamac eu estava brincando de bola no meio da estrada. (Leonardo, 11 anos)

A APAMAC é muito bom. Eu tenho um treinador que é o macimo ele se chama Laeste, ele nos treina todos os sabados e claro ele e muito legal. Eu gosto de tudo aqui.(...) Se eu fosse o presidente eu falaria um campo gramado para os meninos.(Celso, 11 anos)

Gosto de jogar bola com os amigos e com os homes e também gosto de brincar no parquim de beber garana. (Danilo, oito anos)

O descontentamento dos futuros jogadores com o campo de terra foi fruto de uma curta tentativa de evitar que os meninos treinassem no campo gramado, causando desgaste da grama. O conflito foi vencido pelos meninos e o campo de terra abandonado.

Enquanto os homens jogam futebol, pode estar acontecendo também um jogo de vôlei de areia, um espaço de lazer inédito até então e construído especialmente para as mulheres, mas alguns *homens jovens* também jogam. O vôlei nem sempre acontece, pois há poucas jogadoras e quando chegam a jogar é *de brincadeira*. Poucas vezes conseguiram treinar e organizar time para competir, além das dificuldades de manter em condições de uso a bola e rede. Para as crianças que ainda não alcançam uma bola, há o parque infantil. Nesse dia de ponto de encontro, há ainda o bar – com bebidas e comidas. Além do lazer com bola, é quase certeza que haja também um truco para finalizar a noite. Raramente, as mulheres arriscam-se nesse jogo, e, quando o fazem, é também *de brincadeira*, e não de verdade. Às vezes, algumas crianças também se aventuram a brincar com o baralho. Na mesma relação estabelecida com o futebol, no truco já tem *filho homem* formando dupla com pai ou jogando conta ele.

¹¹ Esses depoimentos foram colhidos em atividade escrita realizada com as crianças, filhas de sócios e de não-sócios, no ano de 1999, momento em que realizava uma pesquisa de campo, de caráter exploratório, da qual essa dissertação é uma continuidade. A transcrição é fiel aos textos originais.

Aproveitando a ocasião, lazer e solução de problemas que surgem envolvendo as Comunidades podem acontecer no mesmo dia. Dois exemplos são a educação escolar e o fornecimento de leite. Comumente, a Associação cede seu espaço físico para que os pais de estudantes e o responsável pelo transporte escolar discutam sobre roteiros, horários; e para que fornecedores de leite se reúnam com o dono do laticínio ou com o carreteiro do leite quando há algum problema a ser resolvido.

No terceiro sábado de cada mês, há o almoço preparado por um grupo de sócios. Sorteado com antecedência, o grupo responsabiliza-se por fazer o almoço com gêneros fornecidos pela Associação com um limite de preço. Nesse dia, também acontecem o futebol, o truco, o vôlei. Antes de construírem o parque infantil, já havia por parte, sobretudo das mulheres, uma preocupação em não deixar as crianças sem uma atividade específica. Uma outra forma encontrada para entreter as crianças foi fazer, no dia do almoço,

um brinquedo, uma coisa com as crianças, sabe? (...) pra orientar, dá assim um começo, porque lá tem muita criança. (...) Ai no dia do almoço arruma as crianças, canta, conta uma história. Eu acho que é assim uma catequese, assim, fraca. Mais que vale que vale. Pra não deixar as crianças praticamente abandonada. Apesar de que todas estuda, tudo tem na escola, tem na comunidade. Mais nós achou que lá tinha que ter. (Entrevista com Maria da Abadia de Jesus Pereira, 1999)

O espaço que mistura lazer, família, religião, trabalho, amizade é também percebido pelas crianças que cresceram junto com a Apamac.¹²

Eu gosto de brincar, gosto das festas que tem, dos amigos, nós somos muito amigos. Se eu fosse o presidente eu mandaria fazer uma piscina, mandaria comprar uma bola de handbol e mandaria fazer uma quadra. Se não tivesse a APAMAC eu seria triste sozinha sem amigos. (Myrane, 10 anos)

A coisa que eu mais gosto na Apamac é quando tem festa. aqui também é um lugar que todas se diverte. E também é um lugar que uns ajuda os outros e se não tivesse este lugar nem tinha onde se divertia todos os Sábados e Domingo (...). (Jussara, 12 anos)

Foi assim, a APAMAC significa um lugar muito legal; onde todos se divertem e como sempre beijam na boca. Nas festas juninas são muito legais, lá todos tem bons amigos, nós jogamos futebol, voley, bebem cerveja etc. eu gostaria que tivece uma piscina. Se não tivece a

¹² Depoimentos colhidos e registrados, conforme citado anteriormente.

APAMAC, nós estávamos sem diversão sem ver os garotos, estávamos sem os esportes em fim estávamos sem muitas coisas para fazer. Porque foi na APAMAC que eu me apaixonei pela primeira vez. Eu tenho grandes lembranças do que me aconteceu pela primeira vez, na APAMAC. (Ana Paula, 12 anos)

A Apamac é uma conjunto de pessoas que forma uma família unida. (...) Eu acho a Apamac (...) um lugar de lazer porque eu posso jogar um volei com as minhas amigas, confersar com elas, em resumo fazer de todo que estiver no direito. Eu acho também que a Apamac deve de desenvolver mais. Porque ela está ficando muito parada. Mas a coisa melhor que a apamac pode fazer e mais festá. Porque as festá aqui são uma maravilha. A apamac tinha que está crescendo cada vez mais. Máis tem um grande ponto de vistá. ela ajuda os pequenos agricultores rurais. Tanto na diversão quanto no trabalho. (Raquel, 16 anos)

Nas Comunidades, para as mulheres ainda prevalece – pelo menos publicamente – a tarefa da lida no lar. Fora desse espaço doméstico de importantes decisões sobre a educação dos filhos e economia doméstica, elas dividem com os homens as atividades religiosas como a catequese, a direção da CEB, a reza do terço; mas as benzeções são exclusividade feminina. Ao dizer sobre a concepção patronal do mundo rural goiano, Pessoa (1999b, p. 277) busca as origens deste legado cultural do papel da mulher: “um mundo dividido entre patrões e peões. Tudo o mais, incluindo-se aí as mulheres e filhas dos patrões, ficava em segundo plano”. Mas nas relações da Apamac com as mulheres das Comunidades, sobretudo com as esposas dos sócios, é possível vislumbrar ações que ilustram uma alteração desse plano histórico. Se na CEB e no mutirão – atividades em grupo que apoiaram a criação da Associação – as mulheres tinham o seu lugar garantido, logo, é compreensível que no *novo grupo* tivesse também um lugar para elas. Quando a Associação estava ainda na fase de proposta e mesmo depois, durante as primeiras assembléias, as mulheres já demonstravam o interesse de estar por perto mesmo que fosse

pra alegrar, pra dá mais incentivo pra eles [os maridos]. Sempre [eu] dava esse apoio e via assim que fazia muita falta das esposas junto. [Mas] eles tinha uma mania, até hoje, de não gostar de pessoa de fora participar da reunião. E as mulheres não eram sócias. Então quando ia mulher, nós não ficava no recinto da reunião. Sempre nós ficava por fora. Às vezes nós conversava também como ajudar eles, como fazer alguma coisa, mais assim, não participava lá dentro. (Entrevista com Maria da Abadia de Jesus Pereira, 1999)

De acordo com a entrevistada, quando a reunião acontecia na casa dela, antes da inauguração da sede da Associação, ela dava um jeitinho de participar:

lá em casa sempre eu ficava lá escutando e vendo, e depois da reunião eu falava com o [meu marido]. Orientava ele os pontos que eu achava que precisava. E ele às vezes falava: “Não, mas não tem isso no estatuto, não pode ser assim.” Mas eu falava: “Isso tá errado, e vocês têm que corrigir certas injustiças.” (Entrevista com Maria da Abadia de Jesus Pereira, 1999)

Uma outra maneira de as mulheres se aproximarem da organização era chegar ao local da reunião de surpresa e fazer uma festinha de aniversário: “eu falava: ‘depois que seu marido for, você vai também, pra nós depois que terminar a reunião, nós cantar parabéns’. Então nós começou entrar assim e dava essa surpresa pra eles” (Entrevista com Maria da Abadia de Jesus Pereira, 1999). Quando não havia aniversário, a saída era levar um lanche para alegrar o final da reunião.

A primeira reunião realizada pelas mulheres foi registrada no final da assembléia dos sócios da seguinte forma:

Após opiniões vindas de todas as esposas e namoradas dos associados, chegamos a conclusão que podemos ajudar a associação de várias formas. Cabe a nós mais a parte social, não desmerecendo opiniões que poderão surgir. Na primeira reunião, com firme propósito, apresentamos algumas propostas que se seguem: 1 – elegeremos quatro pessoas com os seguintes nomes: Presidente; Vice-Presidente; Secretária; Vice-Secretária. 2 – [Essas] pessoas além das reuniões que serão marcadas no dia dos associados, terão também que participar das reuniões da Diretoria. 3 – Nas reuniões de assembléia geral discutiremos assuntos referentes a promoções, sugestões englobando diferentes tipos de assuntos. 4 – Estamos conscientes de que não vamos interferir nas reuniões dos associados. Se nos procurar, estaremos prontas a ajudar. 5 – Trabalharemos sempre com a intensão de fazer crescer a associação e a comunidade. 6 – Apresentar aos associados a sugestão de todas as reuniões serem realizadas aos sábados ou domingos, facilitará para todas nós a participação em maior número. 7 – Com o passar do tempo o que for arrecadado será repassado ao tesoureiro dos associados. Para prosseguirmos com as promoções, necessitaremos de fundos monetários, assim terão que dispor a nós a quantia necessária. 8 – Como não temos fundos monetários propomos aos associados que destinem uma quantia para que possamos dar início as nossas atividades. 9 – A secretária fará também o trabalho de tesoureira. 10 – Concordamos que a presidente será a esposa do presidente da associação, portanto mudará sempre que houver uma eleição de presidentes. 11 – Nós não fundamos uma associação, somos um seguimento da associação “APAMAC”. (Apamac, 1989, p. 19)

Depois que a sede foi construída, o que retirou as assembléias do espaço doméstico, às esposas coube organizar as atividades chamadas de *sociais*, como almoços para visitantes, festinhas de natal e fim de ano, pamonhadas, porque “eles [os sócios] via que a mulher tinha mais cabeça pra organizar os encontros, as festas, as reuniões. Aí nós começou a pedir material de cozinha, porque no começo era muito difícil, levava tudo de casa. Aquela trabalhadeira, levando vazia, levando tudo” (Entrevista com Maria da Abadia de Jesus Pereira, 1999). Conseguir dinheiro para equipar a cozinha seria responsabilidade do departamento de ação social, criado especialmente para as mulheres fazerem promoções ou apresentarem à assembléia qualquer tipo de reivindicação, também a pauta de gastos com o dinheiro ganho. A situação a seguir é um exemplo de como a lida com o dinheiro redefiniu a participação das esposas na Associação:

[Uma] vez nós tava assim entusiasmada. Nós começamos, assim pra ajudar. Eles falou assim: “Tem que ter um dinheiro para essas coisas da Sede. Comprar vasilha, as coisa que precisava”. Aí nós fazendo a nossa reuniãozinha separada surgiu a idéia da fazer pano de prato pra vender pra tirar o dinheiro. Aí quando nós fomos pedir o dinheiro pra eles comprar esses sacos, somente comprar, que o feitiço era nós tudo que ia fazer. Era uma maneira de todas ajudar igual, porque surgiu também que umas tava ajudando mais que as outras e sempre o ciúme falava: “Não, mais eu trabalho tanto e fulana num faz nada e usufrui do mesmo jeito?” Bom, então pra ficar igual pra todo mundo vai fazer pano de prato. Mais aí quando nós foi pedir, eles não queria dar esse dinheiro pra nós. Então tinha que ser um homem. Escolher um dos sócios pra ficar com o dinheiro com nós. Aí nós revoltamos, gente! Será que nós, as esposa não merece um voto de confiança de pegar, nessa época era doze. Ainda num era reais. Deve que era? Sei lá! Sei que era doze. Não me lembro se era reais. Pois eles num confiou de deixar nós pegar esse dinheiro pra comprar esses pano de saco! Aí nós falou, sabe. Nós brigou. E aí eu lembro que (...) [uma esposa] ficou muito brava (...) [com o marido] e falou assim, e aí ela deu uma opinião: Já que toda coisa que tinha nós levava de nossa casa, era farinha, era gueroba. Tudo tinha que levar de casa e de graça. Então já que nós tava dano, que cada uma comprasse um saco e fizesse uns panos e começasse. Eles achou uma beleza. Aí (...) falei: “Bom! Já que cada esposa vai comprar um saco e fazer o pano de prato eu quero saber de vocês da onde que vai sair, quem vai dá esse dinheiro pra esposa, porque nenhuma de nós tem emprego. Nós tudo é o marido... é da nossa despesa lá que tira as coisas”. Aí eles caiu na real. Porque na realidade ia sair do bolso deles. Aí [o sócio] Gilvani, que era assim um apoio pra mulheres, falou assim: “Gente! Tá certo, vai sair do nosso bolso, então não é justo. Nós vamos reuni e tirar do ganhamos aqui e nós dá esse dinheiro pra elas. Elas merece o nosso voto de confiança”. E aí liberou o dinheiro e nós começamos o nosso movimento de pano de prato e foi longe. Deu foi muito dinheiro, compramos muita coisa pra lá. (Entrevista com Maria da Abadia de Jesus Pereira, 1999)

Por intermédio do departamento de ação social, as esposas continuaram a reunir-se separadamente e no final da assembléia apresentavam, por de um sócio, o *chefe* do departamento, suas reivindicações por escrito, “pra ser debatido na reunião pra vê se aceitava. (...) Mas nunca aceitou assim como sócia, sabe? Então a nossa participação não era como sócia”. Não satisfeitas com a sua participação as esposas reivindicaram a inclusão delas, como sócias: “aí nós organizou e escreveu o que queria e mandou pra reunião. Aí eles falou que era pra ir três na reunião de diretoria. Tinha que ir na diretoria, porque se fosse aceito na diretoria, eles jogava na assembléia. Aí a gente pediu pra abrir e deixar a mulher ser sócia também”(Entrevista com Maria da Abadia de Jesus Pereira, 1999).

Da diretoria tiveram a resposta de que só poderiam ser sócias se fossem desquitadas ou viúvas de algum sócio; ou ainda se preenchessem todos os requisitos e assumissem todas as obrigações previstas para os sócios no estatuto. Mas “novamente nós revoltou, achou injusto demais isso. Sei lá, até hoje eu acho”. No entanto

nós quietou, porque aí na assembléia eles falou assim que cada sócio/esposo, era pra conversar com sua esposa pra explicar e falar, porque se a mulher fosse sócia, teria que pagar do mesmo jeitinho que o marido pagasse, e às vezes pesava pra família. Então foi aonde a mulher concordou e deixou. Passou por isso, mais até hoje eu acho que não tá certo não. (Entrevista com Maria da Abadia de Jesus Pereira, 1999)

Um sócio entende que o interesse das esposas em mudar o tipo de participação delas na Associação não acarretaria apenas mais obrigações financeiras:

se entrar também é obrigada a ir em toda reunião, igual os sócio. E pras mulher é mais difícil, que às vezes tá de menino novo, outro dia o menino tá doente. Tudo isso implica. Mais num tem nada que fala que a mulher num pode ser sócia não. (...) Ela num pode é ir lá dar palpite na reunião, que a reunião é só dos sócios. (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999)

Outro sócio afirma que o futuro da Apamac passa pela participação das esposas e dos filhos maiores de 16 anos na assembléia com todos os direitos, deveres e oportunidades que os sócios têm. Segundo ele, não estar incluído no espaço de decisão desanima, não oferece oportunidades e não garante a continuidade do movimento:

Uma coisa que seria ideal é que todas as esposas dos associados tivesse direito de votar. Pra mim era uma boa. Aí não tinha esse negócio de desanimar as mulheres, que eu acho que isso é ruim. Os filhos acima de 16 anos podia participar das decisões, podia participar da eleição. Isso eu vejo como uma coisa que seria bom, porque em casa os filhos reclama, mas reclama e a gente não pode fazer nada.(...) Eles não têm oportunidade que os sócios têm. Então eu acho que isso tinha que mudar. É a mesma coisa, a gente, a CEBs. Nós vamos falar assim: nós dá a catequese. Daqui, daqui um ano o catequizando seja um catequista. Que no futuro, se o catequista morrer num fica sem catequista, agora o associado tinha que preparar o filho dele pra hora que eu viajar ela tá no meu lugar. E assim todos. E num é assim. Lá os filhos é de fora de tudo. (...) Participa (...) de festa, da reza, de brincadeira que tem lá, de vôlei, mas assim das outras coisas não. (Entrevista com Avelino Lourenço Bastos, 1999)

A intenção das mulheres de participarem diretamente das decisões da Associação e o envolvimento delas no departamento social foram, segundo a entrevistada, causa de muito polêmica entre os associados, pois

teve uma época que eles ficara assim, meio revoltado, falando que nós, que nós tava com idéia feminista, (...) que num podia ser daquele jeito. Que tava parecendo que nós tava querendo colocar uma política diferente.(...) Só vendo que coiserada que saía. Mais nós (...) não abandonou não. Nós era firme, nós enfrentou muita batalha assim mesmo, até de trocar palavra um com o outro. (Entrevista com Maria da Abadia de Jesus Pereira, 1999)

A tensão entre sócios e esposas, bastante presente no início do movimento, ainda aparece, mas de forma menos explícita. As condições de atuação que a Associação, por meio do estatuto, criou para as esposas, possibilitaram-lhes elaborar novas formas de luta para defenderem-se da exclusão ao direito de votar, de decidir. A relação entre sócios e esposas possui uma dimensão pedagógica, baseada na produção do saber para a resistência (Noronha, 1986).

Este momento de aproximação que, no entender da entrevistada acima, foi de enfrentamento de “muita batalha (...), até de trocar palavra um com o outro”, também possibilitou compreender a própria condição do jogo doméstico, familiar. Apoiar e até alegrar as primeiras reuniões tinham o significado de acreditar na Associação como uma possível saída para os problemas que enfrentavam na propriedade. Era para elas uma possibilidade de luta contra a exploração a que estavam submetidas. Dessa forma, a participação feminina é tão política quanto a masculina. E se, é política, é educativa. Na análise de Noronha (1986, p.133), essa percepção da realidade que a mulher tem “ocorre

pelo fato de ela desempenhar diferentes papéis e funções ao longo do dia, não se restringindo a nenhuma delas. Ela é mãe, esposa, irmã, dona-de-casa, produtora, líder, conselheira, planejadora, etc”.

Aparentemente, o argumento econômico fez as esposas recuarem na intenção de participar do movimento como sócias. Recuo, no caso, significa que ainda elaboram novas formas de manifestar a insatisfação com esta decisão. Como o almoço de todo penúltimo sábado do mês é de responsabilidade de um grupo de sócios, cabe às suas esposas fazê-lo. São constantes os comentários de insatisfação delas por terem *esta obrigação*. Os livros de atas das assembléias também registram reclamações sobre o cardápio dos almoços, ou sobre uma vez ou outra em que não apareceu ninguém para fazê-lo. Preferir fazer uma comida mais simples para dar pouco trabalho é uma forma de denunciar a exclusão delas do quadro de sócios.

Este trabalho de pesquisa também foi um veículo encontrado por elas para fazerem essa denúncia. A pesquisadora reuniu-se com os filhos dos associados para saber o que a Apamac significava para eles. Como era dia de almoço, havia um grande número de pessoas na Sede. Participaram da atividade 23 pessoas entre crianças, adolescentes e jovens sendo que alguns não são filhos de sócios, mas que sempre estão por ali. Ao passo que a maioria registrou expectativas sobre o lazer, curiosamente duas jovens filhas dos *almoceiros* do dia fizeram diferente. No momento em que registravam suas opiniões, elas se afastaram para uns bancos próximos e ouviram orientações das próprias mães e de outras esposas presentes, sobre o que deveriam escrever. Esse fato não significa que as duas filhas não tenham opinião própria, mas que elas estão mais solidárias ao desejo e à necessidade das mães, por estarem mais envolvidas com a vida doméstica. Também não significa dizer que os outros filhos e filhas não tenham consciência disso. É apenas uma questão de interesses, visto que os outros estavam mais voltados para o que é perfeitamente permitido às crianças e aos adolescentes: festas, esporte, namoros. A hipótese é que se as duas moças não estivessem presentes, provavelmente as esposas teriam convencido um outro participante da atividade a fazer o mesmo. Os relatos são elucidativos:

Achamos que aqui [é] um lugar bom, cheio de pessoas amigas e companheiras. Achamos que as mulheres precisam participar mais e precisa haver mais interesse e organização e participação de todos. Nós freqüentamos pouco, mas percebemos que há muita falta de participação em todos os sentidos. (Juracilda, 18 anos)

Eu acho que a apamac é uma associação para ajudar os produtores rurais, é um método que reúne muitas pessoas para melhorar a vida do pequeno produtor rural. A apamac contém tratores, carretas, em fim um material completo para a agricultura, que ajuda os pequenos produtores que não tem suas máquinas próprias, a plantar sua roça para garantir o sustento da família, e tem também o caminhão que foi comprado pela associação para o transportar o leite. Mas com tudo isso eu acho que a mulher quase não tem chance de se expor nas coisas em relação a apamac. Eu gosto muito da apamac, tem eventos super importantes que faz ela crescer bastante. Eu acho que se não tivesse a apamac muitos agricultores não teriam chances de ter as coisas que tem como: roça plantada, leite transportado porque tem muitos agricultores que não tem condições de plantar e de transportar seu leite por conta própria. Por isso eu acho que a associação tem que dar mais privilégios para as mulheres, mas fora disso, eu acho que a apamac é muito importante para todos os agricultores. (Camila, 18 anos)

Não resta dúvida de que o processo pedagógico – o estatuto e o dinheiro – usado pelos sócios para impedir a atuação das esposas nas assembléias foi eficiente até certo ponto, pois manteve a restrição ao direito de voto. Entretanto, não foi o bastante para tirar delas a noção do direito que têm de lutar pela conquista de um espaço fora da vida doméstica e religiosa. E para isso, elas têm criado novas formas de atuação que são, antes de tudo, oportunidades educativas.

Há ainda uma outra relação da Associação com os não-sócios, que é estabelecida pelo uso das máquinas. Se, de um lado, o espaço de convivência fundamentado no lazer e na religiosidade construído pelo Apamac é *de todos*, o uso do maquinário oferece privilégios aos associados.

A Associação cobra taxa diferenciada para sócios e não-sócios referente ao uso de tratores, implementos e caminhão para o carroto do leite. As rotas são estabelecidas pela assembléia e o serviço de trator só pode ser feito para não sócios se não houver associado na lista de espera. Na compreensão de Ribeiro (1994) há razões para esse uso diferenciado que precisam ser analisadas com base na condição de explorados vivem os pequenos produtores. Se uma parte das Comunidades, que se associou, conseguiu benefícios para a melhoria de sua qualidade de vida, como ficam os de fora do movimento, os não-sócios, que também são explorados? Há que se considerar ainda a questão da própria manutenção do grupo. Se todos têm acesso igual ao uso do maquinário, pode haver um esvaziamento do movimento, pois usá-lo como não-sócio significa ter o benefício sem a necessidade de gastar tempo com as obrigações da Associação. Sem dúvida, são aspectos aparentemente simples, mas que questionam a prática associativista diante dos interesses coletivos dos pequenos produtores. Nessa relação, os sócios diferenciam dos não-sócios, das

Comunidades. Isto é, os aspectos específicos sobre o uso da terra demonstram essa diferença de forma velada. Há casos, por exemplo, da assembléia ficar diante de situações inéditas sobre a propriedade da terra, como decidir o valor da hora de trator para um sócio que ainda mora em terra de pai ou sogro, para sócios que plantam roça a meia com um não-sócio, ou ainda, diante do pedido de algum vizinho em dificuldade financeira que pede desconto no uso das máquinas. São problemas experienciados por sujeitos históricos “que vão vivendo e dando solução, porque o próprio convívio já é uma forma de resolução” (Ribeiro, 1994, p. 39).

Nas práticas da Apamac, a convivência entre sócios, esposas, filhos e os de fora do movimento em si produziu conclusões que abrangem diferentes aspectos do movimento:

Hoje eu vejo assim tudo bom demais. Você vê o fruto de todo um trabalho, uma realização. Mas hoje eu sinto o povo assim, meio desanimado. Num é aquele entusiasmo do começo. (...) Sei lá, se é o sistema econômico que faz a gente abaixar mesmo. Eu acho que tá assim, eu tô vendo que tá assim: o povo não tem aquele entusiasmo do começo. (Entrevista com Maria da Abadia de Jesus Pereira, 1999)

Naquele tempo [antes da Associação] chegava lá e olhava, era só aquele matagal, num tinha pasto.(...) Pra todo banda ali era matão. Agora (...) é tudo pasto, tudo cheio de gado. Você vê que a melhora mesmo foi muito grande. Nas casa também desenvolveu. Arrumou energia. Num tinha energia naquele tempo ainda. Agora tem energia.(...) O povo desenvolveu muito. (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999)

Tem gente que gava demais as associação. Que as associação trouxe muito beneficio. Não é tanto assim não, porque tem (...) muitas pessoas que não é associado, melhoraram também. E tem muitas pessoa que tá endividado, mesmo sendo associado.(...) Então eu acho que assim, tem muitas vantagens, mais num é igual muita gente conta, fala. Mais em termo de unir o povo foi uma coisa boa. E outra coisa também. Tem as máquinas. Você faz o serviço na hora que você pode, ou na hora boa. Faz na hora certa pra todo mundo. Não é igual de primeiro que você queria fazer um serviço tinha que esperar os grande fazer pra depois fazer o da gente. (Entrevista com Avelino Lourenço Bastos, 1999)

Um dos entrevistados vislumbrou uma mudança não para a Apamac, mas para o associativismo rural em relação ao FCO. Segundo ele, os primeiros financiamentos, como é o caso da Apamac, foram fáceis de pagar e que agora “eles [o governo] mudou só o jeito de fazer as conta”, o que dificultou o pagamento para a maioria das associações: “tem

um problema sério que a Apamac num tá sofrendo ele e que as outra tudo, quase tudo tá sofrendo. É esse negócio de fazer as conta.(...) Tem muita aí que num dá conta, num tem condição de pagar. Se for pagar, eles vende as coisa deles tudo e fica sem nada” (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999).

Na lida com a Associação, os envolvidos no movimento vão misturando os conhecimentos pré-existentes com os novos que surgem no decorrer da prática associativista. Essa experiência possibilita a criação de novas formas de agir, de reagir, de entender, de compreender, isto é, um novo conhecimento. Um conhecimento construído na prática cotidiana da Associação. Se produz conhecimento, é uma prática educativa e os sujeitos que dela participam estão vivendo uma ação educativa.

3.3.2 Outras ações enfrentadas

Várias coisas que já foi tentado lá, o pessoal não aceita, não.
(Entrevista com Avelino Lourenço Bastos, 1999)

Uma segunda dimensão da prática da Apamac é a que envolve a Associação com outras entidades, com órgãos públicos, com empresas. Nesse embate, há duas forças bem distintas. Uma é o pequeno produtor com valores culturais gerados e reproduzidos na comunidade rural e na condição de explorados, e a outra é o poder que se estrutura e se reproduz nas relações de exploração e de dominação. Para Ribeiro (1994), as armas usadas por essas duas forças são: a união para os explorados; e o governo, o dinheiro, os políticos, os instrumentos de produção e a mídia para os exploradores.

Para a Associação, o embate no âmbito do poder toma corpo, sobretudo nas negociações com a produção do leite, a principal fonte de renda dos associados. As discussões mais acaloradas foram e são aquelas que giram em torno da questão do leite: preço, frete, ração, matrizes, inseminação, laticínios, cooperativa, vacinas, pastagens, financiamento, silagem, máquinas. Pode não parecer à primeira vista, mas a produção do leite depende de uma infra-estrutura cara, que vai de uma construção de ponte à compra de sêmem ou de adubo para uma roça e leva a Associação para negociar com laticínios, com lojas de produtos agropecuários, com oficinas, bancos, poder público. Diante dessas

necessidades, os associados têm enfrentado um problema que nasceu com a Associação e que é polêmico entre eles, o da administração interna.

As eleições de diretoria são uma dificuldade para a Associação, pois ninguém quer participar dos cargos. São os mesmos sócios que se alternam a cada eleição. O estatuto diz que a candidatura é livre, em função disso, tem associado que nunca participou de diretoria alguma. O cargo mais recusado é o de tesoureiro, pois é o que mais toma tempo, o que mais dá trabalho e, além do mais, significa lidar com o dinheiro do grupo, o que imprime uma *certa responsabilidade*. Quase sempre acontece de o tesoureiro ficar o dia inteiro fora de casa, por conta dos afazeres da Associação, por isso, acaba deixando o serviço *de casa* atrasar ou sem fazer. Como os cargos não são remunerados, uma saída tentada, mas sem continuidade, para compensar quem estivesse na tesouraria foi o benefício de algumas horas de trator por ano. Mas o tesoureiro que assumisse o cargo pela primeira vez não tinha direito ao benefício, somente aqueles que estivessem no cargo mais de uma vez poderiam usufruí-lo. Esse problema tem uma explicação no interior do próprio grupo:

as últimas diretoria não tá tendo aquela empolgação que os primeiro tinha. Que no começo a pessoa que entrava na diretoria brigava pra não sair(...).Então reverteu (...), porque hoje a maioria das associações em vez de tá pegando o recurso tá é tendo que pagar aquilo que pegou. E tá endividada. E tá difícil demais o dinheiro, então ninguém tá querendo tomar a frente. E é uma verdade. (Entrevista com Avelino Lourenço Bastos, 1999)

Em pesquisa sobre as associações na cidade de Silvânia-GO, Sperry (1997b, p. 50) verificou que um dos problemas comuns a todas as associações do município parece ser o de interpretar o próprio estatuto. De acordo com a autora,

os associados têm dificuldade para compreender a linguagem jurídica, confundem direitos e deveres, e não compreendem como cumprir determinados encargos para os quais foram eleitos, o que compromete a eficiência no cumprimento de algumas das atividades de apoio prestado pelas associações ao grupo.

Fora a ênfase que os estudos de Sperry (1997a; 1997b) atribuem à eficiência administrativa das associações, não há como negar que o estatuto seja um aspecto polêmico na Apamac. Se, de um lado, a Associação construiu um espaço semelhante ao das Comunidades, de outro, há o espaço do estatuto que é restrito aos sócios.

Entre os sócios, é comum pensar que a Associação vai bem, porque se exige o cumprimento do estatuto para todos os associados. A expressão “vamos aplicar o estatuto para servir de exemplo” aparece várias vezes nos livros de atas quando algum sócio comete alguma irregularidade. Pensa-se também que o município tem associações que não funcionam bem porque não são rigorosas para cumprir o estatuto, deixando o sócio agir do jeito que quer. Em depoimento, um associado disse que o rigor na aplicação do estatuto tem evitado um problema que era freqüente no começo das atividades da Apamac: “no passado aconteceu muito (...) a gente percebia que tinha pessoa que tirava vantagem. Percebia não, tinha pessoa, com certeza, tirava proveito (...) mais hoje num tá mais fácil não. Tá bem mais vigiado” (Entrevista com Avelino Lourenço Bastos, 1999).

No entanto, esse resultado, percebido na aplicação do estatuto, tem provocado resistência quanto às tentativas de mudanças em alguns aspectos do documento. Foram sugeridas mudanças, como a participação das mulheres (esposas) nas assembléias com os mesmos direitos dos sócios (maridos). A sugestão foi negada com o argumento de que elas só poderiam participar se fossem aceitas como sócias independentes do marido, com todas as obrigações financeiras como *jóia*¹³, anuidade, cotas em financiamentos.

Uma outra proposta de alteração foi a retirada do art. 31 que trata da obrigatoriedade da anuidade: “já teve várias propostas de mudar a anuidade, (...) que a associação num precisa da anuidade (...) e já dá conta de andar com as própria pernas. Talvez tá melhor que muitos associados. Se falar, o pessoal vira uma guerra, num aceita”. Modificar o estatuto não parece ser um assunto com o qual se pode perder tempo ou dinheiro, pois “é muito difícil, porque gasta. Pra mudar é coisa feita no cartório. E vai ficando do jeito que tá sendo. Quando você fala em mudar uma coisa lá, vira uma guerra” (Entrevista com Avelino Lourenço Bastos, 1999).

Uma outra observação acerca do estatuto cabe aqui, não só referente à Apamac, mas ao associativismo no município em geral. À época em que a maioria das associações foi fundada, o que normalmente acontecia era uma ir pegando o estatuto da outra para modelo. Era só fazer algumas modificações e ficava pronto. A cópia que solucionava um problema imediato pode ser entendida como solução não construída com base nos interesses das Comunidades.

Dessa forma, contraditoriamente, a Apamac que foi gerida no espaço das Comunidades é formalizada em estrutura legal, da qual nem todas as pessoas envolvidas

¹³ Contribuição que o pretendente a sócio deve pagar para entrar na Associação.

podem participar. “E assim as coisas vão andando, para realizar essas negociações miúdas, que terminam por afetar a sorte de todos os associados” e de todo o grupo de vizinhança, assinala Ribeiro (1994, p. 46).

Os moradores de Mata Velha, Água Grande e Coqueiros, no momento inicial da Associação, quando estavam na *conversa*, tinham consciência da condição de *classe pequena* e compreensão de que a saída do isolamento seria uma alternativa ou, provavelmente, a única possível para a conquista daquilo que eles tinham como necessidades mais imediatas como um melhor preço do leite e o preparo da terra para o plantio, conforme o depoimento de um dos fundadores da Apamac: “Os produtores como pequenos produtores tinham dificuldades em negociar sua matéria prima que era o leite; de preparar o terreno, plantar a lavoura. Surgiu então a idéia de fazer uma sociedade. Até aquela época a gente não sabia o que era uma associação” (Entrevista com José Carvalho da Fonseca, 1999).

Para solucionar esses problemas, algumas pessoas das Comunidades foram importantes como lideranças e como mediadoras de uma nova prática que surgiu com a Associação já constituída. O contato com órgãos públicos, políticos, bancos, empresas, entidades sociais, assessorias, possibilita aos associados agregar novos saberes àqueles que já tinham anteriormente. Para Gohn (1994, p. 30) este novo conhecimento

não é mensurável, mas é observável nas lideranças: aprendem a falar corretamente em público, aprendem a redigir qualquer tipo de carta, desenvolvem o senso crítico sobre quem os ajuda e quem os engana, quem devem ser os aliados e quais os inimigos, os procedimentos burocráticos etc.

Na Apamac, esse processo tem algumas situações bem ilustrativas. Um sócio ao listar as prioridades da Associação, após a fundação, deixa claro que o leque de abrangência das negociações foi bastante amplo, o que colocou as Comunidades diante de situações inéditas até então.

O que era prioridade na época? O que era prioridade ali? As prioridades, se não tô enganado era conseguir máquinas, negociar o leite em conjunto, compra de adubo em conjunto, correr atrás da papelada da Associação, procurar o local da sede, porque nós reunia nas casas uns dos outros. (Entrevista com José Carvalho da Fonseca, 1999)

Correr atrás dessas prioridades começou com o registro da Associação:

Bom, aí eles já tinha registrado o [estatuto] da Apac. Aí num foi difícil não. (...) Agora, mais custoso foi o Cadastro Geral do Contribuinte (CGC), que a Apac num tinha dado conta de fazer o CGC. Aí nós foi fazer. [O contador] tinha ido lá em Ipameri, (...) muitas vezes e (...) chegava lá eles num aceitava. (...) Aí eles ensinou ele fazer, aí fez o nosso. Eu levei lá [em Ipameri] (...) fui chegando lá o cara pôs o número lá, pregou o número lá. Pronto! Foi fácil. (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999)

Para conseguir arar as terras foram buscar um trator da prefeitura. Em nome da Associação já criada elaboraram

uma carta, uma carta pedindo uma audiência com o prefeito municipal, pra tentar conseguir (...) esse trator. Fizemos levantamento. Primeira coisa fizemos o levantamento: quanto de roça tinha pra ser arado, quanto de gado, quanto de leite produzia. (...) Aí nós tentamos conseguir junto com o prefeito e ele cedeu pra nós o trator um mês, o mês de setembro. (...) Quase que era o óleo e o tratorista que a gente pagava. Ficou muito barato aquelas terras. Naquela época já começou a surtir os primeiros efeitos. A turma foi se animando cada vez mais, porque arou as terras cedo, em tempo de plantar e por um preço muito bom. Então a prefeitura ajudou demais naquela época com esse trator. Quer dizer, era obrigação da prefeitura, só que se eu fosse lá falar em meu nome, talvez nem saía. Mas como falei em nome de um grupo, um grupo reflete mais alto. Até em voz. (Entrevista com José Carvalho da Fonseca, 1999)

Para vender o leite por um preço melhor, negociaram com os três laticínios que havia no município:

A gente sabia, na época, que quem tirava muito leite tinha um preço melhor. (...) Fizemos uma carta para cada laticínio, dizendo que nós tínhamos disponível 1.500 litros de leite para entregar em conjunto e que o laticínio que fizesse melhor condição ia pegar esse leite. (...) Fizemos o contrato com [o laticínio que] pagava o preço de tabela mais 5% e pagava o frete. (...) Era um ganho bom pelo que nós tava entregando cada um dividido. (Entrevista com José Carvalho da Fonseca, 1999)

Segundo um outro associado, “nessa vendação de leite em conjunto” a Associação perdeu seu primeiro sócio, por não querer deixar um outro laticínio, mas foi com essa negociação que puderam construir a sede própria. Já que estavam recebendo melhor pelo leite, puderam doar 2% desta renda que, somada à anuidade e à jóia de admissão foram os recursos financeiros disponíveis naquela época (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999).

O recurso de fora chegou em 1990 quando descobriram por meio de um amigo que fora a Goiânia “e veio com essa história que tinha um financiamento que às vezes saía pra nós. Aí, eu mais [um funcionário da Emater] foi lá em Goiânia dia 24 de junho de 90 (...) vê esse negócio” (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999). A ida a Goiânia foi, na verdade, o início de uma longa história de idas e vindas contadas pelo mesmo entrevistado:

Chegou lá, dentro do elevador, nós (...) encontrou [um amigo de Orizona que trabalhava lá]. Aí nós perguntou ele onde era o trem. Ela levou nós lá na sala, (...) e falou: “Você atende (...) esses rapaz aí. Eles quer conversar com você de FCO”. Nós ficou lá e ele saiu. Quando ele pegou o corredor eu chamei ele pra trás e perguntei: “Onde é a sua sala? Depois nós vai passar lá”. Nós conversou com a mulher. Ela pôs muita dificuldade, num sabia o que era associação (...) e falou que nós (...) num conseguia isso não.

Resolveram então procurar o amigo e pediram-lhe que fosse visitar a Associação e participar de uma reunião. Feito isso, nosso amigo “achou muito interessante a Associação, resolveu ajudar nós.(...) Aí [dois sócios mais um funcionário da Emater] foi lá pra Goiânia e ficou lá (...). Eles ficou três dia lá fazendo o projeto. Aí a Apac aproveitou e fez o dela também” (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999).

Com os projetos prontos, a liberação do dinheiro ainda dependia de mais burocracia:

tinha que passar no Conselho de Desenvolvimento do Estado (CDE) que é um conselho que o Estado tem nesse negócio de FCO. Aí eles põe lá a Secretaria da Agricultura, os representante do governo e põe outras pessoas que num é também. Nós tinha só um representante lá que era um rapaz da Fetaeg.(...) Enquanto num aprova nesse CDE num podia ir pro banco não. Até hoje tem isso a ainda.(...) Aí chegou lá num aprovava, porque só tinha um representante e eles interessava era pros grandes. (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999)

Mais uma vez vencidos pela condição de pequenos,

nós juntava a turma aqui e lá pro corredor da sala deles. Eles fazia reunião e nós lá no corredor. Aí a hora que eles ia sair, nós tava imprensando eles. Um dia saiu um financiamento prum deputado (...) e era meio grande. Um cara lá foi e pediu pra fazer vista. Vista é o cara num aceitar, (...) aí tem que votar de novo. Esse cara que era representante nosso falou que pedia vista (...) desse deputado. Aí o presidente do CDE foi e falou pra ele que se ele deixasse o deputado

passar ele deixava o nosso passar também. (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999)

A negociação entre a liberação do financiamento para o deputado e para a Apac e Apamac revela como forças opostas se articulam na elaboração de estratégias e na formulação de demandas e táticas de enfrentamento de interesses também opostos. O resultado foi a liberação de “120 pro deputado e 22 pra nós. Pra as duas associação. Muita gente achou que nós tava levando prejuízo muito grande, ai eu falei: ‘Não. Nós temos que ir tirando é mesmo as fatias mesmo. Nós querer tomar tudo nós num dá conta não. Nós temos que ir tomando é os pouquinho” (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999).

Como uma associação de pequenos produtores não se enquadrava nas normas de financiamento rural, foram ainda necessárias várias negociações com o Banco do Brasil e o Banco Central, o que resultou em audiência com o Presidente da República. Havia nesse momento mais associações rurais pleiteando recurso do FCO e em uma das idas a Brasília, foi proposta uma visita a Apamac:

eles foram lá dentro apanhar um documento, foi pegar um documento lá na outra sala. Eu falei: “Vou chamar esses homem pra ir lá na Associação vê que jeito que é lá”. Aí ele veio, eu falei pra ele: “Você podia ir lá na Associação pro cê conhecer, vê que jeito é o trem. Você num sabe o jeito que é um termo de gente, mais você conversa com, conversa com outro. Eu te mostro qual é o sócio, você conversa com eles tudo e você sabe que jeito que é, você tem uma idéia. (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999)

Essa aproximação das associações com o poder, representado pela burocracia bancária, foi feita nos limites do bom relacionamento, mas permeado por *atitudes de rebeldia* para o grupo. A visita dos representantes dos Bancos Central e do Brasil à Apamac, e todo o processo para a liberação do FCO são exemplos de como uma organização popular, às vezes, se subordina ao poder do Estado para receber, como favor, aquilo que lhe é de direito, conforme assinala Gohn (1994).

O mesmo entrevistado relata a visita:

Aí eles veio. E chegou aí eles achou muito bom, achou interessante. Aí eu comprei um garrotinho [de um outro sócio]. Nós assou ele lá na sede. Já tinha a sede (...). Comprou umas pingas, umas cerveja. E eles achou bom demais. Eles achou bom demais o negócio. Aí chegou soltou pra os outros também. (Entrevista com Amador Pereira Caixeta, 1999)

Mesmo não se referindo especificamente às associações de pequenos produtores rurais, Gohn (1994) conclui que o aprendizado nesse envolvimento com o poder é lento, o que se constitui como um entrave estrutural no interior das organizações. A subordinação, os princípios da hierarquia, o respeito e o mito da superioridade da autoridade política são valores que as lideranças de um movimento trazem como herança do passado. Bem presentes na Apamac, esses valores dão um caráter ordeiro à ação dos associados. Receber autoridades diversas e as tratar com atenção especial é ainda uma prática muito comum na Associação, o que, para muitos, à primeira vista, se configura numa prática tradicional, mas Gohn (1994) entende que é apenas um processo educativo vivenciado pelos envolvidos no movimento.

Esse tipo de aprendizagem, percebido com as relações estabelecidas com os de fora do grupo, não acontece somente no interior de movimentos e organizações estruturados como tal. Ao analisar as relações de trabalho das cortadoras de cana com a indústria canavieira, Noronha (1986, p.135) percebe nesses dois lados oponentes, um processo pedagógico. Enquanto o capital, através da indústria, formula estratégias de disciplinamento das trabalhadoras, elas encontram formas de resistência e transgressão. Para a autora, a “experiência espontânea de vida, mediada pelo trabalho assalariado, constitui um momento de grande significação pedagógica, uma vez que é nessa experiência espontânea que se dá a compreensão da condição social e se gestam, ao mesmo tempo, os elementos de superação dessa condição”.

O exemplo das trabalhadoras da lavoura canavieira mostra que a luta social seja ela vinda de grupos organizados ou não, é educativa e ao mesmo tempo solidária, pois as trabalhadoras divulgam o conhecimento que têm sobre como resistir e transgredir como consta o relato da autora:

um rapaz queria vender a bicicleta para comprar um revólver e matar o patrão, que ameaçava despedi-lo e despejá-lo da casinha onde morava com sua família; foi então, orientado por uma trabalhadora para não fazer o pior: não mentir, falar sempre a mesma coisa, não assinar nada em branco ou sem a aprovação do advogado que está cuidando da causa, não desistir nunca, ter paciência, arranjar testemunhas para tudo, guardar papéis que possam comprovar alguma coisa, buscar entender o que dizem as leis (...). (Noronha, 1986, p. 202)

Assim, uma luta social não pode ser analisada somente com base nas relações que os envolvidos travam com elementos fora do grupo ou da classe a qual pertencem. O

desenrolar da luta dos associados da Apamac implica, pois, saber lidar com a organização internamente. Fazer um pasto para os associados soltarem os cavalos quando estão na Sede; vender alguns bens para quitar dívidas mais urgentes, manifestar-se contra a poluição de um ribeirão que banha as Comunidades, como pagar as contas do bar, fazer uma ponte em parceria com a Prefeitura Municipal, decidir pelo afastamento de um sócio inadimplente, enfim, são tantas decisões que envolvem discussões, debates e acordos cujos resultados não dependem apenas da vontade dos associados, já que há forças diversas em jogo, lutando pelo rural.

Os interesses do grupo associado, expostos na luta coletiva da Associação, são os mesmos dos não-sócios da vizinhança, já que todos vivem a experiência da pequena produção agrária. Como o lazer e a religiosidade também são necessidades humanas, pois trabalham valores como amizade, fé, coleguismo, as Comunidades não são ao todo excluídas da prática associativista, garantindo a própria reprodução do movimento. A convivência nesse espaço, sem dúvida, também contribui para a consciência de cidadania, um vez que coloca as pessoas diante do aprendizado de conviver e construir um espaço que, em parte, se organiza não na dimensão do eu e sim na dimensão do nós. Assim, se analisada somente pelo aspecto de como a Associação gerencia seus bens materiais pode-se dizer que ela ainda carrega princípios conservadores. Vista pelo lado da conquista de um espaço coletivo para as Comunidades, pode-se dizer que a Associação obteve avanços consideráveis na reelaboração e na reprodução de práticas culturais pré-existentes.



Fonte: Arquivo da Agênciatural – Orizona-GO, [sem data].

Figura nº 36 – Sede própria da Apamac



Fonte: Arquivo pessoal de Terezinha Teodora de Jesus – Orizona-GO, [final da década de 1930].

Figura nº 37 – Provavelmente o primeiro time de futebol das comunidades Mata Velha, Água Grande e Coqueiros



Fonte: Arquivo pessoal de Janete Tavares Teixeira – Goiânia-GO, [2002].

Figura nº 38 – Folia de Reis no giro pela vizinhança da Apamac



Fonte: Arquivo da Agência rural – Orizona-GO, [1996]

Figura nº 39 – Time de futebol da Apamac



Fonte: Arquivo pessoal de Renato Mamede Tavares – Orizona-GO, [2001].

Figura nº 40 – Fazendo silagem com máquinas da Apamac



Fonte: Arquivo pessoal de Renato Mamede Tavares – Orizona-GO, [2001].

Figura nº 41 – Sócios e amigos jogando truco



Fonte: Arquivo pessoal de Renato Mamede Tavares – Orizona-GO, [2001].

Figura nº 42 – Esposas de sócios preparando almoço



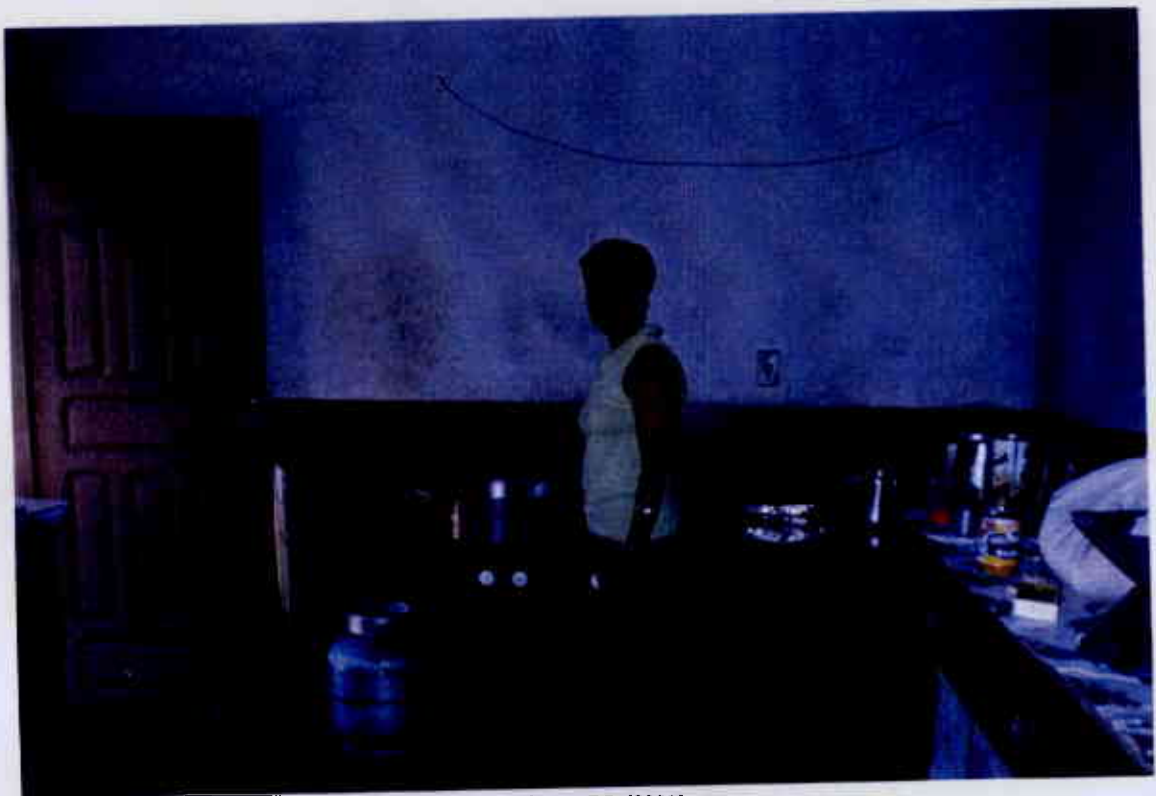
Fonte: Arquivo pessoal de Renato Mamede Tavares – Orizona-GO, [2001].

Figura nº 43 – Sócios e vizinhos em Dia de Campo



Fonte: Arquivo da Agência rural – Orizona-GO, [sem data].

Figura nº 44 – Torcendo pelo time da Apamac



Fonte: Arquivo pessoal de Renato Mamede Tavares – Orizona-GO, [2001].

Figura nº 45 – Esposa de sócio preparando lanche em dia de futebol



Fonte: Arquivo pessoal de Renato Marnede Tavares – Orizona-GO, [2001].

Figura nº 46 – Fazendo silagem com máquinas da Apamac



Fonte: Arquivo da Coapro – Orizona-GO, [1999]

Figura nº 47 – Crianças *batendo bola* com adultos



Fonte: Arquivo da Agência Rural – Orizona–GO, [sem data].

Figura nº 48 – Sócios em encerramento de curso



Fonte: Arquivo pessoal de Renato Mamede Tavares – Orizona–GO, [2001]

Figura nº 49 – Crianças brincando na quadra de areia na Apamac



Fonte: Arquivo pessoal de Renato Manoel Tavares – Orizânia-GO, [2001].

Figura nº 50 – Torneio de truco na Apamac



Fonte: Arquivo pessoal de Renato Manoel Tavares – Orizânia-GO, [1996].

Figura nº 51 – Festa religiosa na Apamac



Fonte: Arquivo pessoal de Renato Mamede Tavares – Orizona-GO, [2001].

Figura nº 52 – Time de sócios, vizinhos, amigos e filhos de sócios



Fonte: Arquivo da Agência Rural – Orizona-GO, [sem data].

Figura nº 53 – Políticos, amigos e outros parceiros da Apamac

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há pelo menos uma certeza em relação à Apamac: ela é expressão de uma coletividade rural que, em um dado momento de sua histórica relação com a terra elaborou uma nova forma de luta pelo direito de nela permanecer. Permanecer na terra e nela continuar se reproduzindo não só com produtor de mercadorias rurais, mas como moradores do meio rural era o desejo, o projeto, a intenção quando a coletividade pensou no associativismo. Para confirmação disso vale repetir parte de uma entrevista citada no do primeiro capítulo deste trabalho: “o associativismo em Orizona foi a fórmula que nós pequenos produtores encontramos, para que esse mesmo pequeno produtor permanecesse no meio rural, ou seja, continuasse fazendo parte do produtor, ou seja, produzindo e conseguindo manter sua família” (Entrevista com João Bosco Mesquita, 1999).

O projeto não era individual, pois foi pensado por um grupo pré-existente e para atender aos interesses desse grupo. Portanto, os resultados obtidos, sejam eles religiosos, financeiros, culturais, organizativos, produtivos, mesmo que tenham uma apreensão individual passam necessariamente pela ação do grupo. No caso específico da Apamac, essa conclusão pode ser ampliada da seguinte forma: a ação do grupo extrapola o próprio grupo instituído e alcança não apenas as Comunidades envolvidas, mas um universo maior, o universo da luta pela terra, a luta pela qualidade de vida no meio rural.

Quando a Apamac mantém, reformula ou cria espaços de lazer, religiosidade, família, trabalho, produção é porque o grupo – ou as Comunidades – já compreende que a terra não é mais lugar de produzir alimentos *para aqueles que moram na cidade*. A terra é também um lugar para viver bem com acesso a bens materiais e culturais ainda negados aos pequenos habitantes do mundo rural, como lazer, saneamento, instrumentos de trabalho, educação, boas estradas, entre outros.

Ainda há o que pensar em relação ao futuro da Apamac, além dos desejos já anunciados nas falas dos informantes quanto ao lazer, às mudanças no estatuto, à participação das esposas e dos filhos na assembléia. Dois aspectos revelados no decorrer da pesquisa, sobretudo a partir da leitura das atas, deverão pontuar as ações futuras da Apamac em razão das formas com vêm sendo abordados.

O primeiro deles é a excelência da produção de leite, em substituição a uma políagricultura para o autoconsumo, o que destruiu até mesmo as hortas domésticas. A

literatura sobre a produção agrícola no Brasil é unânime em afirmar o peso histórico das grandes monoculturas na destruição da pequena produção rural. Uma pergunta: quais os riscos que uma monocultura – a do leite – poderão trazer para a pequena produção agrária? Apesar de os assuntos referentes à produção de leite assumirem uma quase exclusividade nas atas da Apamac, esse aspecto não aparece nas discussões.

O segundo aspecto, é que, diferentemente do leite, as questões ecológicas são pouco mencionadas, e quando isso acontece constituem referências a ações isoladas e não a um projeto da Associação. Em virtude da importância da conservação do solo, da vegetação nativa e dos mananciais de água para a continuidade de uma terra produtiva e, sobretudo para uma terra *de moradia* é de se estranhar que um grupo que tenha como prioridade morar na terra de trabalho ainda não tenha pensado na preservação ambiental como parte do seu projeto maior.

Esses dois aspectos que acrescentados à não-participação das esposas e dos filhos dos sócios no âmbito das assembléias, que de forma mais revelada aparece nos registros orais e escritos, são assuntos que merecerão muitas discussões e deliberações na Apamac. Durante seu tempo de atuação a Associação contou com 42 sócios, perdeu 20 e retornou assim ao número de associados (22) do início de suas atividades. A situação em que se encontra a Apamac pode ser o início de um período de reconstrução, de repensar seus projetos e de estabelecer novas prioridades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BORGES, Barsanufio Gomide. *O despertar dos dormentes – um estudo sobre a estrada de ferro em Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1912*. Goiânia: Cegraf, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 33ª ed São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: vozes, 2000.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG:1987.
- CATANI, Afrânio M; CATANI, Denise B.; PEREIRA, Gilson R. de M. Pierre Bourdieu: as leituras de sua obra no campo educacional brasileiro. IN: TURA, Maria de Lourdes R. (org.). *Sociologia para educadores*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.
- CAUME, David José. *A agricultura familiar no Estado de Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- CRUZ, José Adelson da. *Luta pela terra, práticas educativas e saberes no médio Araguaia-Tocantins*. Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira. FE/UFG, 2000,
- DIEGUES JR., Manuel. Populações Rurais Brasileiras. In: QUEDA, Oriowaldo & SZMRECSÁNYI, Tamás. *Vida rural e mudança social – leituras básicas de sociologia rural*. – São Paulo: Editora Nacional, 1972.
- DI SOUSA, Luciene. *A organização das comunidades rurais de Orizona*. UEG – Unidade de Pires do Rio. Departamento de Ciências Humanas. Trabalho de final de curso, 1998.
- DUARTE, Laura Maria Schneider. *Isto não se aprende na escola: educação do povo nas CEBs*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.
- FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. – São Paulo: Loyola, 1985.
- FLEURY, Maria Tereza L. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global, 1983.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise no capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1996.

- GONH, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. *História dos movimentos e suas lutas – a construção da cidadania brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.
- GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndios*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- GUIMARÃES, Maia Tereza Canesin. *Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)*. Goiânia: Cegraf, 1988.
- LEORATO, Massimiliano. *CEBs – gente que se faz gente na igreja*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- LINHARES, Maria Yedda & TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Políticas e agricultura: mudança e reforma numa sociedade agrária. In: _____. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (p.15-72)
- _____. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LOUREIRO, Walderês Nunes. *O aspecto educativo da prática política*. Goiânia; Cegraf, 1988.
- LUNARDI, Vera Lúcia. *As organizações dos trabalhadores rurais (SINDICATO, ASSOCIAÇÃO, COOPERATIVA) e a agricultura familiar – uma reflexão sobre Goiás*. Dissertação de Mestrado em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1999.
- MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. *A participação de Goiás na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. Goiânia. Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1983.
- NORONHA, Olíndia Maria. *De camponesa a “madame”: trabalho feminino e relações de saber no meio rural*. São Paulo: Loyola, 1986.
- OLIVEIRA, Maria Maroní Marques e & VAZ, Joelma Pinheiro. ADCO: associação de Desenvolvimento Comunitário de Orizona. UEG – Unidade de Pires do Rio. Departamento de Geografia – Trabalho de final de curso, 2000.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973, p.48-71

PEREIRA NETO, Olímpio. *Um lugar no mapa*. 1970. (mimeo).

_____. *Orizona: cidade e campo*. Brasília: CODEPLAN, 1991.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas, SP: Alínea, 1999a.

_____. *A revanche camponesa*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999b.

PORTILHO, Maria Sibebe Brasiliense. *Extensão Rural: o fio e a trama na construção da representação social do pequeno produtor*. Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira. Universidade Federal de Uberlândia, 1998.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. O processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás. *Dissertação de Mestrado em Educação Escolar Brasileira*. Goiânia: FÉ/UFG, 1997.

RIBEIRO, Eduardo M. *Fé, produção e política: experiências associativista de camponeses em Minas Gerais*. Cadernos de Estudos CPT - &. São Paulo: Loyola/CPT, 1994

SPERRY, Susana. *A integração da mulher nas associações de pequenos agricultores de Silvânia – GO*. Planaltina, DF: Embrapa – CPAC, 1997 a.

_____. et allí.. *A organização dos pequenos agricultores de Silvânia, GO: origem, estrutura e impactos sociais*. Planaltina, DF: Embrapa – CPAC, 1997b.

ZAQUIEU, José Henrique de Souza. *Coapro – uma articulação em rede para a promoção do desenvolvimento rural*. In: Eco/CUT, Caderno curricular – 3, Goiânia, 2000.

ANEXO 1

RELAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE ORIZONA

1 APAC – Associação de Pequenos Agricultores da Cachoeira.

Fundação: 4 de maio de 1988

Registro: 2 de agosto de 1988

Sócios Fundadores: 9

2 ADCO – Associação do Desenvolvimento Comunitário de Orizona.

Fundação: 31 de julho de 1989

Registro: 30 de outubro de 1990

Sócios Fundadores: 56

3 APAMAC – Associação dos Pequenos agricultores de Mata Velha, Água Grande e Coqueiros.

Fundação: 2 de agosto de 1989

Registro: 25 de setembro de 1989

Sócios Fundadores: 22

4 APAP – Associação dos Pequenos Agricultores da Região da Posse.¹

Fundação: 17 de abril de 1990

Registro: 19 de novembro de 1990

5 APAF – Associação dos Pequenos Produtores da Região da Firmeza e Mata-Firmeza.

Fundação: 29 de junho de 1990

Registro: 12 de novembro de 1990

Sócios Fundadores: 41

¹ Não há registro do número de sócios à época da fundação.

6 APAMORA – Associação dos Pequenos Agricultores da Região do Morro Alto.

Fundação: 22 de novembro de 1990

Registro: 12 de março de 1991

Sócios Fundadores: 14

7 APAMA – Associação dos Pequenos Agricultores da Mata.

Fundação: 12 de janeiro de 1991

Registro: 31 de janeiro de 1991

Sócios Fundadores: 36

8 APAT – Associação dos Pequenos Agricultores da Região de Taquaral Capela, parte de Taquaral do Meio e parte do Taquaral Formoso.

Fundação: 1 de maio de 1991

Registro: 20 de junho de 1991

Sócios Fundadores: 31

9 APAS – Associação dos Pequenos Agricultores da Região da Sussuapara.

Fundação: 7 de maio de 1991

Registro: 24 de junho de 1991

Sócios Fundadores: 25

10 APATC - Associação dos Pequenos Agricultores da Região do Taquaral de Cima.

Fundação: 2 de junho de 1991

Registro: 23 de julho de 1991

Sócios Fundadores: 37

11 APANAMB – Associação do Pequeno Agricultor de Noroeste, Areias, Muquém, Barreiros e Baú.

Fundação: 12 de junho de 1991

Registro: 3 de setembro de 1991

Sócios Fundadores: 17

12 APANB – Associação dos Pequenos Produtores da Regiões Nível, Borboleta, Areias, Areias de Baixo, Pedregulho e Noroeste.

Fundação: 17 de junho de 1991

Registro: 9 de julho de 1991

Sócios Fundadores: 17

13 APACOR – Associação dos Pequenos Agricultores Circunvizinhos de Orizona.

Fundação: 19 de junho de 1991

Registro: 3 de setembro de 1991

Sócios Fundadores: 12

14 APRUSB – Associação dos Pequenos Produtores da Região Santa Bárbara, nos Municípios de Orizona e Vianópolis.

Fundação: 6 de setembro de 1991

Registro: 6 de novembro de 1991

Sócios Fundadores: 27

15 APRUPERC – Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região do Rio do Peixe Cuiabanos e Santa Rita.

Fundação: 6 de março de 1992

Registro: 19 de maio de 1992

Sócios Fundadores: 14

16 APALG – Associação dos Pequenos Agricultores da Região da Firmosa e Santa Bárbara, denominada Lagoa.

Fundação: 1 de maio de 1992

Registro: 30 de julho de 1993

Sócios Fundadores: 16

17 APRUCAPI – Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Região de Campo e Pico.

Fundação: 8 de maio de 1993

Registro: 17 de junho de 1993

Sócios Fundadores: 13

18 APROASB – Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Região de Areias e Santa Bárbara.

Fundação: 15 de maio de 1993

Registro: 2 de dezembro de 1993

Sócios Fundadores: 25

19 ASBERB – Associação de Pequenos Produtores Rurais das Fazendas Boa Vista, Santa Bárbara e Barreiro.

Fundação: 18 de janeiro de 1994

Registro: 7 de fevereiro de 1994

Sócios Fundadores: 29

20 ABC – Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Fazendas Barreiro de Cima.

Fundação: 31 de outubro de 1994

Registro: 20 de abril de 1995

Sócios Fundadores: 20

21 APPP – Associação dos Pequenos Produtores da Ponte de Pedra.

Fundação: 23 de julho de 1994

Registro: 6 de setembro de 1994

Sócios Fundadores: 13

22 APRUSANB – Associação dos Pequenos Produtores Agropecuários da Região Santa Bárbara.

Fundação: 24 de setembro de 1994

Registro: 21 de novembro de 1994

Sócios Fundadores: 22

23 APRUMAR – Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região do Marinheiro.

Fundação: 20 de agosto de 1994

Registro: 30 de novembro de 1994

Sócios Fundadores: 33

24 APROLIPE – Associação dos Pequenos Produtores da Região de Limeira e Rio do Peixe.

Fundação: 11 de janeiro de 1995

Registro: 22 de fevereiro de 1995

Sócios Fundadores: 11

25 APROCAMPO – Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Regiões da Cachoeira, Capoeirinha e Capão dos Porcos.

Fundação: 25 de fevereiro de 1995

Registro: 27 de março de 1995

Sócios Fundadores: 20

26 APAJE – Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Região do Japão.

Fundação: 9 de maio de 1995

Registro: 3 de julho de 1995

Sócios Fundadores: 26

27 APROCOR – Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Coqueiros e Região.

Fundação: 26 de maio de 1995

Registro: 16/08/95

Sócios Fundadores: 12

ANEXO 2¹

ESTATUTO DA APAMAC

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Duração e Objetivo

- Artigo 1º - É instituída uma associação de desenvolvimento comunitário de pequenos agricultores das regiões Mata Velha, Água Grande e Coqueiros, originária de movimento espontâneo entre os habitantes das comunidades destinadas à representação e defesa dos produtores.
- § 1º - A Associação dos Pequenos Agricultores das Regiões da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros, adotará a sigla APAMAC, e nos dispositivos que seguem passará a ser referida pela expressão "ASSOCIAÇÃO".
- § 2º - Para efeito deste Artigo, são considerados pequenos agricultores, aqueles que se dedicam as atividades agrícolas, como: Proprietários, Parceiros, Meieiros, Arrendatários de estabelecimento rural, em área de até 200 (duzentos) Ha.
- § 3º - A Associação terá sua sede administrativa no município de Orizona e foro jurídico na mesma comarca.
- § 4º - O prazo de duração da Associação é indeterminado e o ano social compreendido no período de 1º de Janeiro à 31 de dezembro.
- § 5º - A área da ação para efeito de admissão de associados abrange as micro-regiões denominadas: Mata Velha, Água Grande e Coqueiros, no município de Orizona - Go.
- Artigo 2º - A associação reger-se-á pelo o presente Estatuto e leis que lhe forem aplicáveis.

¹ Este documento foi copiado de acordo com o original.

CAPÍTULO II

Objetivos Sociais

Artigo 3º - A Associação é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados, objetivando:

- § 1º - Promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimos e, proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades econômicas, culturais e assistenciais.
- II - Dar condições aos pequenos agricultores produtores de alimentos, organizados em grupos, na busca de soluções comuns.
- III - Racionalizar as atividades de coleta, transporte, beneficiamento, armazenagem, classificação, embalagem e outros necessários a produção de seus associados.
- IV - Prestar assistência técnica e informação de mercado ao quadro social.
- V - Manter serviço de cadastro dos produtos e principais mercados.
- VI - Garantir o acesso dos pequenos agricultores, de maneira racional aos mecanismos de Política Agrícola preços mínimos, crédito rural, assistência técnica e pesquisa.
- VII - Utilizar as instalações da Unidade armazenadora para atividades de apoio à ação comunitária.
- VIII - Assegurar a colocação dos produtos no mercado, através de instituições de comercialização facilitando o acesso mais direto dos produtores organizados com o mercado e o consumidor de baixa renda.
- IX - Representar os interesses dos seus associados.

Art. 4º - A Associação será dirigida pelos seguintes Órgãos:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria Executiva;
- III - Conselho Fiscal.

§ 1º - O exercício de quaisquer das funções requeridas para funcionamento dos Órgãos referidos neste artigo não será remunerado.

§ 2º - É vedado o exercício cumulativo de cargos, ressalvada a participação na Assembléia Geral.

§ 3º - A Assembléia Geral Ordinária reúne-se e delibera:

- I - em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados;
- II - em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença de qualquer número.

Artigo 4º - A Assembléia Extraordinária reúne-se e delibera:

§ 1º - Em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços dos associados:

§ 2º - Em segunda e última convocação, meio hora após, com a presença da maioria absoluta dos associados. Não havendo esse número mínimo da convocação, será fixada novo data para realização da Assembléia.

§ 1º - Preside a Assembléia Geral, qualquer associado escolhido por aclamação dos presentes.

§ 2º - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês , sempre que houver necessidade.

§ 3º - Compete privativamente à Assembléia Geral:

- I - Reformar o Estatuto;
- II - Eleger ou destituir, a qualquer tempo, membros da Diretoria Executiva e do Conselho - Fiscal;
- III - Autorizar a realização de empréstimos e outras obrigações pecuniárias e constituição de garantias acaso exigidas;
- IV - Autorizar a alienação de bens absolutos ou sem utilidades;
- V - Decidir sobre programas de trabalhos respectivos orçamentos.

CAPÍTULO III

Dos associados

SEÇÃO I - ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES

Artigo 5º - Pode associar-se, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços por parte desta, qualquer pessoa que se dedique as atividades

agrícolas, (Proprietários, Parceiros, Meieiros e Arrendatários) dentro da área de ação da Associação, tendo livre disposição de sua pessoa e bens, que concorde com as disposições deste Estatuto não pratique atividades que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da Entidade.

§ Único - O número de associados é ilimitado quanto um máximo, não podendo contudo ser inferior a 10 (dez) pessoas físicas.

Art. 6º - Para associar-se o interessado preenche a respectiva proposta de admissão, assinando-a com outros dois associados proponentes.

§1º - Aprovada pela Diretoria a sua proposta, o candidato fornece os dados para a sua ficha cadastral, paga a jóia de admissão e anuidade em vigor, assinando o livro de matrícula juntamente com o Diretor Presidente.

§2º - O pagamento da jóia de admissão e anuidade complementa a sua admissão na sociedade.

Art. 7º - Cumprindo o disposto no artigo anterior, o associado adquire todos os direitos e assume todos os deveres e obrigações decorrentes deste estatuto e das deliberações tomadas pela Associação.

Art. 8º - São direitos dos sócios fundadores e efetivos:

- a- votar e ser votado;
- b- tomar parte das Assembléias Gerais, discutindo a vontade os assuntos que nela sejam tratados
- c- apresentar por escrito, à Diretoria ou Assembléia, medidas de interesse da Associação;
- d- demitir-se da Associação quando lhe convier, desde que esteja quite com a Associação;
- e- propor a admissão de novos associados;
- f- realizar com a Associação as operações que constituam o seu objetivo
- g- solicitar por escrito informações sobre as atividades da Associação e, a partir da data da publicação do Edital de convocação das Assembléias Gerais, consultar na sede da sociedade, os livros, contabilidade e documentos, que devem estar à disposição do associado.

Art. 9º - São deveres dos Sócios:

- a- Realizar com a associação todas as operações que constituam seus objetivos econômicos e sociais;
- b- Promover o engrandecimento moral, cultural e material da Associação, cumprindo as determinações constantes do presente estatuto, regimento e deliberações das Assembléias Gerais;

- c- Estar quite com a Associação;
- d- Desempenhar com dedicação os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados;
- e- Prestar à Associação esclarecimentos relacionados com as atividades que lhe facultarem ao associar-se.

Art. 10º - Os direitos e as obrigações dos associados falecidos contraídos com a Associação, e os oriundos de sua responsabilidade como associado perante terceiros, passam os herdeiros.

SEÇÃO II

DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 11º - A demissão do associado, que não pode ser negada dá-se unicamente a seu pedido. É requerida ao Diretor Presidente sendo por este levada à Diretoria em sua primeira reunião, averbada no livro de matrícula mediante termo assinado pelo Diretor Presidente e imediatamente é comunicada, por escrito, ao requerente.

Artigo 12º - A eliminação do associado que é aplicada em virtude deste Estatuto, deve ser feita somente em Assembléia Geral.

§1º - Além de outros motivos a Diretoria deve eliminar o associado que:

- a- Venha a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Associação ou que colida com seus objetivos sociais;
- b- Levar a Associação à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;
- c- Cometa falta grave contra a Associação tentando ludibriar quaisquer dos seus poderes ou manifestando-se em termos ofensivos, contra seu crédito moral e atos que prejudiquem seu conceito público;
- d- deixe de pagar suas anuidades e contribuições;
- e- preste à Associação informações inverídicas;

§ 2º - Os motivos que a determinaram devem constar de termo lavrado no livro de matrícula e assinado pelo Diretor Presidente.

- §3º - Cópia autenticada da decisão será remetida dentro do prazo de 30 (trinta) dias ao interessado, por processo de comprove datas e remessa e do recebimento.
- §4º - O associado eliminado pode, dentro do prazo de 30(trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação intervir mediante recurso tendo efeito suspensivo até a primeira Assembléia Geral.
- Art. 13º - A exclusão do associado é feita:
- I - Por dissolução da pessoa jurídica;
 - II - Por morte da pessoa física;
 - III - Por incapacidade civil não suprida.
- §1º - A exclusão do associado, nos termos deste artigo, é feita por decisão da Diretoria e lavrado no livro de matrícula.
- Art. 14º - Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão o associado não tem direito a restituição de colaborações financeiras de qualquer espécie, bem como dos fundos existentes.
- Art. 15º - Os deveres do associado perduram, para os demitidos, eliminados e excluídos, até que sejam aprovados, pela Assembléia Geral, as contas do exercício em que se deu o desligamento.

CAPÍTULO IV

Da Diretoria

- Art. 16º - A Associação é administrada por uma Diretoria composta de quatro membros, todos associados, eleitos pela Assembléia - Geral para um mandato de 1 ano, com os títulos de Diretor Presidente, Diretor Vice - Presidente, Diretor Secretário e Diretor Tesoureiro.
- Art. 17º - A Diretoria é regida pelas seguintes normas:
- I - Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do diretor Presidente, da maioria da própria Diretoria, ou ainda do conselho Fiscal;

- II - Delibera validamente com presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas por maioria simples dos votos dos presentes, reservado ao Diretor Presidente o exercício do voto de desempate;
- III - As deliberações são consignadas em atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas no final dos trabalhos, pelos membros presentes;
- §1º - Nos impedimentos por prazos inferiores a 90(noventa) dias , o Diretor Presidente é substituído pelo Diretor Vice – Presidente;
- §2º - O Diretor Vice – Presidente e o Diretor Secretário são substituídos por efetivos (Diretores);
- §3º - Se ficarem vagos, por qualquer tempo, mais da metade dos cargos das Diretoria, deve o Diretor Presidente, ou os demais membros, se a Presidência estiver vaga, ou ainda o conselho Fiscal, convocar a Assembléia-Geral para o devido preenchimento.
- §4º - O substituto exerce o cargo somente até o final do mandato de seu antecessor;
- §5º - Perde automaticamente o cargo, o membro da Diretoria que sem justificativa, faltar a 3(três) reuniões ordinárias consecutivas.
- Art. 18º - Compete à Diretoria, dentro dos limites deste Estatuto, atendidas as decisões ou recomendações da Assembléia-Geral, planejar e traçar normas para as operações e serviços da Associação e controlar os resultados.
- §1º - No desempenho de suas funções, cabe-lhe entre outras as seguintes atribuições:
- a - programar as operações e serviços, estabelecendo qualidade e fixando quantidades, valores, prazos, taxas, encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;
 - b - estabelecer em resoluções normativas ou administrativas, sanções ou penalidades a serem aplicados nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a sociedade;
 - c - determinar as taxas destinadas a cobrir as despesas dos serviços da sociedade;
 - d - avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e das necessidades para o atendimento das operações e serviços;
 - e - estimar a rentabilidade das operações e serviços bem como, sua viabilidade;
 - f - fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para sua cobertura.
- Art. 19º - Ao Diretor Presidente cabe, entre outras, as seguintes atribuições:

- a - supervisionar as atividades da Associação , através de verificações e contatos assíduos com a Gerência;
- b - assinar cheques bancários juntamente com o Diretor Secretário ou Gerente;
- c - assinar, juntamente com o Diretor Secretário ou outro Diretor designado pela Diretoria, contratos e demais documentos constituídos de obrigações;
- d - convocar e presidir as reuniões da Diretoria e, normalmente, as Assembléias-Gerais;
- e - apresentar à Assembléia Ordinária:
 - . relatório de gestão
 - . balanço
 - . demonstrativo das obras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal.
 - . o plano anual de atividades da Associação e o respectivo orçamento da receita e despesa.
- f - representar ativa e passivamente a Associação, em juízo ou fora dele.

Art. 20º - Ao Diretor Vice – Presidente cabe, assessorar e assistir permanentemente ao trabalho do Diretor Presidente, substituindo-o nos seus impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias .

Art.21º - Compete ao Secretário:

- I - organizar e dirigir todos os assuntos de Secretaria da Associação;
- II - substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos;
- III - assinar com o Presidente a correspondência da Associação.

Art.22º - Compete ao Tesoureiro:

- I - responder pela guarda dos valores e títulos da Associação
- II - movimentar contas bancárias e emitir cheques, juntamente com o Presidente
- III - substituir o Secretário em suas ausências ou impedimentos.

CONTABILIDADE

Os serviços de contabilidade, subordinados à Gerência , são organizados segundo normas gerais de contabilidade e das disposições deste Estatuto, cabendo ao contador, entre outros, os seguintes encargos:

- a - preparar o plano de contas, observadas as normas oficiais e organizar a execução dos registros da contabilidade geral, com a anuência do gerente ;
- b - assessorar o Gerente em todos os assuntos de natureza contábil;

- c - manter sempre em dia os serviços contábeis a seu cargo.
- d - levantar, mensalmente, o balancete, um demonstrativo comparado da execução orçamentária, e outros considerados necessários ao estudo do desenvolvimento das operações ou que lhe sejam solicitados pelo Gerente ou pela Diretoria;
- e - responsabilizar-se pelo exame aritmético moral e legal dos documento submetidos e registro na contabilidade Geral;
- f - responsabilizar-se pela guarda dos livros e documentos relacionados à Contabilidade;
- g - transmitir à Diretoria as informações que julgar convenientes sobre o andamento dos serviços contábeis;
- h - prestar ao Gerente, a diretoria, ao Conselho fiscal e à Assembléia geral os esclarecimentos que lho forem solicitados sobre o estado da contabilidade e dos negócios sociais.

CAPÍTULO V

- Art. 23º - O Conselho Fiscal é composto de 3(três) membros , eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de um ano.
- §1º - Serão eleitos também 3(três) suplentes para o Conselho Fiscal.
- §2º - O Conselho Fiscal elegerá , dentre seus membros, o seu presidente.
- Art. 24º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, para examinar as contas da Diretoria Executiva e emitir parecer que será assinado por todos os seus membros.
- Art.25º - Compete ao Conselho Fiscal:
- I - fiscalizar todo o movimento financeiro da comunidade, quer pela receita, quer de despesa;
 - II - verificar se livros contábeis e fiscais exigidos pela legislação específica estão sendo utilizados com zelo e bem guardados;
 - III - fazer relatório circunstanciando de quaisquer perícias a efeito, encaminhando-o ao Presidente da diretoria Executiva;
 - IV - examinar a procedência dos motivos alegados pela Diretoria para recusar pedidos de inscrição de sócios e, da mesma forma, os atos de exoneração que não se fundamentarem em iniciativa dos próprios associados.

CAPÍTULO VI

Das Eleições

- Art. 26º - A eleição para membro da diretoria Executiva e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta.
- Art. 27º - Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos sócios às eleições.
- § Único - É vedada a reeleição por mais de uma vez, a qualquer cargo eletivo da Associação, os membros da diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VII

Patrimônio e Fundos

- Art. 28º - O patrimônio e os fundos da Associação serão distribuídos:
- a) Das contribuições dos sócios;
 - b) Das subvenções, auxílio, donativos, legados, etc.
 - c) Das rendas patrimoniais;
 - d) Dos bens móveis e imóveis pertencendo à Associação;
 - e) Dos resultados das atividades sociais não compreendidas nas alíneas anteriores.
- Art. 29º - Os saldos apurados no fim de cada exercício deverão ser aplicados na formação patrimonial através da aquisição de bens móveis, imóveis, títulos, etc.
- Art. 30º - A Jóia de Admissão no valor de um terço(1/3) de um salário Mínimo Vigente no País, é instituída com a finalidade de cobrir despesas de admissão e reforçar o fundo de reserva.
- Art. 31º - A Anuidade, para os sócios fundadores e efetivos, será de 5(cinco) sacos de arroz de 60(sessenta) Quilos ou valor correspondente, tem finalidade de cobrir as despesas apuradas no exercício, juntamente com as outras receitas.
- §1º - A Anuidade que trata este artigo deverá ser paga após a primeira colheita do agrícola de 1.989 e 1.990 ou no ato da admissão par ao novos associados.

CAPÍTULO VIII

O Voto e Sua Representação

Art.32º - O associado, presente ou representado , tem direito a apenas um voto.

Art.33º - Para fins da representação do voto, o mandatário deve comparecer ao local da Assembléia Geral munido do respectivos instrumentos legais ao assinar o livro de Presença, nele deve também inserir os nomes números da matrícula dos respectivos mandantes.

§ 1º - Do instrumento do mandato deve constar:

- a- nome e número de matrícula do mandante e do mandatário que o assinar;
- b- prazo do mandato;
- c - declaração da constituição do mandatário para fins de representação em Assembléia Geral;
- d - data de sua elaboração e a declaração de estarem, mandante e mandatário, no gozo de seus direitos sociais;
- e - firma o mandante devidamente reconhecida ao abonada por 2 (dois) associados no gozo de seus direitos sociais e não ocupantes de cargos eletivos na sociedade, que se identificarem pelo nome e número da matrícula.

CAPÍTULO IX

Art. 34º - A Associação deve ter os seguintes livros:

- I - de Matrícula;
- II - de Ata das assembleias Gerais;
- III - de Atas de Reuniões da Diretoria;
- IV - de Ata do Conselho Fiscal;
- V - de Presença dos Associados nas Assembleias Gerais;
- VI - outros, fiscais e contábeis, obrigatórios

ANEXO 3

ENTREVISTAS

- 1 Amador Pereira Caixeta – Apamac (1999)
- 2 Avelino Lourenço Bastos – Apamac (1999)
- 3 Pe. Emerson da Costa – CEBs (2002)
- 4 Felipe Antonio Dias – Efaori (2002)
- 5 Haroldo Max de Sousa – Apamora (1999)
- 6 Hélio Frutuoso de Assis – Apamora (1999)
- 7 Hélio Frutuoso de Assis – Coapro (2002)
- 8 João Bosco Mesquita – Apac (1999)
- 9 Joaquim Ribeiro – ARO, CSRO, SRO (2002)
- 10 José Carvalho da Fonseca – Apamac (1999)
- 11 Lenita de Oliveira – CSRO (2001)
- 12 Maria da Abadia de Jesus Pereira – Apamac (1999)
- 13 Maria Luisa Ribeiro Almeida – Efaori (2002)
- 14 Pe. Massimiliano Leorato – CEBs (2002)
- 15 Oleno Marçal – SRO (2002)
- 16 Pedro Alves da Rocha – CEBs (2002)
- 17 Pedro Jacinto Pereira – STRO (2002)

ANEXO 4

DOCUMENTOS

- 1 ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA MATA VELHA, ÁGUA GRANDE E COQUEIROS (Apamac). Livros de atas (1989-2002). Orizona, 1989, v. 1 e 2.
- 2 ASSOCIAÇÃO RURAL DE ORIZONA (ARO). Livro de atas (1954-1968). Orizona, 1954.
- 3 CENTRO SOCIAL RURAL DE ORIZONA (CSRO). Livro de atas (1960-1976). Orizona, 1960, v. 1.
- 4 CONGREGAÇÃO MARIA DA CACHOEIRA. Livro de atas (19963-1973). Orizona, 1963.
- 5 CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL (CMDR). Livro de atas (1996-2002). Orizona, 1996.
- 6 _____. Plano de Desenvolvimento Rural. Orizona, 1997.
- 7 COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ORIZONA (Credifer). Assembléia de fundação. Ata 2000. Orizona, 2000.
- 8 ORIZONA. Lei nº 753 de setembro de 1996. Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR e dá outras providências. Orizona, 1996.
- 9 PARÓQUIA N. S. DA PIEDADE (PNSP). Livro de Tombo (1960-1976). Orizona, 1960, v. 1.